



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

ÍNDICE

I - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	7
1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	7
1.1 OBJETO	7
1.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL	7
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
1.4 PROTEÇÃO SOCIAL - MODALIDADES DE AÇÃO	11
1.5 ATRIBUIÇÕES	12
2. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO E INTERNO.....	13
3. 2025 – SEGUNDO ANO DO CICLO ESTRATÉGICO 2024-2026.	16
4. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	18
5. FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA.....	20
6. OS VETORES ESTRATÉGICOS	20
6.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	22
6.2 OBJETIVOS OPERACIONAIS	24
II - AVALIAÇÃO DO QUAR 2025.....	25
1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR).....	25
2. AVALIAÇÃO DO GRAU DOS OBJETIVOS	29
2.1 COERÊNCIA ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS.....	38
2.2 RECURSOS HUMANOS	39
2.3 RECURSOS FINANCEIROS	40
2.4 ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	41
2.4.1 EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	41
2.4.2 ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE.....	43
2.4.3 ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA	44
2.4.4 APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS	
ALCANÇADOS	46
3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	47
3.1 APRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO SCI.....	47
3.2 BENCHMARKING.....	52
3.3 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	54
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	55
4.1 MUTUALIDADE	55
4.2 PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL	56
4.3 FOMENTO DO DESPORTO E RECREIO	57

4.4	<i>COLÓNIAS DE FÉRIAS E BALNEARES INFANTIS</i>	58
4.4.1	COLÓNIA DE FÉRIAS DA COSTA DE CAPARICA	58
4.4.2	COLÓNIAS BALNEARES INFANTIS	59
4.4.3	COLÓNIA SÉNIOR +55	60
4.5	FOMENTO E APOIO À HABITAÇÃO	62
4.6	OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS	63
4.7	AÇÃO CULTURAL	64
4.8	PROTOCOLOS	66
4.9	RESIDENCIAL	69
4.10	INTERCÂMBIO COM ENTIDADES EXTERNAS – CONGÉNERES	69
4.11	SERVIÇOS FARMACÊUTICOS	71
4.12	APOIO A ESTUDANTES	73
4.13	OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL	75
5.	GESTÃO INTERNA	77
5.1	<i>GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS</i>	77
5.2	<i>GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS</i>	79
5.2.1	ANÁLISE DA DESPESA	79
5.2.2	ANÁLISE DA RECEITA	81
5.2.3	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E INTEGRAÇÃO DE SALDOS	82
5.3	<i>POLÍTICA DE FORMAÇÃO</i>	84
5.4	<i>AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS E APOIO LOGÍSTICO</i>	85
5.5	<i>GESTÃO DA MARCA E IDENTIDADE</i>	90
5.6	<i>SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO</i>	91
5.7	<i>ATUALIZAÇÃO DO PPR – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS</i>	93
5.8	<i>CONSELHO CONSULTIVO</i>	94
6.	MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	95
III -	AVALIAÇÃO FINAL	98
	PROGRAMAS INSTITUCIONAIS – RECURSOS FINANCEIROS	100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades de Proteção Social.....	12
Tabela 2 – Análise de <i>Stakeholders</i>	14
Tabela 3 – Análise SWOT.....	15
Tabela 4 – Total de Beneficiários.....	19
Tabela 5 – Objetivos Estratégicos - Triénio 2024-2026.....	22
Tabela 6 - Objetivos Operacionais – ano 2025.....	24
Tabela 7 – QUAR 2025– Resultados alcançados.....	28
Tabela 8 – Execução do Objetivo 1.....	29
Tabela 9 – Execução do Objetivo 2.....	30
Tabela 10 – Execução do Objetivo 3.....	31
Tabela 11 – Execução do Objetivo 4.....	32
Tabela 12 – Execução do Objetivo 5.....	33
Tabela 13 – Execução do Objetivo 6.....	34
Tabela 14 – Execução do Objetivo 7.....	35
Tabela 15 – Execução do Objetivo 8.....	36
Tabela 16 – Interação dos Objetivos Operacionais com os Estratégicos dos SSGNR... 38	
Tabela 17 – Grau de execução de utilização dos Recursos Humanos.....	39
Tabela 18 – Grau de execução de utilização dos recursos financeiros.....	40
Tabela 19 – Análise do parâmetro de eficácia.....	41
Tabela 20 – Análise do parâmetro de eficiência.....	42
Tabela 21 – Análise dos parâmetros de avaliação de qualidade.....	42
Tabela 22 – Taxa de realização - Parâmetros e Avaliação Global	42
Tabela 23 – Análise das variáveis da produtividade	43
Tabela 24 – Análise das variáveis da rentabilidade.....	44
Tabela 25 – Pontuação atribuída aos parâmetros QUAR 2025	45
Tabela 26 – Avaliação final do Serviço em 2025.....	46
Tabela 27 – Monitorização de Controlo Interno	52
Tabela 28 – Rácio - total de Beneficiários e orçamento previsto.....	52
Tabela 29 – Dados disponibilizados (online) pelos diferentes Serviços Sociais.....	53
Tabela 30 – Processos de empréstimos pagos	55
Tabela 31 – Subsídios deferidos.....	57

Tabela 32 – Atribuições nas infraestruturas turísticas.....	58
Tabela 33 – Índice de ocupação das instalações da CFCC.....	59
Tabela 34 – Índice de ocupação das colónias balneares.....	60
Tabela 35 – Descrição dos imóveis em arrendamento	62
Tabela 36 – Intervenções no parque habitacional	64
Tabela 37 – N.º de participantes nos Eventos/Atividades	65
Tabela 38 – N.º e percentagem de protocolos por áreas.....	67
Tabela 39 – Ocupações da residencial.....	69
Tabela 40 – Atribuições das congéneres nas IFT's dos SSGNR – período de veraneio	70
Tabela 41 – Atribuições das congéneres nas IFT's dos SSGNR – período de repouso .	70
Tabela 42 – Atribuições das congéneres nas IFT's dos SSGNR – Totais.....	70
Tabela 43 – Atribuições das Congéneres aos SSGNR	71
Tabela 44 – N.º de Atendimentos gerais e n.º de E-Mails	72
Tabela 45 – Movimentos nos anos de 2024 e 2025	73
Tabela 46 – Capacidade disponível, capacidade utilizada e ocupação efetiva em lares e residências académicas	74
Tabela 47 – Ocupação nos alojamentos académicos (residências e lares).....	Erro!
Marcador não definido.	
Tabela 48 – N.º de efetivos a 31 de dezembro de 2025.....	77
Tabela 49 – Despesa Comparativa 2024/2025.....	79
Tabela 50 – Execução da despesa 2025.....	80
Tabela 51 – Receita Comparativa 2024/2025.....	82
Tabela 52 – Empreitadas de Obras Públicas – Concurso Público.....	86
Tabela 56 – Empreitadas de Obras Públicas – Consulta Prévia	87
Tabela 53 – Empreitadas de Obras Públicas - Concursos Públicos Simplificados (PRR)	87
Tabela 54 – Bens e Serviços – Concursos Públicos.....	88
Tabela 55 – Bens e Serviços – Consulta Prévia.....	88
Tabela 56 – Concessão – Concurso Público	89
Tabela 57 – Bens e Serviços – Ajuste Direto	89
Tabela 58 – Medidas de modernização administrativa	97

NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de atividades de 2025, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, e do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, assenta na estrutura definida pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços, procedendo à análise e avaliação das atividades desenvolvidas pelos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSG NR), no quadro do ciclo estratégico em curso (2024-2026).

O ano de 2025 confirma e consolida o percurso estratégico que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos, orientado para a construção de respostas eficazes, oportunas e sustentáveis aos problemas mais relevantes sentidos pelos Beneficiários, reforçando o papel dos Serviços Sociais enquanto espaço de solidariedade, apoio e coesão da Família da Guarda.

Neste contexto, merece particular destaque o esforço continuado no domínio da habitação com funções sociais, traduzido no aumento significativo da oferta de soluções habitacionais destinadas a militares deslocados, alojamento de estudantes, habitação de emergência e habitação familiar, garantindo condições de dignidade e acessibilidade económica ajustadas às exigências atuais.

Simultaneamente, prosseguiu-se o aprofundamento dos mecanismos de proteção social dirigidos aos Beneficiários em situação de maior vulnerabilidade, com especial incidência nos órfãos e na população sénior, designadamente através do alargamento das participações em despesas com internamento em estruturas residenciais e apoio domiciliário, bem como pela implementação de iniciativas orientadas para o combate ao isolamento e para a promoção de um envelhecimento ativo, digno e saudável.

O Relatório evidencia, igualmente, a consolidação de uma abordagem estratégica orientada para os desafios emergentes associados ao envelhecimento da população beneficiária, realidade que exigirá, de forma crescente, a definição de respostas complementares capazes de mitigar os impactos das alterações nas condições de acesso e cálculo das pensões de reforma, com reflexos já visíveis na situação económica de muitos Beneficiários.

No plano da intervenção social, assume particular relevância o desenvolvimento de instrumentos que permitam uma identificação mais precoce e eficaz de situações de vulnerabilidade, destacando-se, neste âmbito, a implementação progressiva de um Programa de Voluntariado, com vocação para estruturar uma rede de proximidade, abrangente e territorialmente distribuída, capaz de assegurar respostas céleres, solidárias e adequadas às diferentes necessidades.

Também importa sublinhar o papel fundamental das Delegações e das Unidades da Guarda na consolidação de uma relação de proximidade com os Beneficiários, em especial aqueles que se encontram na situação de reserva e reforma, promovendo o acesso facilitado aos serviços e reforçando o sentido de pertença institucional, de forma que cada contacto com os Serviços Sociais seja sentido como um verdadeiro regresso à Casa de Família.

A robustez e sustentabilidade da situação económico-financeira dos SSGNR constituem um dos pilares estruturantes evidenciados neste Relatório, oferecendo garantias de continuidade e de melhoria progressiva das prestações, em particular nas áreas mais exigentes da ação social complementar, permitindo encarar o futuro com confiança e sentido de responsabilidade.

O ano de 2025 fica, ainda, marcado pelo significativo avanço dos projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, envolvendo a reabilitação de 128 frações habitacionais, cujo grau de execução permite perspetivar o cumprimento integral das metas estabelecidas dentro do prazo definido, contribuindo de forma decisiva para o reforço do parque habitacional dos Serviços Sociais.

Não obstante os resultados alcançados, importa reconhecer que subsistem desafios relevantes, designadamente ao nível da capacidade de resposta institucional, condicionada pela escassez de recursos humanos, situação que continuará a merecer atenção prioritária, de modo a não comprometer a qualidade, proximidade e eficácia do apoio prestado aos Beneficiários.

Os resultados apresentados neste Relatório traduzem não apenas o cumprimento dos objetivos definidos, mas também o impacto concreto da ação desenvolvida na melhoria das condições de vida dos Beneficiários, refletindo o empenho, a dedicação e o elevado sentido de missão de todos os dirigentes, chefias e trabalhadores dos Serviços Sociais.

É, por isso, com fundada confiança e renovado sentido de compromisso que se encara o futuro, certo de que, em comunhão de esforços, será possível continuar a reforçar a capacidade dos SSGNR para responder, de forma cada vez mais eficaz, aos desafios que se colocam, assegurando que a ajuda chega, em tempo e com justiça, a todos os que dela mais necessitam.

Só assim, continuaremos a honrar o legado recebido, a valorizar o património construído pelas gerações que nos antecederam e a afirmar os Serviços Sociais como verdadeira Casa Comum e porto seguro da Família da Guarda, onde nunca faltará o apoio a quem mais precisa, porque é nesse compromisso que se afirmam, em plenitude, as nossas “Razões de Servir e Ajudar”.

O Presidente dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana

Tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso

I - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 OBJETO

Os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) constituem-se como uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e dispõem de património próprio, sendo o financiamento da sua atividade assegurado, em exclusivo, por receitas próprias, providas das quotizações e dos serviços prestados aos Beneficiários¹.

Os SSGNR estão integrados no Ministério da Administração Interna e têm por missão o exercício da ação social complementar, dirigida aos militares e civis da Guarda, proporcionando-lhes o acesso a um leque diversificado de prestações sociais, procurando melhorar as suas condições de vida e assegurar proteção acrescida nas situações de maior vulnerabilidade pessoal, familiar ou socioeconómica.

1.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL

Os SSGNR foram criados pelo Decreto-Lei 42 973, de 31 de dezembro de 1959, como resposta à instabilidade social e económica que se fazia sentir no nosso país. Desta forma, e de acordo com o seu artigo 3.º, os apoios existentes seriam prestados, designadamente, no âmbito da: previdência, assistência, habitação, abastecimentos, alojamento temporário e convívio social, repouso e recreação, educação e cultura. Neste contexto, o então referido diploma legal visou *“facilitar, moral e materialmente, a satisfação das necessidades de ordem social dos componentes da Guarda Nacional Republicana (GNR) e contribuir para a manutenção de um estado de espírito sã no pessoal da cooperação”*.

No ano seguinte, em 1960, pelo Despacho Ministerial de 23 de março, os SSGNR passaram a abranger a Ação Social da Guarda Nacional Republicana e o Cofre de Previdência dos Praças. Mais tarde, em 1993, a GNR e os seus Serviços Sociais foram alargados, em sequência da extinção da Guarda Fiscal (GF)² e dos Serviços Sociais da Guarda Fiscal (SSGF) que haviam sido instituídos pelo Decreto-Lei n.º 48802, de 27 de dezembro de 1968.

Conforme o Decreto-Lei n.º 230/93, de 26 de junho e também nos termos da Portaria n.º 179/93, de 20 de julho, os funcionários da GF, bem como *“todos os veículos, lanchas, armamento e munições, equipamentos, mobiliário, instalações, livros, registos ou documentos e outros bens que estejam afectos à extinta GF”*, foram transferidos para a GNR. Esta alteração traduziu-se num aumento significativo tanto de beneficiários,

¹ Os Serviços Sociais contam com 45 981 Beneficiários titulares e 61 503 Beneficiários familiares (dados a 31 de dezembro de 2025).

² A Guarda Fiscal foi um corpo especial de tropas, responsável pelo controlo fronteiriço e marítimo de pessoas e bens, pela prevenção de atos ilícitos e pela repressão de infrações e fraudes, sobretudo no âmbito fiscal e aduaneiro.

com aumento de recursos humanos nos quadros, bem como do património imobiliário e outro, que passou a pertencer à GNR, resultando igualmente num alargamento das competências sociais.

No final da década de 90 do passado século, no sentido do ajustamento à nova realidade, procedeu-se a uma alteração profunda do Estatuto dos SSGNR, através do ainda vigente Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de julho, com as alterações introduzidas pelo n.º 31/2010, de 9 de abril, e pelo Decreto-lei n.º 7/2007, de 17 de janeiro.

Esta reformulação, ocorrida em 1999, teve em consideração a Lei-Quadro do Sistema de Ação Social Complementar para funcionários e agentes da Administração Pública³, a qual, nos termos do seu artigo 1.º, estipula a *“prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da sua situação laboral, pessoal ou familiar que não sejam atendíveis através dos regimes gerais de protecção social”*.

Finalmente, importa referir que, aquando da última revisão dos estatutos, o Estado-Providência já se encontrava consolidado no nosso país, razão pela qual os SSGNR tornaram-se numa entidade de ação social complementar, ou seja, para além dos direitos sociais já garantidos pelo próprio Estado, todos os militares da Guarda beneficiavam, ainda, de assistência adicional proporcionada por este organismo público.

³ Decreto-Lei n.º 194/91, de 25 de maio (<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1991/05/120a00.pdf>)

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os SSGNR têm como órgãos colegiais o Conselho de Direção (CD), o Conselho Consultivo (CC) e a Comissão de Fiscalização (CF). Em termos de organograma, e para a condução e realização das suas atividades e atribuições estão estruturados da seguinte forma:

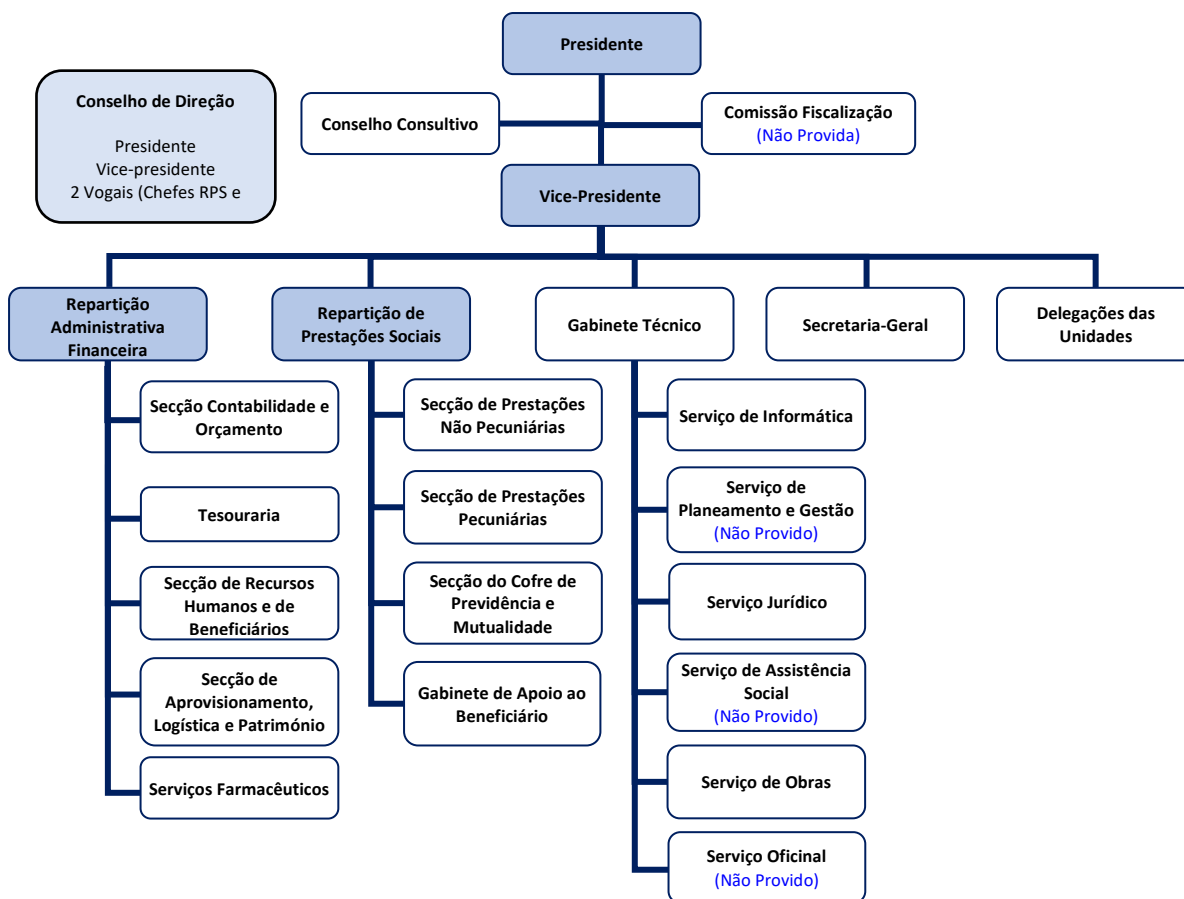


Figura 1 – Organograma

No que se refere ao Conselho de Direção (CD), este é o órgão responsável pela definição, orientação e execução das linhas gerais de atuação dos SSGNR, sendo composto por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais.

O Presidente é, por inerência, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, enquanto o Vice-Presidente é um coronel do Quadro Permanente da GNR, nomeado pelo Ministro da Administração Interna, sob proposta do Comandante-Geral da GNR. Os dois Vogais são os Chefes da Repartição de Prestações Sociais (RPS) e da Repartição Administrativa e Financeira (RAF), ambos com o posto de tenente-coronel.

Compete ao CD, no âmbito da orientação e gestão dos serviços, dirigir a atividade dos SSGNR, identificando as necessidades a satisfazer e elaborando propostas que visem a definição e o aperfeiçoamento dos esquemas de prestações a desenvolver. Também tem como competências, a elaboração e apresentação à aprovação do Ministro da Administração Interna do Plano Anual de Atividades, bem como de todos os

respetivos programas de execução (obras, social, eventos, entre outros), de acordo com as prioridades fixadas pelo Governo e, nessa prossecução, elaborar e submeter à aprovação do Ministro da Administração Interna o Relatório de Atividades, assegurando a gestão do pessoal e autorizando a admissão de Beneficiário se, bem assim, sempre que necessário ou imperativo, suspender o direito a benefícios ou mesmo proceder ao cancelamento da inscrição, nos termos da legislação aplicável.

No que concerne ao domínio da gestão financeira e patrimonial, o CD tem por competências a elaboração e submissão a aprovação do Ministro da Administração Interna do projeto de orçamento anual e as alterações que se revelem necessárias. Também compete ao CD arrecadar as receitas e autorizar as despesas, nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis, até aos limites estabelecidos para os órgãos dirigentes dos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, bem como promover a elaboração da Conta de Gerência. Finalmente, compete a este mesmo órgão colegial, praticar os demais atos de gestão decorrentes da aplicação do Estatuto e de todas as medidas necessárias ao bom funcionamento dos Serviços Sociais.

O Conselho Consultivo (CC) é o órgão de apoio ao Conselho de Direção na definição das linhas gerais de atuação dos SSGNR, sendo composto pelos membros do Conselho de Direção, pelos representantes eleitos de todas as categorias profissionais de militares e civis no ativo e por um representante de cada uma das associações profissionais de militares da GNR, legalmente constituídas.

Compete ao CC pronunciar-se sobre o plano de atividades, o relatório de atividades, o orçamento e a conta de gerência, bem como sobre o relatório anual da comissão de fiscalização e sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo CD.

A Comissão de Fiscalização, apesar das sucessivas propostas de nomeação apresentadas à Tutela, ainda não foi constituída. Atualmente, na sequência do Ofício n.º 1255, de 15 de julho de 2025, o processo de nomeação está a decorrer, aguardando-se a decisão por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Administração Interna.

As atividades de proteção são desenvolvidas no seio da Repartição de Prestações Sociais (RPS), que integra a Secção de Prestações Não Pecuniárias (SPNP), a Secção de Prestações Pecuniárias (SPP), a Secção do Cofre de Previdência e Mutualidade (SCPM) e o Gabinete de Apoio ao Beneficiário (GAB).

As atribuições de apoio técnico-administrativo são desenvolvidas pela Repartição Administrativa e Financeira (RAF), à qual incumbe promover e assegurar a eficácia das funções inerentes à gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, integrando, a Secção de Contabilidade e Orçamento (SCO), a Tesouraria, a Secção de Aprovisionamento, Logística e Património (SALP), a Secção de Recursos Humanos e Beneficiários (SRHB) e os Serviços Farmacêuticos (SF).

O Gabinete Técnico (GT) é o órgão de assessoria e execução técnica e tem como atribuições a elaboração de estudos, pareceres, relatórios e propostas, dando também execução a projetos respeitantes às mais diversas áreas de intervenção dos respetivos serviços. Para o efeito, integra o Serviço Jurídico (SJ), o Serviço de Informática (SI) e o Serviço de Obras (SO).

À Secretaria-Geral (SG) compete executar as tarefas de receção e encaminhamento do expediente, de apoio geral e de arquivo.

Além dos órgãos descritos, os SSGNR possuem ainda extensões nas Unidades da Guarda organicamente definidas, designadas por Delegações, que servem de interlocutor junto dos beneficiários. As Delegações são presididas, por inerência de funções, pelo Comandante da Unidade, o qual é responsável pela gestão do pessoal e pelo apoio logístico necessário ao seu bom funcionamento.

1.4 PROTEÇÃO SOCIAL - MODALIDADES DE AÇÃO

De acordo com o diploma legal que institui os SSGNR, a ação social desenvolve-se, essencialmente, nas seguintes modalidades:

- a) Assistência Sanitária – Participação total ou parcial no remanescente das despesas com a saúde, suportadas pelo Estado, através da assistência na doença aos militares da Guarda;
- b) Assistência Materno-Infantil – Prestada durante a gestação, nascimento e primeira infância, através de prestações pecuniárias que participem total ou parcialmente nas despesas inerentes, não cobertas totalmente pela assistência na doença aos militares da Guarda ou pelas prestações complementares do Estado, tais como, aquisição de enxoval, alimentos, pagamentos de serviços de creches e jardins infantis;
- c) Assistência Escolar – Prestações que visam a participação total e/ou parcial nas despesas com o internamento em lares académicos, pertençam ou não aos SSGNR. A participação nos custos inerentes à frequência da escolaridade obrigatória, ensino secundário e cursos superiores, designadamente as resultantes da aquisição de livros, material escolar e despesas com transportes;
- d) Assistência na Invalidez, Desamparo e Velhice – Esta prestação materializa-se no apoio a viúvas e filhos órfãos que se encontrem em situação de desamparo, bem como aos Beneficiários que requeiram de cuidados especiais, através da participação total ou parcial nas despesas de recolhimento ou internamento em orfanatos, casas de repouso e lares de terceira idade. Esta modalidade de assistência pode também materializar-se através da participação em despesas com a reabilitação de deficientes;
- e) Assistência a órfãos – Aos órfãos de ambos os progenitores que hajam adquirido a qualidade de Beneficiários familiares dos SSGNR, é-lhes assegurada, enquanto estudantes e até à maioridade, ou sendo já maiores, mas ainda em situação de estudante, até à conclusão de um curso superior, um subsídio especial cujo montante e condições constam das respetivas normas de atribuição;
- f) Assistência à Habitação – Aos Beneficiários que não disponham de casa arrendada diretamente aos SSGNR ou ao Estado, pode-lhes ser atribuído, se o requererem, um subsídio mensal destinado a comparticipar parcialmente as rendas pagas e/ou as amortizações de mútuos obtidos para compra de habitação própria, em instituições privadas, se aquelas forem suscetíveis de afetar gravemente o orçamento do agregado familiar.

1.5 ATRIBUIÇÕES

Os SSGNR desenvolvem a sua atividade num espectro muito alargado de áreas, conforme definido pelo seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de julho.

MODALIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL	CARACTERÍSTICAS
Esquemas sociais complementares	Visam fundamentalmente assegurar uma prestação pecuniária, a pagar de uma só vez, por morte do beneficiário.
Ação social	Pagamentos de subsídios aos beneficiários, tais como, assistência sanitária, materno-infantil, escolar, invalidez, desamparo e velhice, órfãos e habitação, carência económica, outras situações extraordinárias.
Ação cultural	Proporcionar aos Beneficiários atividades de natureza cultural.
Fomento do desporto e recreio	Constituição e manutenção de instalações desportivas e sua organização, manutenção de parques de campismo e casas de veraneio e/ou repouso, patrocínio de excursões, etc.
Mutualidade	Concessão de empréstimos a beneficiários, tais como, empréstimos pessoais (pessoais e de saúde), empréstimos de habitação (aquisição, construção e obras) e empréstimos extraordinários (extraordinários e de saúde).
Fomento e apoio da habitação	Promoção de aquisição e construção de casas económicas, destinadas a serem arrendadas ou adquiridas pelos beneficiários.
Outras atividades de natureza de apoio e ação social	Atividades e/ou serviços, tais como Serviços Farmacêuticos, Apoio Social ao beneficiário, e outras que o Conselho de Direção considere como adequadas e tempestivas.

Tabela 1 – Modalidades de Proteção Social

2. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO E INTERNO

Os Serviços Sociais, para a formulação da sua estratégia, dividem os seus *Stakeholders* em dois grandes grupos, os externos e os internos.

O sucesso da missão organizacional dos SSGNR depende, em boa parte, da participação das partes interessadas, sendo que, por essa razão, torna-se imperativamente necessário assegurar que as suas expetativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas nos diferentes processos de decisão.

STAKEHOLDERS	O QUE ESPERAM DOS SSGNR	O QUE ESPERAM OS SSGNR	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE
Internos					
Trabalhadores	– Reconhecimento profissional – Progressão na carreira – Bom ambiente e boas condições de trabalho – Oferta de formação adequada – Valorização remuneratória em função do desempenho e mérito evidenciados.	– Competência e empenho – Domínio das atividades, funções e tarefas decorrentes da Missão e dos processos internos da organização – Espírito de equipa/missão – Adesão consciente e determinada às boas práticas e atitude pró-ativa na satisfação das necessidades dos beneficiários	Médio	Médio	Elevado
Externos					
Beneficiários	– Respostas oportunas e de qualidade aos seus problemas – Profissionalismo, competência e proximidade no relacionamento – Transparência, lealdade e equidade na atribuição das diferentes prestações	– Avaliação crítica e reconhecimento do esforço e da qualidade do serviço (feedback) – Atitude proativa e participativa (sugestões) – Envolvimento e participação ativa na vida dos SSGNR – Fidelização à instituição (permanência pós-aposentação)	Elevado	Elevado	Elevado

Guarda Nacional Republicana (GNR)	– Soluções de qualidade adequadas às necessidades dos seus militares e civis – Contributos oportunos e consequentes para o bem-estar da grande Família da Guarda – Defesa e replicação dos valores e princípios que caracterizam a Guarda	– Consideração dos SSGNR como instrumento relevante na melhoria das condições para o cumprimento da Missão da Guarda – Reforço das sinergias de ligação à Guarda, enquanto “razão de existência” e mais importante “<i>elo de ligação</i>” com os Beneficiários – Apoio e interação nas atividades que se pretendem disponibilizar aos beneficiários	Elevado	Elevado	Elevado
Tutela	– Cumprimento da Missão atribuída, de acordo com as orientações, opções estratégicas e documentos de gestão aprovados – Apoio social complementar de qualidade aos militares e civis da GNR	– Apoio e reconhecimento institucional – Aprovação de legislação considerada adequada às necessidades dos SSGNR – Disponibilidade e interesse na resolução de processos que envolvam outros ministérios	Elevado	Elevado	Médio
Parceiros	– Colaboração na partilha de serviços e de informação – Criação de valor – Cooperação estratégica e institucional (congêneres)	– Cooperação com o serviço no âmbito dos compromissos assumidos – Cooperação na partilha de boas práticas (Benchmarking) – Qualidade dos produtos/serviços prestados – Condições mais vantajosas de mercado	Reduzido	Médio	Médio
Concorrentes	– Concorrência baseada em reserva de mercado	– Complementaridade em áreas onde os SSGNR não podem nem conseguem responder	Reduzido	Reduzido	Reduzido

Tabela 2 – Análise de *Stakeholders*

A síntese da análise SWOT, conforme tabela seguinte, facilita a permanente e adequada análise contextual, contribuindo para a adoção das políticas e medidas de gestão mais consentâneas com o propósito da missão organizacional.

PONTOS FORTES (STRENGTHS)	PONTOS FRACOS (WEAKNESSES)
– Cultura organizacional assente em princípios e valores próprios da condição militar; – Situação económica e financeira saudável e modelo de gestão que privilegia e facilita a transparência e a <i>accountability</i>; – Orçamento constituído exclusivamente por receitas próprias; – Vasto património imobiliário em localização privilegiada; – Prestígio/notoriedade da marca SSGNR; – Proximidade ao beneficiário.	– Dificuldade de recrutamento e de fidelização de trabalhadores; – Existência de uma parte considerável do património imobiliário envelhecido e/ou degradado; – Constrangimentos legais na execução orçamental, diminuindo a autonomia de gestão e dificultando o aproveitamento ótimo dos recursos próprios disponíveis; – Complexidade de gestão logística das infraestruturas – Ausência de pessoal em dedicação exclusiva ou prioritária nas Delegações adstritas às Unidades distribuídas por todo o território continental e insular.
OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES)	AMEAÇAS (THREATS)
– Concretização de um amplo programa de reabilitação do património habitacional e consequente disponibilização aos beneficiários, com garantia de retorno social e económico (por financiamento próprio e através do PRR – Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT)); – Desenvolvimento de novas e/ou renovadas modalidades de prestação, cada vez mais alinhadas com os interesses e necessidades dos beneficiários; – Rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); – Otimização e diversificação dos canais de comunicação; – Intercâmbio, alargamento e cooperação estratégica com parceiros congéneres; – Acolhimento de estagiários no âmbito dos programas de estágios curriculares do ensino superior constituindo uma <i>mais-valia</i> para os SSGNR, estagiários e universidades.	– Instabilidade, conflitos e incerteza no plano internacional com impacto negativo ao nível da União Europeia e no nosso país; – Degradação das condições sociais dos Beneficiários (envelhecimento e isolamento); – Confrontação com novas necessidades dos beneficiários; – Restrições à contratação de pessoal; – Constrangimentos de execução orçamental, com impacto na diversificação e oferta de produtos e serviços aos beneficiários; – Resistência à mudança e inovação; – Constante preocupação com a segurança dos sistemas informáticos resultante do aumento gradual dos ataques cibernéticos, com eventuais consequências nefastas para o Sistema de Gestão informático dos SSGNR.

Tabela 3 – Análise SWOT

3. 2025 – SEGUNDO ANO DO CICLO ESTRATÉGICO 2024-2026.

O ano de 2025 constituiu o “segundo momento” de execução do ciclo estratégico 2024-2026, marcado pela continuidade, consolidação e aprofundamento das orientações definidas no início deste período.

Em coerência com o trabalho desenvolvido no primeiro ano do presente ciclo estratégico, os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana, neste segundo ano, prosseguiram uma política de gestão sustentada, ancorada numa visão de longo prazo e no reforço progressivo das suas áreas estruturantes de intervenção — social, patrimonial e cultural.

Enquanto entidade de ação social complementar, os SSGNR não se substituem ao sistema público de proteção social, assumindo antes um papel distintivo de proximidade e especialização no apoio aos seus Beneficiários— militares e trabalhadores civis da Guarda Nacional Republicana —, cujas especificidades funcionais e exigências profissionais justificam respostas ajustadas e diferenciadas. Neste enquadramento, mantêm como desígnio central aquilo que são as suas “*Razões de Servir e Ajudar*”, promovendo a satisfação das necessidades sociais, o bem-estar e a coesão de uma comunidade particularmente exigente.

A atuação desenvolvida em 2025 inscreve-se num quadro estratégico mais amplo, estruturado desde 2018 e reforçado no atual ciclo, que assenta na valorização e rentabilização do património imobiliário enquanto instrumento de política social, na qualificação das prestações disponibilizadas e na promoção de soluções sustentáveis, equilibradas e com elevado retorno social. Este compromisso com a sustentabilidade — financeira e operacional — constitui um princípio orientador permanente, especialmente relevante numa organização financiada exclusivamente por receitas próprias, provenientes das quotizações dos Beneficiários e da prestação de serviços, sem recurso a quaisquer transferências do Orçamento do Estado.

Neste contexto, os SSGNR procuraram assegurar um equilíbrio rigoroso entre a necessária solidez da gestão interna e a qualidade das respostas prestadas aos beneficiários, garantindo que os ajustamentos organizacionais não apenas preservam, mas reforçam a capacidade de intervenção social. A neutralidade orçamental, a eficiência na afetação de recursos e a adoção de boas práticas de gestão financeira continuaram, assim, a sustentar a concretização de projetos e iniciativas considerados críticos.

O ano de 2025 ficou igualmente marcado pela consolidação de projetos estruturantes e pelo desenvolvimento de novas respostas orientadas para públicos particularmente vulneráveis, designadamente Beneficiários seniores e agregados familiares com pessoas com deficiência grave. Neste domínio, os SSGNR prosseguiram os esforços de identificação e acompanhamento de situações de maior fragilidade social, sempre em total e estreita articulação com a estrutura operacional da Guarda, permitindo uma intervenção mais próxima, célere e ajustada.

Paralelamente, foi dada continuidade a um conjunto alargado de iniciativas de natureza social, cultural e recreativa, dirigidas a diferentes segmentos etários, desde crianças e jovens até à população sénior, promovendo o convívio intergeracional, o reforço dos laços de pertença e a valorização da dimensão humana da instituição. Destacam-se, neste âmbito, as colónias de férias, os programas de intercâmbio

internacional, as atividades descentralizadas nas Unidades, bem como diversos eventos e iniciativas que contribuem para a proximidade e o envolvimento dos beneficiários.

No plano das prestações, os SSGNR mantiveram uma oferta diversificada e abrangente, incluindo apoios de natureza pecuniária — como mútuos, subsídios e instrumentos de previdência — e um vasto conjunto de prestações não pecuniárias, nomeadamente nas áreas da habitação social, turismo, lazer, ação cultural, apoio à infância, juventude e terceira idade. A rede de protocolos institucionais continuou igualmente a afirmar-se como uma *mais-valia* relevante, proporcionando condições vantajosas no acesso a bens e serviços, com particular incidência nas áreas da saúde, educação e apoio social.

No domínio habitacional, foi possível, uma vez mais, assegurar resposta à quase totalidade das solicitações de alojamento para estudantes, bem como manter soluções de habitação temporária e de emergência para Beneficiários em diferentes situações. Simultaneamente, prosseguiu-se a execução dos investimentos na reabilitação e valorização do património imobiliário, com destaque para os projetos enquadrados no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), desenvolvidos em articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), reforçando o papel da habitação enquanto eixo central da política social dos Serviços Sociais.

Importa ainda sublinhar o contributo de áreas específicas de intervenção, como a assistência medicamentosa, assegurada através da farmácia dos SSGNR, quer em regime presencial, quer por via digital, garantindo o acesso equitativo aos beneficiários, incluindo os residentes nas regiões autónomas.

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam um elevado grau de execução das atividades planeadas, em alinhamento com os objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), confirmando a consistência da estratégia seguida e a capacidade de concretização da organização.

Não obstante, subsistem desafios relevantes, em particular ao nível dos recursos humanos. A redução do efetivo, resultante de aposentações, mobilidade e constrangimentos no recrutamento, continua a condicionar a plena capacidade de resposta dos Serviços Sociais. Trata-se de um fator crítico cuja resolução depende de enquadramentos externos à gestão direta do Conselho de Direção, exigindo articulação institucional e soluções estruturais que permitam assegurar a sustentabilidade futura da organização.

Em síntese, podemos afirmar, com confiança, que o ano de 2025 constituiu-se como um ano de continuidade estratégica, consolidação operacional e reforço da missão social dos SSGNR, evidenciando uma organização resiliente, centrada nas pessoas e comprometida com a prestação de um serviço público de qualidade, orientado para o bem-estar e a dignificação dos seus beneficiários.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Relativamente às categorizações de beneficiários, podemos referir que a categoria de beneficiário titular se adquire quer por imposição legal, quer por subscrição voluntária, como a seguir se indica:

Beneficiários titulares por imposição legal – São todos os oficiais, sargentos e guardas do quadro da Guarda Nacional Republicana nas situações de ativo, reserva e reforma, sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 41.º, bem como os candidatos àquele quadro durante os respetivos cursos de formação. Também o pessoal civil dos quadros, quer da Guarda Nacional Republicana, quer dos SSGNR, que se encontrem no ativo ou na aposentação, sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 41.º são beneficiários titulares de pleno direito.

Beneficiários titulares por subscrição voluntária – São os cônjuges sobreviventes dos Beneficiários titulares falecidos, se não contraírem novo casamento e desde que requeiram manter-se como beneficiários, no prazo de seis meses contados da data da morte do conjugue titular, e os filhos menores dos Beneficiários que fiquem órfãos de ambos os progenitores, até à maioridade, desde que o requeiram pelo respetivo representante legal, no prazo de seis meses contado da data da morte do último dos progenitores.

Beneficiários extraordinários – São os oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas que prestem serviço na GNR, não gozando, contudo, das prestações a que se referem as alíneas a), b), e), f) e g) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto, e perdendo a titularidade quando deixarem de prestar serviço na GNR, salvo se naquela data requererem e lhes venha a ser deferida a manutenção dessa qualidade.

Beneficiários familiares – São os cônjuges e filhos dos Beneficiários titulares até aos 25 anos, bem como pessoas que vivam com os Beneficiários titulares não casados, em situação análoga à dos cônjuges, há mais de dois anos e ainda os filhos menores, quer dos Beneficiários titulares, quer dos respetivos cônjuges que coabitem com os mesmos.

Também os filhos maiores e os ascendentes dos Beneficiários titulares a seu exclusivo cargo ou por quem possa, nos termos da legislação em vigor, ser conferido direito a abono de família, pensão de preço de sangue, pensão de sobrevivência, subsídio mensal vitalício, pensão social de invalidez ou assistência na doença pela assistência na doença dos militares da Guarda.

Do mesmo modo, os filhos maiores dos Beneficiários titulares enquanto estudantes, até à conclusão de curso superior, desde que solteiros e vivendo a exclusivo cargo dos Beneficiários titulares e os menores, órfãos de pai e mãe, netos dos Beneficiários titulares, ou cuja representação legal recaia sobre qualquer beneficiário titular, desde que o requeiram por representante legal, no prazo de dois anos contados da data da morte do último dos progenitores sobrevivente também assumem essa titularidade.

O universo geral de Beneficiários dos SSGNR perfaz um total de 107 484 beneficiários.

BENEFICIÁRIOS		
BENEFICIÁRIOS TITULARES		
Carreira Especial Militar	Oficiais	1 653
	Sargentos	4 803
	Guardas	38 396
Carreira Gerais	Civis	561
Carreira de Guarda Florestal	Guardas Florestais	568
SUBTOTAL		45.981
BENEFICIÁRIOS TITULARES – SUBSCRIÇÃO VOLUNTÁRIA		
Cônjuges sobreviventes		1 434
BENEFICIÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS		
Extraordinários		33
ÓRFÃOS		
Órfãos		7
BENEFICIÁRIOS FAMILIARES		
Famíliares		61 503
TOTAL GLOBAL		107 484

Tabela 4 – Total de Beneficiários

Segundo a tabela apresentada acima, do total de Beneficiários titulares no ativo/reserva e reforma, a categoria profissional de Oficiais representa cerca de 3,59%, a categoria profissional de Sargentos 10,45% e a categoria profissional de Guardas 83,50%. Os civis (1,22%) e os guardas-florestais (1,24%), representam 2,46% do universo total do pessoal que se encontra na efetividade de funções.

5. FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA

MISSÃO

“Os SSGNR têm por objeto contribuir para a melhoria do nível de vida dos respetivos beneficiários, assegurando-lhes o acesso a um leque diversificado de prestações no âmbito da proteção social complementar.”

VISÃO

“Afirmar-se, perante os seus beneficiários, como essencial na satisfação das suas necessidades e constituir-se como uma referência de excelência entre as instituições da mesma índole” tendo como divisa: “Razões de Servir e Ajudar”.

VALORES

Os Valores definidos constituem os princípios intemporais de aplicação universal que deverão ser manifestados, quotidianamente, através da exemplar conduta ética e deontológica dos seus trabalhadores, permitindo a concretização do compromisso expresso na Visão. Assim, afirmamos como valores fundamentais da nossa Instituição: *“Camaradagem e Espírito de Corpo”*, *“Solidariedade e Integração”*, *“Competência e Responsabilidade”*, e *“Excelência e Qualidade”*.

6. OS VETORES ESTRATÉGICOS

No âmbito dos vetores estratégicos definidos para o triénio 2024-2026, os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) orientaram, em 2025, a sua atuação na continuidade das linhas previamente estabelecidas, procurando responder às necessidades dos Beneficiários e às exigências do atual contexto socioeconómico.

Estes vetores visam assegurar uma atuação alinhada com os princípios da moderna gestão pública, promovendo uma resposta eficaz, eficiente e ajustada às expetativas dos beneficiários, num contexto institucional em permanente evolução.

Apresentam-se, de seguida, os três vetores estratégicos prioritários para o período em análise, definidos pelo Conselho de Direção no âmbito das Linhas de Orientação Estratégica para 2024-2026, refletindo uma abordagem integrada, contínua e evolutiva da ação dos SSGNR.

Assim, em 2025, os vetores estratégicos orientadores foram os seguintes:

Eficácia e qualidade de serviço

Este vetor traduz o grau de concretização dos objetivos e a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários.

Em 2025, os SSGNR deram continuidade a iniciativas de melhoria dos serviços, reforçando a eficácia da resposta às necessidades dos beneficiários. Os resultados dos inquéritos de satisfação evidenciam uma perceção globalmente positiva, reconhecendo os serviços como um contributo relevante para a melhoria da qualidade de vida.

Prosseguiu-se, assim, a melhoria contínua de processos e serviços, reforçando a capacidade de resposta e consolidando uma atuação orientada para o beneficiário.

Economia e eficiência operacional

Este vetor reflete a preocupação com uma gestão rigorosa e responsável dos recursos provenientes dos beneficiários.

Para além da concretização dos objetivos, foi assegurada a observância dos princípios da economia e eficiência, promovendo a adequada utilização dos recursos, o controlo de custos e a maximização do valor gerado.

Destaca-se, igualmente, a otimização do desempenho organizacional, através da valorização dos recursos humanos e da utilização eficiente dos meios disponíveis, assegurando níveis elevados de produtividade e sustentabilidade.

Comunicação e imagem organizacional

A comunicação e a projeção institucional constituem um vetor essencial para a afirmação dos SSGNR como organização de referência na ação social complementar.

As análises do Conselho de Direção, suportadas em diversos instrumentos de gestão, evidenciam a importância do reforço da comunicação e da visibilidade institucional.

Em 2025, foram prosseguidos esforços de valorização da imagem organizacional, reconhecendo-se a comunicação eficaz como fator determinante para a reputação externa, bem como para o reforço do envolvimento e motivação dos trabalhadores. Neste âmbito, destaca-se a presença em redes sociais, nomeadamente Instagram e WhatsApp, contribuindo para uma maior proximidade com os Beneficiários e para a divulgação das atividades e resultados.

6.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No âmbito da análise estratégica realizada para o triénio 2024-2026, aprovada em 17 de janeiro de 2023, foram definidos um conjunto de Objetivos Estratégicos (OE), estruturados de acordo com a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRIÉNIO 2024-2026	
OE1	Reabilitação do Património (objetivo de efeito multiplicador) e as novas funções sociais da habitação
OE2	Melhoria do retorno social e económico
OE3	Revalorização das Infraestruturas Turísticas (repouso e lazer)
OE4	Implementar Projetos diferenciados (beneficiário sénior e pessoas com deficiência)
OE5	Melhorar a comunicação e interação com os Beneficiários
OE6	Garantir a neutralidade orçamental dos novos projetos

Tabela 5 – Objetivos Estratégicos - Triénio 2024-2026

A atuação dos Serviços Sociais da GNR assenta em três pilares fundamentais, que estruturam as suas principais linhas de intervenção:

I — Ação Social, através de diversas modalidades de proteção social, designadamente no âmbito dos esquemas sociais complementares, incluindo subsídios, empréstimos e outros apoios;

II — Ação Cultural, orientada para a promoção de atividades socioculturais e recreativas, como viagens culturais, iniciativas de lazer e outras ações destinadas à ocupação saudável dos tempos livres;

III — Ação Patrimonial, centrada na gestão e valorização das infraestruturas e do património imobiliário dos SSGNR, nomeadamente no domínio da habitação social.

No âmbito destas áreas de intervenção, os SSGNR prosseguiram, ao longo de 2025, uma política de gestão assente na continuidade, consolidação e aprofundamento das medidas sociais já implementadas, contando para o efeito com a colaboração dos diversos parceiros institucionais e demais entidades que contribuem para o cumprimento da sua missão.

No domínio da ação social complementar, foram mantidas e reforçadas as medidas de apoio aos beneficiários, nomeadamente através da atribuição de subsídios e da concessão de empréstimos, medidas que, fruto das alterações introduzidas em 2025, tiveram um impacto positivo na melhoria das condições de vida de muitos beneficiários.

No que respeita à ação cultural, os SSGNR continuaram a promover um conjunto diversificado de atividades socioculturais e de lazer, incluindo viagens culturais e outras iniciativas de convívio e ocupação de tempos livres, amplamente valorizadas pelos participantes. Estas iniciativas contribuíram para o reforço dos laços de proximidade e camaradagem entre os beneficiários, bem como para a promoção do seu bem-estar e qualidade de vida.

Por fim, no âmbito da ação patrimonial, os SSGNR deram continuidade ao esforço de valorização e reabilitação do seu património imobiliário, em consonância com as orientações estratégicas definidas para o triénio em curso. Durante o ano de 2025 prosseguiu o investimento na recuperação e requalificação do edificado, assegurando condições adequadas de segurança, conforto e habitabilidade para os beneficiários, a custos socialmente equilibrados e financeiramente sustentáveis.

Este esforço tem sido concretizado através de financiamento proveniente quer de programas públicos, designadamente no âmbito do BNAU-PRR, quer de recursos próprios dos SSGNR, permitindo simultaneamente gerar retorno social e valorização económica do património, com impacto direto no reforço da capacidade de apoio aos beneficiários, em particular aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

6.2 OBJETIVOS OPERACIONAIS

Na prossecução dos Objetivos Estratégicos (OE) definidos para o triénio 2024-2026, com o propósito de melhorar a capacitação das pessoas, bem como a valorização das infraestruturas e equipamentos, em ordem à prestação de um serviço que se pretende de excelência a todos os seus beneficiários, para concretização em 2025, os Serviços Sociais definiram os 8 (oito) seguintes Objetivos Operacionais (OO):

OBJETIVOS OPERACIONAIS PARA O ANO DE 2025	
001	Atribuir casas com função de natureza social (habitação social familiar, residências para estudantes, alojamento temporário de emergência e habitação partilhada)
002	Reabilitar o património físico (IFT's, lares académicos e habitação com funções sociais)
003	Concluir obra de construção civil relativa a fogos inscritos no âmbito da BNAUT-PRR
004	Aplicar o "Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)", conforme decorre da Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro
005	Aumentar o número de participantes nos eventos socioculturais
006	Aumentar o volume de faturação das vendas nos Serviços Farmacêuticos
006 (alterada a meta a 13/10/2025)	Aumentar o número de vendas/dispensas de medicamentos/produtos com prescrição SNS nos Serviços Farmacêuticos (SF) ⁴
007	Potenciar os níveis de motivação dos trabalhadores
008	Aumentar os níveis de satisfação dos Beneficiários

Tabela 6 - Objetivos Operacionais – ano 2025

⁴ O objetivo n.º 6 do QUAR 2025 foi alvo de alteração, com pedido de reformulação efetuado a 13OUT2025, dirigido à SGMAI, em conformidade com a alínea d) do n.º1 do artigo 8º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece a possibilidade de revisão do QUAR, em função de contingências não previsíveis ao nível político e administrativo e, ainda, de acordo com o ponto 7 do Ofício Circular 13/GDG/08 da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, que veio estabelecer que só há lugar à reformulação de objetivos quando justificada por motivos supervenientes não previsíveis, mediante validação prévia por parte do GPEARl e posterior aprovação do membro do Governo e cujo parecer foi favorável à pretensão destes SSHNR e, pela SGMAI remetido à Tutela MAI.

II - AVALIAÇÃO DO QUAR 2025

1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)

Nos termos do regime aplicável e na sequência da proposta de Plano de Atividades e QUAR para 2025 oportunamente submetida à Tutela, cumpre assinalar que, até à data de elaboração do presente Relatório de Atividades, não foi ainda comunicada decisão formal de homologação daqueles instrumentos de gestão.

Não obstante tal circunstância, os SSGNR desenvolveram a sua atividade em conformidade com a proposta submetida, observando os objetivos estratégicos e operacionais nela inscritos, bem como os referenciais decorrentes do Orçamento do Estado e demais orientações aplicáveis, tendo o acompanhamento e avaliação da execução sido efetuados com base nesse quadro de referência.

Os SSGNR, tal como todos os organismos públicos do Estado, encontram-se vinculados à colocação, nos respetivos QUAR, dos objetivos decorrentes dos termos inscritos na LOE, sendo que o Plano de Atividades (com QUAR integrado) foi apresentado em conformidade com a então Proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2025, que veio a ser aprovado pela Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro.

Em 2025, os Serviços Sociais deram continuidade a quatro objetivos do QUAR 2024 – dois do parâmetro de eficácia (OO1 e OO2), e dois do parâmetro de qualidade (OO7 e OO8), tendo inscrito novos objetivos, nomeadamente os OO3, OO4, OO5 e OO6, referenciados na tabela 6 – objetivos operacionais, deste relatório, de resto como inicialmente estipulado em Sede de Plano de Atividades e QUAR 2025, aprovado por deliberação do Conselho de Direção, constante da Informação n.º 142/RAF-SRHB/2024, de 22 de novembro.

Contudo, em 13 de outubro de 2025, os Serviços Sociais, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 8º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como do ponto 7 do Ofício Circular n.º 13/GDG/08 da DGAEP, solicitaram à SGMAI a alteração do objetivo n.º 6, referente ao parâmetro de eficiência, nomeadamente *“Aumentar o volume de faturação das vendas nos Serviços Farmacêuticos”*, em virtude da ocorrência de circunstâncias supervenientes não previsíveis à data da fixação inicial dos objetivos, e cujo indicador estipulado assentava na relação entre *“[(volume de faturação médio 2025 / volume de faturação médio 2024) -1] x 100”*, para um novo objetivo, no caso, o de *“Aumentar o número de vendas/dispensas de medicamentos/produtos com prescrição SNS nos Serviços Farmacêuticos”*, cujo indicador estipulado assentou na relação entre *“[(Número de vendas/dispensas com receituário SNS 2025 / Número de vendas/dispensas com receituário 2024) -1] x 100”*.

Com efeito, importa desde já justificar o porquê de tal pedido de alteração, desde logo pela própria dinâmica de crescimento da procura registada no ano de 2025, associada ao alargamento do universo de Beneficiários atendidos e consequente incremento das dispensas de medicamentos com prescrição comparticipada pelo SNS, mas também devido à intensificação das vendas presenciais e *online*, bem como aos ganhos operacionais decorrentes do investimento realizado na gestão e armazenamento de stocks, o que, no seu conjunto, produziu resultados significativamente superiores aos inicialmente projetados,

tornando o indicador originalmente definido menos adequado à aferição do desempenho efetivo dos Serviços Farmacêuticos.

Neste contexto, entendeu-se que o objetivo reformulado — centrado no aumento do número de vendas/dispensas de medicamentos e produtos com prescrição SNS — traduziria de forma mais fiel a eficiência operacional prosseguida, bem como a orientação do serviço para a satisfação das necessidades dos Beneficiários e para a prossecução da nobre missão social dos SSGNR.

A alteração proposta foi, assim, fundamentada na necessidade de ajustamento do indicador e da meta a uma realidade superveniente não antecipável aquando da elaboração do QUAR, não configurando desvio material aos objetivos estratégicos inicialmente definidos, mas antes a sua adequada adaptação às condições efetivamente verificadas na execução.

O QUAR de 2025, estruturado em oito objetivos operacionais, teve, à semelhança de anos anteriores, em consideração o adequado dimensionamento dos pesos atribuídos a cada parâmetro de avaliação, relevando-se o parâmetro da qualidade com a ponderação mais expressiva (50%), por ser aquele que melhor traduz o desempenho global da organização e a prossecução da respetiva missão pública. Seguiram-se os parâmetros da eficácia (30%) e da eficiência (20%), este último igualmente determinante para os efeitos globais de avaliação em sede de SIADAP 1, num quadro de alinhamento e complementaridade entre as três dimensões de desempenho.

QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2025									
Ministério da Administração Interna									
Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana								31/12/2025	
Missão: Os SSSNR têm por objeto contribuir para a melhoria do nível de vida dos Beneficiários, assegurando-lhes o acesso a um leque diversificado de prestações no âmbito da proteção social complementar.									
Objetivos Estratégicos (OE)*									
OE 1 Promover a autoavaliação organizacional e uma cultura de melhoria contínua									
OE 2 Qualificar, motivar e alinhar os trabalhadores, envolvendo-os na estratégia organizacional									
OE 3 Criar, desenvolver e inovar a interoperabilidade dos sistemas de informação									
OE 4 Otimizar e rentabilizar os processos de apoio à ação social e patrimonial									
OE 5 Reduzir despesas e aumentar receitas melhorando a economia organizacional									
OE 6 Reforçar a comunicação e consolidar a imagem organizacional									
OE 7 Aumentar a qualidade do serviço e o nível de satisfação dos beneficiários									
Objetivos Operacionais (OO)			Meta	Meta	Concretização			Desvios	
			Ano 2024	Ano 2025	Resultados	Classificação			
						Superou	Atingiu		Não atingiu
EFICÁCIA		30%							
OB 1		50%	50	50	77	154,00%	0,00%	0,00%	54,00%
Atribuir casas com função de natureza social (habitação social familiar, residências para estudantes, alojamento temporário de emergência e habitação partilhada)	Ind 1	N.º de casas com funções sociais atribuídas							
	Peso	100%							
OB 2		25%	30	30	33	110,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Reabilitar o património físico (IFT's, lares académicos e habitação com funções sociais)	Ind 2	Nº de alojamentos reabilitados (IFT's, lares académicos e habitação com funções sociais)							
	Peso	100%							
OB 3		25%	n.a.	20	32	160,00%	0,00%	0,00%	60,00%
Concluir obra de construção civil relativa a fogos no âmbito da BNAUT-PRR	Ind 3	N.º de fogos concluídos							
	Peso	100%							
EFICIÊNCIA		20%							
OB 4		50%	n.a.	15%	17,50%	116,67%	0,00%	0,00%	16,67%
Aplicar o "Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)", conforme decorre da Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro	Ind 4	[(n.º de trabalhadores com postos de trabalho caracterizados (ReCAP) / n.º total de trabalhadores efetivos) -1] X100							
	Peso	100%							
OB 5		25%	n.a.	5%	7,80%	156,00%	0,00%	0,00%	56,00%
Aumentar o número de participantes nos eventos socioculturais	Ind 5	[(n.º de participantes em eventos 2025 / n.º de participantes 2024) -1] X100							
	Peso	100%							
OB 6		25%	n.a.	2%	6,03%	301,50%	0,00%	0,00%	201,50%
Aumentar o número de vendas/dispensas de medicamentos/produtos com prescrição SNS nos Serviços Farmacêuticos	Ind 6	[(n.º de vendas/dispensas com receita SNS 2025/n.º de vendas/dispensas com receita SNS 2024) -1] X 100							
	Peso	100%							
QUALIDADE		50%							
OB 7		40%	[3,9;4,2]	[3,5;4,0]	3,90	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Potenciar os níveis de motivação dos trabalhadores	Ind 7	Índice do grau de motivação e/ou satisfação dos trabalhadores							
	Peso	100%							
OB 8		60%	[3,9;4,2]	[3,5;4,0]	4,90	122,50%	0,00%	0,00%	22,50%
Aumentar os níveis de satisfação dos Beneficiários	Ind 8	Índice de satisfação dos Beneficiários em relação aos serviços e/ou produtos SSSNR							
	Peso	100%							
Explicitação da fórmula utilizada									
O cálculo da classificação obtida em cada indicador é obtido de forma distinta entre os indicadores de incremento positivo e os indicadores de incremento negativo. No caso dos indicadores de incremento positivo a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido [(Resultado - Meta N)/Meta]. No caso dos indicadores de incremento negativo a classificação obtida é dada pela soma aritmética entre a realização plena (100%) e o desvio ocorrido [(Meta N - Resultado)/Meta].									
O resultado obtido em cada parâmetro é apurado por uma média ponderada da classificação obtida em cada um dos indicadores que concorrem para esse parâmetro, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos indicadores conjugado com o peso do objetivo que incorporam.									

Recursos Humanos		Pontuação	Planeados		Executados	Desvio			
Militares									
Direção Superior		20	60		60				
Oficiais		12	72		48				
		0	0		0				
Sargentos		8	120		64				
Guardas		6	306		180				
Civis - Carreiras Gerais									
Técnico Superior		12	288		144				
Assistente Técnico		8	152		88				
Assistente Operacional		5	195		105				
Civis - Carreiras Especiais									
Especialista de Sistemas e Tec. de Informação		12	12		0				
Técnico de Sistemas e Tec. de Informação		9	18		9				
TOTAL			1223		698	525			
Orçamento (M€)			Estimado	Realizado	Desvio				
Funcionamento			23 500 000,00						
PIDDAC									
Parâmetros			Eficácia			Avaliação Final do Organismo			
			Ponderação	30%	Ponderação		20%	Ponderação	50%
			144,50%		172,71%		113,50%		
			43,35%		34,54%		56,75%		
			Avaliação final do serviço						
			Bom	Satisfatório	Insuficiente	134,64%			
			X						
			Recursos Financeiros e Humanos						
			Recursos Financeiros						
						25 509 615,66			
			■ 23 500 000,00			■ Realizado (M€)			
			Recursos Humanos						
						1 223			
			Planeado (pontos)			Executado (pontos)			
Listagem das Fontes de verificação									
Indicador 1	Reportes de execução (CD - Conselho de Direção)								
Indicador 2	Relatórios de execução e acompanhamento (GT - Gabinete Técnico)								
Indicador 3	Reportes aos níveis de serviço (GT - Gabinete Técnico)								
Indicador 4	Reportes aos níveis de serviço (SRHB - Secção de Recursos Humanos e de Beneficiários)								
Indicador 5	Reportes aos níveis de serviço (GT - Gabinete Técnico - SOB - Serviço de Obras)								
Indicador 6	Reportes aos níveis de serviço (RAF - Repartição Administrativa e Financeira - SF - Serviços Farmacêuticos)								
Indicador 7	Inquérito de satisfação e sistemas de informação e comunicação (SRHB - Secção de Recursos Humanos e de Beneficiários - SPG - Serviço de Planeamento e Gestão)								
Indicador 8	Inquérito de satisfação e sistemas de informação e comunicação (RPS - Repartição de Prestações Sociais - Eventos e Protocolos)								
*Objetivos Estratégicos definidos no documento de gestão "Linhas de Orientação Estratégica dos SSGNR 2024-2026" aprovado por deliberação do Conselho de Direção n.º 162/RAF-SRHB/2023, de 07 de novembro.									

Tabela 7 – QUAR 2025– Resultados alcançados

2. AVALIAÇÃO DO GRAU DOS OBJETIVOS

EFICÁCIA

Objetivo 1

Atribuir casas com função de natureza social (habitação social familiar, residências para estudantes, alojamento temporário de emergência e habitação partilhada).

INDICADOR 1							
Meta 2025	50	Resultado	77	Taxa de Realização	154,00%	Desvio	54,00%

Tabela 8 – Execução do Objetivo 1

Indicador 1: Os SSGNR inscrevem, desde o ano de 2017, no QUAR e como objetivo determinante do parâmetro de eficácia, a atribuição de casas com função de natureza social, nomeadamente, habitação social familiar, residências para estudantes, alojamento temporário de emergência, habitação partilhada e, desde 2022, alojamento de curta duração.

Assim, para além das casas disponibilizadas em regime de arrendamento apoiado, foram atribuídas **77** (setenta e sete) novas habitações, das quais, 51 de alojamento temporário de emergência (situações de doença, violência doméstica e perda de habitação), 8 para residências de estudantes (em resposta complementar aos lares académicos), e 18 para habitação partilhada (militares deslocados da sua residência habitual).

A habitação constitui-se como um dos mais críticos problemas para os nossos Beneficiários e respetivos agregados familiares, em função das exigências de disponibilidade e mobilidade próprias da condição militar e do exercício da função policial, razão pela qual, os SSGNR continuam focados na aposta da reabilitação patrimonial e sua consequente revalorização e rentabilização, dando prossecução a este objetivo operacional, inserido num quadro plurianual, tendo conseguido, mesmo num período de dificuldades e constrangimentos financeiros e económicos, ultrapassar a meta proposta para o ano de 2025, tendo a mesma sido superada com um desvio positivo de 4,00%.

Na realidade, e uma vez mais, trata-se de um resultado muito positivo, que traduz a capacidade de resposta atenta e oportuna às múltiplas solicitações havidas por parte dos beneficiários, em especial daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, a que os SSGNR têm vindo a dar permanente resposta, continuando a prosseguir com uma política de gestão interna focada em três eixos prioritários, da qual a patrimonial é sem dúvida um dos mais marcantes, pelo que, a inscrição deste objetivo no seu QUAR organizacional se assume como determinante para a prossecução da nobre missão destes Serviços Sociais.

Objetivo 2Reabilitar o património físico (IFT's, lares académicos e habitação com funções sociais)

INDICADOR 2							
Meta 2025	30	Resultado	33	Taxa de Realização	110,00%	Desvio	10,00%

Tabela 9 – Execução do Objetivo 2

Indicador 2: Em 2025, os Serviços Sociais prosseguiram, de forma sustentada, com uma política de recuperação, valorização e reabilitação do seu património físico, concretizando e, em vários aspetos, superando os objetivos delineados em sede de Plano de Atividades. Com efeito, a orientação estratégica então definida, assente no aprofundamento da recuperação patrimonial, bem como no reforço da capacidade instalada e na melhoria das condições de habitabilidade e utilização do património imobiliário, conheceu plena materialização ao longo do ano.

Neste sentido, e em linha com o que havia sido projetado, os Serviços Sociais mantiveram um rumo estratégico de aposta consistente no eixo patrimonial, nomeadamente pela reabilitação do parque habitacional afeto às funções sociais, abrangendo habitação familiar, lares académicos e residências de estudantes, bem como infraestruturas de repouso e lazer, designadamente através da realização de um conjunto amplo e diversificado de intervenções estruturais, obras de requalificação e ações de conservação e manutenção. Esta atuação confirmou a continuidade de uma estratégia de gestão orientada não apenas para a recuperação do edificado existente, mas igualmente para a sua valorização funcional e para a criação de melhores condições de utilização por parte dos beneficiários.

Merece particular relevo o esforço de investimento prosseguido na requalificação da rede de residências académicas e demais infraestruturas de apoio, acompanhando a procura verificada junto dos polos universitários e das infraestruturas turísticas, designadamente em Castro Marim, Portimão, Atalaia, Peniche, Ericeira e Évora, sempre em estreita conformidade com a prioridade estratégica definida de reforço do alojamento estudantil e da ampliação da oferta disponível. Simultaneamente, foi dada continuidade à política de rentabilização do património social e ao propósito de proporcionar melhores condições de dignidade, segurança e conforto em todas as respostas habitacionais e infraestruturais disponibilizadas.

Neste contexto, foram integralmente reabilitadas **33** frações, anteriormente devolutas e em elevado estado de degradação, ultrapassando a meta fixada em QUAR de 30 frações. Este resultado traduziu-se numa taxa de realização de 110,00%, correspondente a um desvio positivo de 10,00%, evidenciando não apenas o cumprimento do Objetivo Operacional 2, mas também a eficácia da estratégia delineada e executada.

Os resultados alcançados confirmam, assim, a consistência entre o planeamento e a execução, bem como o compromisso dos Serviços Sociais com uma política patrimonial ativa, orientada para a preservação e valorização do seu património, para o aumento da capacidade de resposta social e para a melhoria

continuada das condições de habitabilidade, acolhimento e *bem-estar* proporcionadas aos Beneficiários, em contexto de residência, apoio social, lazer, férias, trabalho ou necessidades temporárias de saúde e emergência.

Objetivo 3

Concluir obra de construção civil relativa a fogos no âmbito da BNAUT-PRR

INDICADOR 3							
Meta 2025	20	Resultado	32	Taxa de Realização	160,00%	Desvio	60,00%

Tabela 10 – Execução do Objetivo 3

Indicador 3: Em 2025, os Serviços Sociais prosseguiram a execução de um dos mais relevantes objetivos estratégicos inscritos no parâmetro de eficácia do QUAR, concretizando de forma particularmente expressiva o propósito definido em sede de Plano de Atividades quanto à conclusão de obras de construção civil relativas a fogos financiados no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Em conformidade com a orientação estratégica traçada, manteve-se, como prioridade, a execução do programa de reabilitação patrimonial inscrito no PRR, no qual os SSGNR integraram um universo de 128 habitações a reabilitar no horizonte de cinco anos, compreendendo 99 fogos de habitação familiar e 29 de habitação partilhada, correspondentes a 183 alojamentos, com um financiamento global de 6,1 milhões de euros. Este programa continuou a afirmar-se como um pilar estruturante da política de gestão patrimonial dos Serviços Sociais para o triénio 2024-2026, dada a sua relevância na expansão da capacidade habitacional e na melhoria das respostas sociais disponibilizadas aos beneficiários.

No decurso do ano de 2025, e em linha com o que havia sido projetado, prosseguiram e concluíram-se intervenções adjudicadas em anos anteriores, bem como outras em curso que transitaram do ano anterior (2024), num processo marcado pela gestão de condicionantes externas e imponderáveis associados à execução das empreitadas, designadamente alguns atrasos pontuais na progressão física das obras, circunstâncias que, embora tenham condicionado o ritmo de execução em determinados momentos, foram sendo progressivamente ultrapassadas, sem comprometerem o objetivo estratégico subjacente, nem o calendário global previsto para conclusão do programa.

Neste contexto, e superando de forma muito significativa a meta fixada em QUAR de 20 fogos concluídos, foram efetivamente concluídas **32** obras de construção civil, traduzindo-se este desempenho numa taxa de realização de 160,00% e num desvio positivo de 60,00%, resultado particularmente expressivo que evidencia não apenas o cumprimento, mas a superação muito relevante do Objetivo Operacional 3.

Os resultados alcançados refletem a capacidade dos Serviços Sociais em transformar em execução concreta os investimentos estruturantes inscritos no PRR, confirmando a robustez da estratégia definida e a

centralidade do vetor patrimonial como instrumento alavancador das demais prestações sociais complementares.

A disponibilização destes novos fogos reforça, em termos tangíveis, a missão de facilitar o acesso à habitação em condições dignas e financeiramente acessíveis para os militares da Guarda e respetivos agregados familiares, constituindo simultaneamente um marco relevante num ciclo mais amplo de recuperação patrimonial cujo desfecho se prevê consolidar plenamente em 2026, dentro dos prazos programados.

EFICIÊNCIA

Objetivo 4

Aplicar o "Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)", conforme decorre da Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro

INDICADOR 4							
Meta 2025	15%	Resultado	17,50%	Taxa de Realização	116,67%	Desvio	16,67%

Tabela 11 – Execução do Objetivo 4

Indicador 4: No ano de 2025, os SSGNR promoveram a implementação gradual do “Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)”, aprovado pela Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro, assumindo este instrumento não apenas enquanto imposição normativa, mas como oportunidade de reforço das práticas de gestão estratégica de recursos humanos e de alinhamento organizacional.

Neste contexto, procedeu-se ao desenvolvimento e aplicação de um Manual de Análise e Descrição de Funções, incidindo, numa primeira fase, sobre a área administrativa de recursos humanos e de apoio ao beneficiário, permitindo caracterizar postos de trabalho e identificar competências associadas em conformidade com o referencial aprovado. Esta intervenção abrangeu **17,50%** do total da organização, superando a meta fixada de 15%.

A execução deste objetivo permitiu, assim, dar início à internalização progressiva do modelo ReCAP nos SSGNR, promovendo maior sistematização na gestão de competências, reforço do alinhamento funcional e valorização dos instrumentos de planeamento e gestão de recursos humanos, em consonância com as melhores práticas da Administração Pública.

Face aos resultados obtidos, verificou-se uma taxa de realização de 116,67%, correspondente a um desvio positivo de 16,67% face à meta estabelecida, pelo que se conclui que o objetivo definido no QUAR foi atingido e superado.

Objetivo 5

Aumentar o número de participantes nos eventos socioculturais

INDICADOR 5							
Meta 2025	5%	Resultado	7,80%	Taxa de Realização	156,00%	Desvio	56,00%

Tabela 12 – Execução do Objetivo 5

Indicador 5: No ano de 2025, os SSGNR deram continuidade ao seu vetor estratégico de promoção do *bem-estar* social e reforço do sentido de pertença dos Beneficiários, através da dinamização de um conjunto alargado de ações e eventos socioculturais, que registaram forte adesão e participação dos diversos escalões etários do universo de beneficiários.

Da análise global dos dados apresentados, verifica-se uma tendência consistente de crescimento do número de participantes nas atividades socioculturais em 2025 face a 2024, particularmente nos eventos de maior expressão, como o “Dia da Criança”, as “Colónias Balneares Infantis”, o “Circo de Natal”, o “Dia das Atividades em Família” nos Comandos Territoriais, a “Animação de Verão” e os vários concursos temáticos promovidos ao longo do ano, dos quais se registaram crescimentos percentuais particularmente expressivos. Destaca-se, em especial, o aumento da participação em iniciativas como o “Concurso Dia do Pai”, o “Concurso Dia da Mulher”, bem como o impacto positivo decorrente da diversificação da oferta sociocultural e do reforço das parcerias institucionais estabelecidas com entidades congéneres e parceiros externos, que permitiram ampliar a abrangência e atratividade das atividades disponibilizadas.

Paralelamente, o reforço dos canais de comunicação e divulgação, incluindo a entrada em novos meios digitais, designadamente o Canal *WhatsApp* e o *Instagram*, que contribuíram para potenciar a disseminação da informação e aumentar o alcance das iniciativas promovidas. Contudo, e embora se tenham verificado decréscimos pontuais em algumas atividades de menor dimensão, estes não comprometem a evolução positiva global observada.

Com base na análise agregada dos principais eventos e atividades socioculturais, o número global de participantes em 2025 apresentou um registo com aumento de **7,80%** face a 2024, superando a meta fixada de 5% e correspondendo a uma taxa de realização de 156%. Este desempenho evidencia uma evolução claramente positiva da participação dos Beneficiários nas atividades promovidas, permitindo concluir que o objetivo definido no QUAR foi não apenas atingido, mas superado.

Objetivo 6

Aumentar o número de vendas/dispensas de medicamentos/produtos com prescrição SNS nos Serviços Farmacêuticos

INDICADOR 6							
Meta 2025	2%	Resultado	6,03%	Taxa de Realização	301,50%	Desvio	201,50%

Tabela 13 – Execução do Objetivo 6

Indicador 6:

Em 2025, os Serviços Farmacêuticos prosseguiram com a execução deste importante objetivo, ainda apara mais num contexto particularmente exigente, marcado por fatores externos condicionantes, designadamente constrangimentos no abastecimento de medicamentos, ocorrência de ruturas de stock e crescente pressão concorrencial decorrente do reforço dos operadores de comércio eletrónico no setor farmacêutico. Não obstante este enquadramento adverso, que teve impacto no volume global de vendas, o qual registou uma redução de 2,42% face a 2024, verificou-se um crescimento muito expressivo no segmento específico objeto do presente indicador.

Com efeito, as vendas/dispensas de medicamentos e produtos com prescrição médica no âmbito do SNS ascenderam a 361 403,78€, traduzindo um crescimento de 6,03% relativamente ao ano anterior, superando largamente a meta fixada em sede de QUAR que havia sido estabelecida em 2%. Este desempenho correspondeu a uma taxa de realização de 301,50%, com um desvio positivo de 201,50%, o que evidencia uma execução muito acima do inicialmente previsto.

Importa sublinhar que este resultado assume particular relevância por ter sido alcançado num contexto em que as vendas sem prescrição médica registaram uma redução de 5,50%, demonstrando que o crescimento do receituário SNS não decorreu de um aumento generalizado da procura, mas antes do reforço da capacidade de resposta dos Serviços Farmacêuticos neste segmento específico, em linha com a missão assistencial prosseguida.

Paralelamente, apesar da redução do número de atendimentos presenciais, verificou-se um aumento do *ticket médio* e um reforço dos canais não presenciais, nomeadamente através do serviço “Farmácia +Próxima (online)”, fatores que contribuíram para preservar níveis adequados de acessibilidade, cobertura e satisfação dos beneficiários. Este comportamento confirma uma tendência já observada em anos anteriores de transformação dos padrões de procura e utilização dos serviços farmacêuticos destes Serviços Sociais.

Acresce referir que os resultados alcançados refletem, igualmente, uma gestão eficiente da atividade, sustentada na otimização dos processos de aquisição, no equilíbrio da gestão de stocks e na monitorização permanente dos indicadores operacionais e financeiros, permitindo assegurar simultaneamente sustentabilidade económico-financeira e qualidade do serviço prestado.

Neste contexto, considera-se como plenamente atingido, e claramente superado, o objetivo definido em sede de QUAR, sendo de assinalar que o resultado obtido reforça a trajetória positiva dos Serviços Farmacêuticos no domínio do acesso dos Beneficiários à oferta medicamentosa comparticipada, em plena consonância com aquelas que são as nossas «*Razões de Servir e Ajudar*» e que norteiam a atuação dos SSGNR.

QUALIDADE

Objetivo 7

Potenciar os níveis de motivação dos trabalhadores

INDICADOR 7							
Meta 2025	[3,5;4,0]	Resultado	3,90	Taxa de Realização	100,00%	Desvio	0,00%

Tabela 14 – Execução do Objetivo 7

Indicador 7: A avaliação do presente indicador teve por base os resultados do questionário de satisfação aplicado aos trabalhadores dos SSGNR, cuja análise detalhada consta de anexo ao presente Relatório de Atividades, constituindo este instrumento um relevante mecanismo de auscultação organizacional e de suporte à gestão dos recursos humanos, ao permitir aferir níveis de motivação, perceções sobre o ambiente de trabalho, liderança, condições laborais e grau de identificação dos trabalhadores com a missão institucional.

No ano de 2025, os resultados apurados confirmaram, de forma inequívoca, a manutenção de níveis elevados de motivação e satisfação profissional, com reforço de alguns dos traços estruturantes já identificados em anos anteriores, designadamente o forte espírito de corpo, camaradagem, entreaajuda e o elevado sentimento de pertença que caracterizam a cultura organizacional dos Serviços Sociais.

De forma inédita, usou-se neste ano de 2025, o resultado apurado em sede de inquérito de satisfação, e não o resultado de apenas uma única questão, tal como se vinha fazendo em anos anteriores, afinal a expressão de satisfação deve atender a uma multiplicidade de sensibilidades, e não ficar cingida apenas a uma questão, ainda que a mesma tivesse sido sempre a considerada para efeitos de aferição do indicador QUAR, - “*Trabalhar nos SSGNR com satisfação*”. Ainda assim, e no que a esta questão-chave respeita, importa desde já referir que a mesma obteve um resultado ainda mais expressivo do que no ano anterior, tendo-se apurado um índice de satisfação de 4,32, ou seja, um valor superior ao registado em 2024 que havia sido de 4,24.

Em termos globais, e considerando o intervalo-meta fixado para o ano de 2025 [3,5 – 4,0], o resultado apurado foi de **3,90**, o que se traduz como sendo muito positivo e prova do “espírito de corpo” que prolifera na organização e, assim, assegurando o cumprimento integral do objetivo, com taxa de realização de 100,00%. Este resultado confirma uma perceção global muito favorável dos trabalhadores relativamente à organização, às condições de trabalho, ao ambiente relacional e à liderança exercida.

A análise do inquérito permitiu igualmente evidenciar que os bons resultados obtidos decorrem não apenas das condições objetivas de trabalho proporcionadas, mas também de fatores de natureza relacional e identitária profundamente enraizados na organização, designadamente a forte coesão entre trabalhadores militares e civis, a qualidade das relações interpessoais, a proximidade com as chefias e a identificação com a missão singular dos SSGNR, cuja natureza social e solidária constitui, reconhecidamente, um fator acrescido de motivação e compromisso.

Assim, em termos globais, os resultados de 2025 evidenciam uma evolução positiva e consolidada, reveladora de um ambiente organizacional saudável, coeso e favorável ao desempenho, sustentado no empenho, dedicação, brio e profissionalismo dos trabalhadores, bem como em relações interpessoais sólidas e num sentimento de pertença particularmente robusto.

Em síntese, os resultados obtidos confirmam o cumprimento do Objetivo Operacional 7 e reforçam a leitura de que os SSGNR dispõem de um capital humano fortemente comprometido com a organização e com as suas *“Razões de Servir e Ajudar”*, devendo prosseguir uma trajetória de melhoria contínua centrada na valorização dos recursos humanos, no reforço das condições internas de trabalho e na promoção de práticas de gestão que aprofundem ainda mais os níveis de satisfação, motivação e compromisso organizacional.

Objetivo 8

Aumentar o nível de satisfação dos Beneficiários

INDICADOR 8							
Meta 2025	[3,5;4,0]	Resultado	4,90	Taxa de Realização	122,50%	Desvio	22,50%

Tabela 15 – Execução do Objetivo 8

Indicador 8:

O ano de 2025 configurou-se como um período de plena consolidação da resposta social prestada aos Beneficiários dos SSGNR, circunstância que encontrou expressão particularmente evidente nos elevados níveis de satisfação registados. Com efeito, os resultados alcançados neste domínio traduzem, de forma inequívoca, um desempenho que ultrapassou significativamente a meta definida em sede de QUAR, excedendo mesmo as expectativas mais favoráveis e inicialmente perspetivadas.

Este desempenho, ainda que particularmente meritório, não dispensa uma leitura crítica e exigente sobre a globalidade da atuação dos Serviços Sociais. Na realidade, a obtenção de níveis exemplares de satisfação em áreas estruturantes da missão institucional não afasta a necessidade de permanente aperfeiçoamento noutras vertentes de intervenção, continuando a ser prosseguida uma política de gestão orientada para a melhoria contínua, para a qualidade do serviço prestado e para a maximização da resposta social em todas as áreas de competência dos SSGNR.

Assim, o parâmetro relativo à qualidade deve ser aferido pelo conjunto das manifestações da atividade organizacional. Todavia, para efeitos do QUAR 2025, a satisfação dos Beneficiários assume especial relevância enquanto indicador da perceção do serviço prestado, encontrando igualmente reflexo na elevada participação e adesão às iniciativas promovidas ao longo do ano, onde, reconhecidamente, se reúnem condições particularmente favoráveis à geração de elevados níveis de satisfação.

Neste enquadramento, o ano de 2025 revelou-se um ano de inequívoco sucesso na relação estabelecida entre os SSGNR e os seus Beneficiários diretos. Para além das numerosas manifestações espontâneas de reconhecimento recebidas por diferentes canais — correio eletrónico, mensagens, correspondência formal e também pelos novos canais implementados, como seja o WhatsApp e o Instagram —, a aferição desta realidade foi igualmente sustentada por inquéritos padronizados de satisfação, incidindo, em especial, sobre diversas iniciativas, como viagens culturais e colónias de férias, designadamente duas destinadas ao universo de Beneficiários com mais de 55 anos. Estes instrumentos permitiram avaliar os diferentes graus de satisfação e, simultaneamente, reforçar a capacidade dos Serviços Sociais para identificar oportunidades de ajustamento e aperfeiçoamento de processos, procedimentos e condições de resposta, quer em dimensão económica, quer física ou social.

Importa igualmente assinalar, neste contexto, o investimento continuado na adequação das infraestruturas turísticas dos Serviços Sociais a Beneficiários com deficiência física, motora ou outras limitações, através da disponibilização de equipamentos e soluções mais inclusivas, numa lógica de acessibilidade e melhoria permanente das condições de fruição, fator indissociável da promoção de elevados padrões de satisfação e qualidade.

Dos seis inquéritos realizados, releva-se, quer do ponto de vista quantitativo (níveis de adesão), quer qualitativo (avaliações obtidas), um desempenho particularmente expressivo, confirmando e consolidando os resultados do ano anterior, tendo-se registado taxas de resposta de 100%, idêntica às verificadas em 2024, bem como uma avaliação média de **4,90**, igualmente coincidente com a apurada no exercício precedente. Este resultado, num intervalo-meta fixado entre 3,5 e 4,0, traduziu-se numa superação muito expressiva do indicador, correspondendo a um desvio positivo de 22,50% em sede de QUAR.

Tal desempenho constitui motivo de legítima satisfação institucional e, simultaneamente, estímulo acrescido para prosseguir - caso haja essa vontade por parte das futuras direções -, uma trajetória de reforço da qualidade, da proximidade e da excelência na resposta aos Beneficiários dos SSGNR.

2.1 COERÊNCIA ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

Dando continuidade à execução da estratégia definida para o triénio 2024-2026, e correspondendo 2025 ao segundo ano do seu ciclo de implementação, apresenta-se, no quadro seguinte, a articulação dos objetivos operacionais com os objetivos estratégicos definidos no âmbito daquela estratégia organizacional.

Esta representação evidencia os contributos dos objetivos operacionais para a concretização dos objetivos estratégicos, tornando perceptíveis as relações de causalidade, complementaridade e alinhamento que sustentam a coerência do modelo de gestão adotado. Nesta perspetiva, reforça-se uma leitura integrada do sistema de objetivos, em que a prossecução dos resultados operacionais concorre, de forma direta e indireta, para a materialização das prioridades estratégicas estabelecidas.

A circunstância de todos os objetivos operacionais apresentarem relações de interdependência com os objetivos estratégicos confirma a consistência do quadro de planeamento e avaliação, permitindo compreender as múltiplas correlações existentes entre os diferentes níveis de objetivos e reforçando a sua orientação para resultados.

Neste contexto, foram considerados, em sede de QUAR para o ano de 2025, 8 (oito) objetivos operacionais e respetivos indicadores de desempenho, cuja interação com os Objetivos Estratégicos 2024-2026 se apresenta infra.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRIÉNIO 2024-2026								
OBJETIVOS OPERACIONAIS 2025		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7
	OO1			X	X		X	X
	OO2			X	X		X	X
	OO3			X		X		X
	OO4	X	X					X
	OO5			X	X			X
	OO6					X	X	X
	OO7	X	X				X	X
	OO8			X			X	X

Tabela 16 – Interação dos Objetivos Operacionais com os Estratégicos dos SSGNR

2.2 RECURSOS HUMANOS

No quadro que se segue procede-se à análise do grau de utilização e das metas propostas para a gestão dos recursos humanos em 2025, resultante do quociente entre os recursos humanos planeados e os executados, tendo-se registado um desvio total negativo de 525 pontos, atendendo às unidades equivalentes de recursos humanos planeados, o que corresponde a um grau de execução dos recursos humanos de 56,25% e a uma taxa de execução global de 57,07%.

A este respeito importa referir que, o grau de execução dos recursos humanos apurado resulta da relação entre as unidades equivalentes de recursos humanos efetivamente executadas e as inicialmente planeadas ($20520/36480 = 0,5625$), refletindo o nível de ocupação dos recursos humanos disponíveis face ao previsto em mapa de pessoal. Já a taxa de execução global dos recursos humanos decorre da relação entre a pontuação executada e a pontuação planeada, incorporando a ponderação atribuída às diferentes carreiras e categorias profissionais, permitindo, deste modo, uma leitura qualitativa e ponderada da execução dos recursos humanos afetos ao organismo ($658/1223=0,5707$). A ligeira diferença entre ambos os indicadores, traduz, precisamente, essa dupla perspetiva de análise, quantitativa, por um lado, e ponderada em função do peso relativo das categorias profissionais, por outro. Não obstante o diferencial verificado entre recursos planeados e executados, os resultados apurados traduzem uma gestão ajustada dos meios humanos disponíveis e compatível com as necessidades operacionais dos SSGNR, num quadro de racionalização e otimização dos recursos afetos à prossecução da missão do organismo.

RECURSOS HUMANOS	PONTUAÇÃO	EFETIVOS PLANEADOS			EFETIVOS EXECUTADOS			DESVIO UERHP/ UERHE	DESVIO PP/ PE
		N.º de Efetivos	UERHP ⁵	Pont.	N.º de Efetivos	UERHE ⁶	Pont.		
Militares									
Direção Superior	20	3	684	60	3	684	60	0	0
Oficiais	12	6	1 368	72	4	912	48	456	-24
Sargentos	8	15	3 420	120	8	1 824	64	1 596	-56
Guardas	6	51	11 628	306	30	6 840	180	4 788	-126
Civis									
Técnicos Superiores	12	24	5 472	288	12	2 736	144	2 736	-144
Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	12	1	228	12	0	0	0	228	-12
Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	9	2	456	18	1	228	9	228	-9
Assistentes Técnicos	8	19	4 332	152	11	2 508	88	1 824	-64
Assistentes Operacionais	5	39	8 892	195	21	4 788	105	4 104	-90
TOTAL		160	36 480	1 223	90	20 520	698	15 960	-525

Tabela 17 – Grau de execução de utilização dos Recursos Humanos

⁵ UERHP – Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados;

⁶ UERHE - Unidade Equivalente de Recursos Humanos Executados.

2.3 RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros dos SSGNR provêm exclusivamente de receitas próprias, geradas pela quotização e pelos serviços prestados aos beneficiários, não usufruindo de quaisquer transferências do Orçamento do Estado para a execução das suas diversas atividades.

O quadro seguinte representa a execução trimestral e global do Orçamento dos SSGNR, bem como os desvios verificados em face do planeado.

RECURSOS FINANCEIROS							
NOME	PLANEADO (€)	EXECUTADO (€)				Execução global (€)	DESVIO (€)
		Execução por trimestres					
		1º	2º	3º	4º		
Orçamento de Funcionamento (OF)	28 961 294,00	5 608 994,70	7 107 726,02	4 566 732,87	8 226 161,07	25 509 614,66 (88,08%)	-3 451 679,34
Pessoal	4 530 630,00	736 873,73	956 715,85	853 848,56	1 005 822,91	3 553 261,05 (78,43%)	-977 368,95
Aquisição de bens e serviços	5 160 664,00	436 342,58	1 143 468,42	893 007,03	1 411 566,20	3 884 384,23 (75,27%)	-1 276 279,77
Transferências correntes	591 400,00	61613,23	81 731,13	96681,84	171984,06	412 010,26 (69,67%)	-179 389,74
Outras despesas correntes 06	208 900,00	6 010,31	14 090,53	9 071,55	159 301,23	188 473,62 (90,22%)	-20 426,38
Aquisição de bens de capital	3 119 700,00	196 949,18	252 872,61	654 346,63	1 018 373,59	2 122 542,01 (68,04%)	-997 157,99
Ativos Financeiros	15 350 000,00	4 171 205,67	4 658 847,48	2 059 777,26	4 459 113,08	15 348 943,49 (99,99%)	-1 056,51
Orçamento de Investimento (OI)							
Outros Valores (OV) 04							
TOTAL (OF+OI+OV)	28 961 294,00	5 608 994,70	7 107 726,02	4 566 732,87	8 226 161,07	25 509 614,66 (88,08%)	-3 451 679,34

Tabela 18 – Grau de execução de utilização dos recursos financeiros

Orçamento de Funcionamento (OF) engloba: (01) – Despesas de Pessoal, (02) – Aquisição de Bens e serviços, (06) – Outras Despesas Correntes, (07) – Despesas de Capital, (08) – Transferências de capital

Orçamento de Investimento (OI) engloba: PIDDAC

Outros Valores (OV) englobam: (03) a (04) e (05)

O quadro seguinte representa a execução trimestral e global do Orçamento dos SSGNR, bem como os desvios verificados face ao planeado.

O Orçamento corrigido ascendeu a 28 961 294,00 €, incluindo a dotação destinada a “Ativos Financeiros” no montante de 15 350 000,00 €. A realização da despesa atingiu o valor de 25 509 614,66 €, o que

representa uma taxa de execução de 88,08%, correspondente a um desvio global de -3 451 679,34 € face ao planeado.

Ao nível do “Orçamento de Funcionamento”, destaca-se uma execução muito elevada na rubrica de “Ativos Financeiros”, com 15 348 943,49 €, correspondente a 99,99% de execução, evidenciando um desvio residual de apenas -1 056,51 €. Por sua vez, a rubrica “Pessoal” registou uma execução de 3 553 261,05 € (78,43%), enquanto a de “Aquisição de bens e serviços” apresentou uma execução de 3 884 384,23 € (75,27%). Já a de “Transferências correntes” atingiu 69,67% de execução, a de “Outras despesas correntes” 90,22%, e a de “Aquisição de bens de capital” 68,04%.

Em termos de evolução trimestral, observou-se maior concentração da despesa no 4.º trimestre, com 8 226 161,07 € executados, seguindo-se o 2.º trimestre com 7 107 726,02 €, o que demonstra uma intensificação da execução orçamental na segunda metade do ano de 2025. A execução global de 88,08% revela um desempenho ligeiramente superior ao verificado em 2024 (87,34%), confirmando a manutenção de elevados níveis de utilização dos recursos financeiros e uma gestão orçamental sustentada.

2.4 ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

2.4.1 EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE

Procurando sintetizar e complementar a análise do QUAR 2025 dos Serviços Sociais, relativamente aos oito objetivos operacionais definidos, temos uma distribuição equitativa nos dois primeiros parâmetros, ou seja, no de “Eficácia” e “Eficiência”, ambos com três objetivos cada, e os habituais dois objetivos no parâmetro de “Qualidade”, salientando-se a superação em todos os parâmetros, com 144,50%, 172,71% e 113,50%, respetivamente.

EFICÁCIA	INDICADOR			OBJETIVO OPERACIONAL			PESO EFICÁCIA	AVALIAÇÃO GLOBAL
	N.º	Peso	Resultado	Contribuição	Realização	Peso		
Obj. 1	1	100%	154,00%	100%	154,00%	50%	30,00%	144,50%
Obj. 2	2	100%	110,00%	100%	110,00%	25%		
Obj. 3	3	100%	160,00%	100%	160,00%	25%		

Tabela 19 – Análise do parâmetro de eficácia

EFICIÊNCIA	INDICADOR			OBJETIVO OPERACIONAL			PESO EFICÊNCIA	AVALIAÇÃO GLOBAL
	N.º	Peso	Resultado	Contribuição	Realização	Peso		
Obj. 4	4	100%	116,67%	100%	116,67%	50%	20%	172,71%
Obj. 5	5	100%	156,00%	100%	156,00%	25%		
Obj. 6	6	100%	301,50%	100%	301,50%	25%		

Tabela 20 – Análise do parâmetro de eficiência

QUALIDADE	INDICADOR			OBJETIVO OPERACIONAL			PESO QUALIDADE	AVALIAÇÃO GLOBAL
	N.º	Peso	Resultado	Contribuição	Realização	Peso		
Obj. 7	7	100%	100,00%	100%	100,00%	40%	50%	113,50%
Obj. 8	8	100%	122,50%	100%	122,50%	60%		

Tabela 21 – Análise dos parâmetros de avaliação de qualidade

PARÂMETROS	PESO OBJETIVOS OPERACIONAIS	TAXA DE REALIZAÇÃO DO PARÂMETRO	CONTRIBUTO DO PARÂMETRO	AVALIAÇÃO GLOBAL	
		(Resultado)	(Resultado Ponderado)	Quantitativa	Qualitativa
Eficácia	30%	144,50%	43,35%	134,64%	BOM
Eficiência	20%	172,71%	34,54%		
Qualidade	50%	113,50%	56,75%		

Tabela 22 – Taxa de realização - Parâmetros e Avaliação Global

2.4.2 ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
Taxa de Concretização Global dos Objetivos	Média Ponderada da Taxa de Realização dos Objetivos de Eficácia, Eficiência e Qualidade	$144,50\% \times 30\%$ + $172,71\% \times 20\%$ + $113,50\% \times 50\%$	134,64%
Taxa de Utilização de Recursos Humanos	$\frac{\text{Recursos Humanos Utilizados}}{\text{Recursos Humanos Planeados}}$	$\frac{698}{1.223}$	57,07%
Índice de Produtividade	$\frac{\text{Taxa de Concretização Global dos Objetivos}}{\text{Taxa de Utilização de Recursos Humanos}}$	$\frac{134,64\%}{57,07\%}$	235,92%

Tabela 23 – Análise das variáveis da produtividade

Nestes termos, importa referir que o índice de produtividade dos SSGNR, em 2025, se fixou em 235,92%, significando, em termos gerais, um aumento face ao período homólogo anterior e a manutenção de níveis de desempenho global elevados, muito em resultado do esforço, empenho e dedicação dos seus trabalhadores.

Tal resultado reflete um elevado aproveitamento dos escassos recursos humanos disponíveis. Não obstante os resultados muito positivos alcançados, esta situação constitui motivo de preocupação acrescida, porquanto estes níveis de desempenho assentam num esforço acrescido dificilmente sustentável no médio prazo, correndo-se o risco de futura deterioração dos níveis de produtividade, com eventuais consequências para o cumprimento da missão destes Serviços Sociais. Recorde-se que, no período homólogo de 2024, o índice de produtividade se situava em 193,43%.

Neste contexto, e porque urge adequar o quadro de pessoal a um efetivo mais consentâneo com os propósitos de missão dos SSGNR, torna-se necessário proceder ao preenchimento das vagas existentes no Mapa de Pessoal para 2026, medida que contribuirá para mitigar a carga de trabalho atualmente suportada pelo efetivo e, por conseguinte, reforçar a sustentabilidade e eficácia da missão organizacional dos Serviços Sociais.

2.4.3 ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
Taxa de Concretização Global dos Objetivos	Média Ponderada da Taxa de Realização dos Objetivos de Eficácia, Eficiência e Qualidade	$144,50\% \times 30\%$ $+$ $172,71\% \times 20\%$ $+$ $113,50\% \times 50\%$	134,64%
Taxa de Utilização de Recursos Financeiros	<u>Despesa Executada</u> Orçamento Corrigido	$\frac{25\,509\,616,66\text{€}}{28\,961\,294,00\text{€}}$	88,08%
Índice de Rentabilidade	$\frac{\text{Taxa de Concretização Global dos Objetivos}}{\text{Taxa de Utilização de Recursos Financeiros}}$	$\frac{134,64\%}{88,08\%}$	152,86%

Tabela 24 – Análise das variáveis da rentabilidade

No âmbito da análise custo-eficácia, verifica-se que o índice de rentabilidade dos SSGNR, em 2025, se fixou em 152,86%, evidenciando uma relação particularmente favorável entre os resultados alcançados e os recursos financeiros utilizados. Com efeito, a taxa de concretização global dos objetivos (134,64%), conjugada com uma taxa de utilização dos recursos financeiros de 88,08%, demonstra que foi possível atingir níveis de desempenho superiores ao previsto com uma execução financeira inferior ao orçamento corrigido disponível, revelando padrões consistentes de economicidade, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos.

Este resultado representa, inclusivamente, uma melhoria face ao período homólogo de 2024, em que o índice de rentabilidade se situou em 137,40%, traduzindo um acréscimo do desempenho relativo na relação entre meios financeiros mobilizados e resultados produzidos. Tal indicador reforça que os SSGNR mantiveram uma gestão orientada para a criação de valor público, assegurando níveis robustos de rentabilidade institucional, mesmo num contexto de exigência operacional e de constrangimentos estruturais, circunstância que evidencia a adequada afetação dos recursos financeiros aos objetivos estratégicos prosseguidos.

Complementarmente à informação supra descrita, podemos relacionar ainda a classificação obtida numa base de 5, 3 e 1 ponto – a atribuir por cada indicador, consoante os objetivos tenham sido superados, cumpridos ou não cumpridos.

PARÂMETROS	RESULTADO		PONTUAÇÃO
	OBJETIVOS	INDICADORES	
Eficácia – Ponderação de 30%			
Objetivo 1 – Ponderação a 50%	Superado		5
Indicador 1 – Ponderado a 100%		Superado	
Objetivo 2 – Ponderação a 25%	Superado		5
Indicador 2 – Ponderado a 100%		Superado	

Objetivo 3 – Ponderação a 25%	Superado		5
Indicador 3 – Ponderado a 100%		Superado	
Eficiência – Ponderação de 20%			
Objetivo 4 – Ponderação a 50%	Superado		5
Indicador 4 – Ponderado a 100%		Superado	
Objetivo 5 – Ponderação a 25%	Superado		5
Indicador 5 – Ponderado a 100%		Superado	
Objetivo 6 – Ponderação a 25%	Superado		5
Indicador 6 – Ponderado a 100%		Superado	
Qualidade – Ponderação de 50%			
Objetivo 7 – Ponderação a 50%	Atingido		3
Indicador 7 – Ponderado a 100%		Atingido	
Objetivo 8 – Ponderação a 50%	Superado		5
Indicador 8 – Ponderado a 100%		Superado	

Tabela 25 – Pontuação atribuída aos parâmetros QUAR 2025

Nesta conformidade, segue-se a classificação para os diversos grupos de parâmetros:

Eficácia = $(5 \times 100\%) + (5 \times 100\%) + (5 \times 100\%) = (5,0 \times 50\%) + (5,0 \times 25\%) + (5,0 \times 25\%) = 2,50 + 1,25 + 1,25 = 5,00$

Eficiência = $(5 \times 100\%) + (5 \times 100\%) + (5 \times 100\%) = (5,0 \times 50\%) + (5,0 \times 25\%) + (5,0 \times 25\%) = 2,5 + 1,25 + 1,25 = 5,00$

Qualidade = $(3 \times 100\%) + (5 \times 100\%) = (3,0 \times 50\%) + (5,0 \times 50\%) = 1,50 + 2,50 = 4,00$

A avaliação global, resulta da seguinte fórmula:

$5,00 \times 30\% + 5,00 \times 20\% + 4,00 \times 50\% = 4,50$

A avaliação global obtém o resultado de **4,50** numa escala de 1 a 5, um resultado muito bom, ainda que inferior ao do ano anterior (5,00).

Em síntese, a avaliação final apurada evidencia um desempenho global muito positivo dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana em 2025, traduzido num resultado quantitativo de 4,50 valores, numa escala de 1 a 5, e, neste sentido, traduzida pela superação da generalidade dos objetivos definidos no QUAR, conjugada com níveis elevados de eficácia e eficiência e com resultados globalmente favoráveis no domínio da qualidade, demonstra a adequada execução da missão, a boa afetação dos recursos disponíveis e a capacidade do Serviço em produzir valor público.

Apesar de se registar um resultado ligeiramente inferior ao do ciclo avaliativo anterior, o desempenho alcançado mantém-se em patamar de elevada exigência e confirma uma trajetória de consistência, robustez e melhoria sustentada. Os resultados obtidos evidenciam, assim, o cumprimento dos compromissos assumidos e constituem base sólida para a prossecução dos objetivos estratégicos futuros.

2.4.4 APRECIACÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Considerando a superação da generalidade dos objetivos definidos no QUAR, bem como os resultados alcançados ao nível dos indicadores de produtividade, da utilização dos recursos humanos e financeiros e dos indicadores de gestão e desempenho, conclui-se que os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana evidenciaram, em 2025, um desempenho global positivo e consistente.

A avaliação final do Serviço, expressa pelo resultado de 134,64%, confirma o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais fixados, refletindo níveis elevados de eficácia, eficiência e qualidade na prossecução da missão institucional, refletindo uma execução global acima do nível esperado e evidenciando criação de valor público na prossecução da missão institucional.

Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação atual introduzida pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, e em conformidade com as orientações técnicas emitidas pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e pelo Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS), a expressão qualitativa da avaliação do Serviço situa-se no nível de desempenho **Bom**.

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
134,64%		

Tabela 26 – Avaliação final do Serviço em 2025

3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

3.1 APRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO SCI

No decurso de 2025, os SSGNR prosseguiram com a sua política de gestão assente no reforço e consolidação do seu Sistema de Controlo Interno (SCI), enquanto instrumento estruturante de apoio à gestão, de monitorização financeira, de mitigação de riscos e de promoção de uma cultura organizacional orientada pelos princípios da boa governação, da transparência e da responsabilidade pública.

No âmbito da execução das medidas financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente na qualidade de Beneficiário Final da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), manteve-se assegurada uma atuação sustentada na utilização integrada dos mecanismos internos de controlo e dos instrumentos disponibilizados pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), permitindo o acompanhamento rigoroso da execução física e financeira dos investimentos, o cumprimento das metas e indicadores contratualizados e a observância das disposições legais, regulamentares e procedimentais aplicáveis.

Neste contexto, o SCI continuou a afirmar-se como um pilar essencial da arquitetura de governação dos SSGNR, suportando processos de decisão estruturados e prudenciais, assentes em critérios de legalidade, eficiência, economicidade e criação de valor público, com particular relevo face à especificidade do modelo financeiro próprio da instituição, assente maioritariamente em receitas próprias provenientes das contribuições dos seus beneficiários, circunstância que reforça a exigência de rigor, *accountability* e acrescida responsabilidade na gestão dos recursos disponíveis.

Em articulação com o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) e com a Norma de Controlo Interno (NCI), prosseguiu-se o reforço dos mecanismos de autocontrolo, prevenção e deteção de irregularidades, salvaguarda dos ativos institucionais, fiabilidade da informação financeira e administrativa e mitigação dos riscos organizacionais, consolidando-se, assim, uma “função” de controlo transversal e integrada, envolvendo o Conselho de Direção, as chefias intermédias e todos os trabalhadores militares e civis desta instituição.

Merece, igualmente, um especial destaque a consolidação dos instrumentos de integridade e *compliance* institucional, designadamente através da aplicação do Código de Ética e Conduta, da operacionalização do canal de denúncia e do cumprimento das obrigações decorrentes do regime geral de prevenção da corrupção e do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), reforçando-se uma cultura organizacional assente em valores de ética pública, integridade e prestação de contas.

No domínio da supervisão e controlo, manteve-se presente a relevância institucional da Comissão de Fiscalização prevista estatutariamente, continuando os SSGNR a desenvolver diligências tendentes à sua efetiva constituição, enquanto instância complementar de fiscalização e robustecimento do sistema de controlo e supervisão institucional.

Paralelamente, e em coerência com os princípios da transparência e publicidade administrativa, foram prosseguidas ações de divulgação e publicitação associadas às intervenções desenvolvidas no âmbito do PRR, em conformidade com a Estratégia de Comunicação “Recuperar Portugal”, contribuindo para o reforço da visibilidade, rastreabilidade e escrutínio público da execução dos financiamentos europeus.

Em síntese, o Sistema de Controlo Interno dos SSGNR, em estreita articulação com o PPR e com os restantes instrumentos de integridade e governação institucional, continuou a afirmar-se, em 2025, como referencial estruturante de boa administração, concorrendo para o reforço da legalidade, da eficiência, da transparência e da integridade na gestão dos recursos, em benefício dos seus destinatários e no respeito pelos mais elevados padrões de responsabilidade pública.

Abaixo segue-se o modelo esquemático de SCI aplicado aos SSGNR:

QUESTÕES	APLICADO		
	S	N	NA
1 – Ambiente de controlo			
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X		
As especificações técnicas do Sistema de Controlo Interno (SCI) estão claramente definidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas (PPR) de 2022 e no Relatório de Monitorização do PPR 2025, aprovado por deliberação do Conselho de Direção de 10 de abril de 2026, bem como em regulamentos internos, guias, NEP e manuais de procedimentos que enquadram e suportam os mecanismos de controlo e os fluxos operacionais existentes nos SSGNR.			
1.2. É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X		
A forte regulamentação existente e a verificação interna do seu cumprimento, a par do controlo financeiro do MAI e da Direção-Geral do Orçamento, que se conjuga com o controlo externo efetuado por entidades como a IGF, IGAI, Tribunal de Contas, asseguram a verificação efetiva da legalidade, regularidade e da boa gestão. Internamente, os SSGNR dispõem de vários procedimentos e mecanismos de controlo, designadamente, no âmbito dos processos de despesa, envolvendo sempre várias Secções, com intervenção segregada, garantindo a segregação de funções e verificando o cumprimento dos princípios legais aplicáveis à contratação e aquisição. No caso da receita, as verificações passam pela Tesouraria e, no caso dos Serviços Farmacêuticos, pela respetiva Diretora Técnica. Já na área da mutualidade (empréstimos e subsídios), todos os processos são efetuados e verificados por diferentes órgãos e trabalhadores da organização, com pelo menos um momento de apreciação hierárquica, antes da decisão do Conselho de Direção, afastando a possibilidade de atribuição sem validações superiores.			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X		
Não existindo um órgão próprio de auditoria, importa referir que, nos termos do Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de julho, encontra-se prevista a existência de uma Comissão de Fiscalização (CF), com competências de controlo da legalidade da gestão financeira e patrimonial. Não obstante a sua não constituição formal até à presente data (abril de 2026), os SSGNR asseguram mecanismos alternativos de controlo e supervisão, designadamente através do Conselho de Direção, do sistema de controlo interno instituído, da prestação de contas ao Tribunal de Contas e da sujeição a auditorias externas. Adicionalmente, foram já promovidas diligências junto do Ministério da Administração Interna para a constituição da CF, a última das quais, através do nosso Ofício n.º 2024, de 09 de dezembro de 2025, encontrando-se o processo pendente de decisão. Refira-se ainda que, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/99, de 08 de julho, foi criada uma Comissão de Controlo e Acompanhamento (CAC) responsável pela monitorização das medidas inscritas no PPR, procedendo à sua avaliação e contemplando informação relevante em planos e relatórios			

especialmente desenvolvidos para o efeito. Os elementos que compõem a CAC possuem habilitação adequada para o exercício da função.			
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X		
Os deveres gerais inerentes ao exercício de funções públicas, bem como os valores e princípios indissociáveis da prestação de serviço numa instituição com as características e a natureza singular dos SSGNR, encontram-se profusamente explanados nos diversos documentos orgânicos e de gestão destes Serviços Sociais, desde logo, no Código de Ética e Conduta dos SSGNR e também no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, reformulado em dezembro de 2022, na sequência da auditoria temática da IGAI PI 26/2021, consubstanciada no Relatório n.º 84/2021-PI, cujas recomendações foram plenamente adotadas.			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X		
A política de formação dos SSGNR tem por finalidade assegurar a permanente melhoria do desempenho individual e coletivo, o que pressupõe formação orientada para a função, que complemente e acrescente capacitação à formação de base, dando resposta à evolução das novas exigências e complexidades associadas a cada função, sendo operacionalizada através do levantamento periódico de necessidades formativas			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X		
Atendendo à estrutura organizacional dos SSGNR, fortemente hierarquizada, mas de dimensão reduzida e com um modelo de funcionamento próximo de uma lógica matricial, em que os dirigentes das unidades orgânicas (Repartição Administrativa e Financeira e Repartição de Prestações Sociais), cumulativamente, também são os vogais do Conselho de Direção, mais do que contactos regulares há uma interação permanente entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas, o mesmo sucedendo entre estes (chefes de repartição) e as chefias de secção na sua dependência.			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X		
Os SSGNR, nos últimos anos, foram objeto de ações de auditoria efetuadas pela Inspeção Geral de Finanças, nomeadamente, sobre a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e sobre o Princípio de Unidade de Tesouraria, e também pela Inspeção Geral da Administração Interna, a última (auditoria PI-26/2021) realizada em outubro e novembro de 2021, abrangendo a generalidade das áreas de gestão e atividade, com sessões presenciais na sede dos SSGNR, consubstanciada no relatório 84/2021, de 20 de dezembro, cujas recomendações foram inteiramente acolhidas e implementadas, de resto conforme a Auditoria n.º 4/2024 denominada por “Auditoria de seguimento (follow-up) aos PPRCIC das entidades e serviços MAI para o ano de 2024”. Acresce referir que, em 26 de março de 2025, os SSGNR foram objeto de uma ação de verificação no local, promovida pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, no âmbito dos mecanismos de controlo associados aos financiamentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) relativos à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT). Esta ação, prosseguida em 2026, incidiu sobre a verificação da realização dos investimentos financiados, da conformidade legal aplicável, do sistema de controlo interno, bem como dos mecanismos de prevenção, deteção e mitigação dos riscos de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento, integrando-se no quadro regular dos controlos externos a que os SSGNR se encontram sujeitos.			
2 – Estrutura organizacional			
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X		
A estrutura organizacional dos Serviços Sociais encontra-se em conformidade com o estatuído pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 08 de julho (que aprovou o Estatuto dos SSGNR), ainda que, em razão da escassez de recursos humanos, alguns órgãos deixaram de estar providos (ver 1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, deste relatório) e a chefia da maioria das secções é exercida em regime de acumulação de funções.			

2.2 Qual a percentagem de trabalhadores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X		
O Mapa de Pessoal dos SSGNR abrange pessoal civil e pessoal militar da GNR, sendo que estes últimos se encontram na situação de adidos. Todos os trabalhadores civis são avaliados ao abrigo do SIADAP 3 (100%). O SIADAP2 não é aplicável nos SSGNR, em virtude de o seu quadro orgânico não comportar cargos de dirigentes civis. A Avaliação dos militares da Guarda é feita nos termos do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria n.º 16/2020, de 13 de janeiro.			
2.3 Qual a percentagem de trabalhadores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X		
Da totalidade dos trabalhadores, incluindo pessoal civil e militares de todas as categorias, registou-se, em 2025, um significativo aumento na frequência em ações de formação, com um total de 113 ações (+85,95%), correspondendo a igual número de participações, num acumulado de 2391 horas, que comparam com as 336 horas ministradas em 2024.			
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo			
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X		
Sim, os SSGNR dispõem de um amplo conjunto de manuais de procedimentos internos, aprovados pelo Conselho de Direção, sob proposta das respetivas unidades orgânicas (secções, serviços e repartições), que também asseguram a sua divulgação e correta observância, devendo comunicar, pela via hierárquica, a eventual necessidade de aperfeiçoamento.			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X		
A competência para autorizar a despesa está claramente definida, através de deliberações do Conselho de Direção e de despachos de delegação e subdelegação de competências, publicados em Diário da República. Os diferentes perfis de acesso e intervenção na aplicação financeira são estabelecidos em função dos níveis de competência para autorização de despesa.			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X		
Anualmente, a Secção de Aprovisionamento, Logística e Património (SALP) procede ao diagnóstico e elabora o consequente <i>plano de necessidades aquisitivas previsíveis</i>, tendo em conta as atividades planeadas (Plano de Atividades) e os recursos humanos, logísticos e financeiros existentes. O plano de compras também considera o histórico de aquisições efetuadas em anos anteriores.			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X		
A rotação de funções entre trabalhadores faz parte das opções de gestão dos SSGNR, que adotam medidas nesse sentido, respeitando o equilíbrio entre o interesse institucional e a vontade dos trabalhadores. Em geral, a rotação de trabalhadores ao nível das tarefas e órgãos é estimulada e constitui uma prática comum, tendo como limite os dispositivos orgânicos e estatutários e a garantia de que essa rotação não gerará perda de eficácia e eficiência no processo, com consequente prejuízo económico e de qualidade, ao nível da gestão e dos serviços prestados aos beneficiários, também como medida de mitigação de risco e reforço do controlo interno.			
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X		
Todas as responsabilidades funcionais encontram-se devidamente definidas no Estatuto dos SSGNR (ESSG NR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 08 de julho, bem como nos despachos de delegação e subdelegação de competências e nos despachos de nomeação dos titulares dos cargos de direção e chefia, a quem compete a atribuição de responsabilidades e tarefas aos respetivos trabalhadores e o exercício ou supervisão das atividades de conferência e controlo, nos termos do normativo existente.			

3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões mínimos de qualidade?	X		
Todos os procedimentos internos existentes nos Serviços Sociais descrevem o fluxo próprio de cada processo, bem como os centros de responsabilidade inerentes a cada fase, oferecendo segurança na realização das tarefas por cada interveniente e adequados níveis de qualidade no fluxo processual. A este respeito, importa salientar que é intenção dos SSGNR procederem à Certificação ISO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade, um objetivo estratégico já abordado em diferentes documentos e ocasiões, mas ainda não concretizada, admitindo-se, contudo, que esse processo possa vir a ocorrer futuramente.			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X		
Todas as entradas e saídas de documentos, tanto em formato físico como digital são controladas pela Secretaria-Geral, que assegura o seu registo, numeração e digitalização, competindo ao Vice-presidente proceder ao respetivo despacho e encaminhamento para as repartições e órgãos na sua dependência direta, competindo às respetivas chefias proceder à distribuição interna e assegurar o tratamento adequado de cada assunto. Quanto aos emails, os mesmos são numerados com a indicação da unidade orgânica respetiva.			
3.8 Existe um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)?	X		
Substituindo o anterior, adotado em 2010, o atual Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dos SSGNR, foi aprovado em 5 de dezembro de 2022, na sequência da auditoria IGAI PI 26/2021 – Relatório 84/2021, que recomendou a sua reformulação e atualização. O PPR foi remetido a todas as entidades estabelecidas na lei e encontra-se disponível no sítio institucional na internet, para acesso público (link direto aqui).			
3.9 O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é executado e monitorizado?	X		
O PPR dos SSGNR é executado e monitorizado em conformidade com o estipulado na alínea b) do n.º 4 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, sendo que o último Relatório de Monitorização, aprovado pela Informação n.º 02/CD/2026, de 10 de abril, foi remetido ao MENAC, a 21 de abril de 2026, nos termos da lei e publicado no sítio institucional na internet, para acesso público (link direto aqui).			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		
Na área da contabilidade, os SSGNR utilizam o SAP, o GERFIP e também a sua própria Intranet. A gestão documental, é feita na Intranet e a gestão da Tesouraria através da Intranet GNR/SAP. Já na área da mutualidade, gestão hoteleira e eventos, é usada a Intranet e na área dos serviços farmacêuticos a aplicação dedicada <i>Winphar</i>. O suporte para gestão de vencimentos e processos individuais é garantido pelo AS400/GNR.			
4.2 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos <i>outputs</i> dos sistemas?	X		
Os SSGNR asseguram a fiabilidade e oportunidade dos <i>outputs</i> através de perfis de acesso, validações aplicacionais, reconciliações periódicas, mecanismos de salvaguarda e reposição de dados, incluindo <i>backups</i> automatizados semanais.			
4.3 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X		
São produzidos relatórios periódicos de natureza financeira, operacional e estatística extraídos das diferentes plataformas, utilizados como suporte aos processos de decisão, planeamento e monitorização.			
4.4 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X		

Os acessos têm dois diferentes níveis de segurança: o primeiro, relacionado com o início da sessão nas estações de trabalho e um segundo a nível das aplicações.			
4.5 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X		
A política de <i>backups</i> existente nos SSGNR passa, entre outras medidas, por: <i>backups</i> de máquinas virtuais (servidores), <i>backups</i> da base de dados (servidores) e <i>backups</i> das aplicações (servidores).			

Tabela 27 – Monitorização de Controlo Interno

3.2 BENCHMARKING

No presente capítulo, e no âmbito da ação social complementar, importa proceder a uma análise comparativa com entidades homólogas do setor público, designadamente os Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) e os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP), sem prejuízo das necessárias reservas metodológicas decorrentes das especificidades orgânicas, modelos de financiamento, universos de Beneficiários e áreas de atuação de cada entidade.

Não obstante tais diferenças, estas instituições partilham uma matriz funcional comum, orientada para a satisfação de necessidades sociais, não plenamente cobertas pelos regimes gerais de proteção social, assumindo, por isso, uma função complementar — e, em certos domínios, supletiva — no reforço do *bem-estar* dos respetivos beneficiários.

Neste contexto, tendo por base os dados disponibilizados publicamente nos relatórios de atividades e instrumentos de gestão mais recentes disponíveis, apresenta-se, de seguida, um quaro comparativo dos principais indicadores estruturais.

GRANDES NÚMEROS	SSAP	IASFA	SSGNR		SSPSP
	2025	2024	2024	2025	2022 ⁷
N.º de Beneficiários + familiares	560 000	110 774	107 956	107 484	90.000
Orçamento	18 300 000,00 €	113 305 289,00 €	21 500 000,00€	23 500 000,00€	13 200 000,00 €
Rácio	32,68 €	1022,84 €	199,15€	218,63€	146,67€

Tabela 28 – Rácio - total de Beneficiários e orçamento previsto

⁷ Últimos Relatórios de Gestão SSPSP e CPPSP 2022 disponíveis para consulta.

A análise dos grandes números permite constatar que os SSGNR continuam a posicionar-se num patamar intermédio entre as entidades homólogas comparadas, quer em dimensão orçamental, quer no universo de Beneficiários abrangidos.

Particularmente relevante revela-se o rácio orçamento/beneficiário, no qual os SSGNR evidenciam um nível de afetação por beneficiário significativamente superior ao observado nos SSAP, embora naturalmente distante do modelo do IASFA, cuja natureza e perímetro prestacional justificam uma intensidade financeira distinta.

Esta leitura comparativa permite sustentar que os SSGNR continuam a assegurar uma oferta social complementar robusta, com níveis de cobertura e intensidade prestacional competitivos no universo das entidades homólogas, em especial quando ponderados os recursos disponíveis e a dimensão do universo beneficiário servido.

No que respeita aos serviços prestados, a comparação dos indicadores disponíveis permite igualmente observar que os SSGNR mantêm expressão particularmente relevante em áreas como mutualidade, subsídios e instrumentos protocolados, revelando um modelo de prestação social diversificado e abrangente.

SERVIÇOS PRESTADOS	SSAP	IASFA	SSGNR		SSPSP
	2024	2024	2024	2025	2017 ⁸
Subsídios	2400	3100	1 740	1528	n.d.
Mútuos	n.d.	n.d.	799	984	n.d.
Protocolos	1 350	n.d.	609	628	n.d.
N.º de trabalhadores (c/ pessoal avençado)	103	561	122	90	51 ⁹

Tabela 29 – Dados disponibilizados (online) pelos diferentes Serviços Sociais

Acresce que, atendendo ao número de trabalhadores afetos à prossecução da missão institucional, os indicadores disponíveis sugerem níveis assinaláveis de eficiência relativa, sobretudo quando correlacionados com o volume e diversidade das prestações asseguradas.

Importa ainda assinalar que, da consulta dos relatórios mais recentes disponíveis, se verifica, em várias entidades homólogas, uma tendência transversal de reforço da aposta em áreas como alojamento social, respostas complementares de saúde e bem-estar, envelhecimento ativo e modernização das infraestruturas sociais, domínios em que os SSGNR têm igualmente vindo a consolidar investimento e capacidade de resposta.

⁸ O Relatório de Atividades 2024 dos SSPSP não se encontra publicado no sítio institucional (aguardando por homologação).

⁹ Número de trabalhadores aferido no Relatório de Gestão dos SSPSP 2024.

Globalmente, o exercício de benchmarking realizado permite concluir que os SSGNR mantêm um posicionamento comparativamente favorável no universo da ação social complementar pública, quer em amplitude de prestações, quer em capacidade de resposta aos beneficiários, reforçando a adequação do modelo prosseguido.

3.3 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Em 2025, foram publicitados em Diário da República e na Bolsa de Emprego Público diversos procedimentos de recrutamento para os SSGNR, quer por mobilidade interna, quer por procedimento concursal comum, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, no que respeita à obrigatoriedade de publicidade institucional.

Neste âmbito, foi divulgada uma oferta de mobilidade para assistente técnico (CFCC) e três procedimentos concursais comuns para técnicos superiores: dois na área de recursos humanos e direito (SRHB), dois na área de engenharia civil e um na área de arquitetura (Serviço de Obras do Gabinete Técnico).

De referir que, em 2025, não foi publicado o Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados (MARA).

Não obstante os esforços desenvolvidos para o reforço do efetivo, manteve-se uma situação de manifesta escassez de recursos humanos, tanto ao nível de trabalhadores civis como de pessoal militar, com impacto direto na capacidade de resposta da organização. Esta realidade tem implicado uma elevada sobrecarga de trabalho, com trabalhadores a assegurarem múltiplas funções, potenciando desgaste e, em alguns casos, a saída de efetivos para outros organismos, dificultando o necessário equilíbrio do quadro de pessoal.

Face a estas limitações, os SSGNR recorreram, em 2025, à contratação de prestadores de serviços, mediante contratos de tarefa e avença, nos termos dos artigos 10.º e 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, envolvendo 25 entidades, como forma de assegurar o regular funcionamento dos serviços.

No âmbito da cooperação com o ensino superior, os SSGNR acolheram duas estudantes da Universidade Lusófona de Lisboa, em regime de estágio curricular na área do Serviço Social. Esta experiência revelou-se mutuamente benéfica, contribuindo para o desenvolvimento de competências das estagiárias e para a dinâmica organizacional, nomeadamente no seio do Gabinete de Apoio ao Beneficiário.

Em termos globais, os SSGNR mantiveram uma atuação pautada por uma abordagem ativa, integrada e socialmente responsável, orientada não só para os seus beneficiários, mas também para a sociedade em geral, em consonância com os seus princípios de solidariedade, coesão e responsabilidade social.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.1 MUTUALIDADE

Durante o ano de 2025 foram atribuídos 984 empréstimos, totalizando o montante de 15 348 943,49 €, o que, comparativamente a 2024, ano em que haviam sido pagos 799 empréstimos, num montante acumulado de 9 997 207,34 €, representa um acréscimo de 23,15% no número de empréstimos e de 53,53% no montante global concedido, conforme demonstrado no quadro infra.

TIPO DE EMPRÉSTIMO	PAGOS			
	2024		2025	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Pessoal	590	7 273 081,82 €	804	12 468 784,47€
Programa de Arrendamento com Projeto de Reabilitação (PAPR)	83 ¹⁰	643 300,00 €	42	339 000,00€
Habitação	104	1 637 013,00 €	114	2 087 605,00€
Extraordinários	22	443 812,52 €	24	453 554,02€
TOTAL	799	9 997 207,34 €	984	15 348 943,49€

Tabela 30 – Processos de empréstimos pagos

Com exceção dos empréstimos concedidos no âmbito do Programa de Arrendamento com Projeto de Reabilitação (PAPR), verifica-se um aumento generalizado em praticamente todas as tipologias de mútuos, com particular incidência nos empréstimos pessoais, circunstância que espelha a contínua necessidade de os Beneficiários recorrerem a este instrumento de apoio social complementar.

Com efeito, pese embora a descida das taxas de juro praticadas pelo mercado bancário, associada a prestações potencialmente mais competitivas e, bem assim, a medidas de incentivo externo, designadamente as isenções de IMT para jovens até aos 35 anos, fatores que poderiam indiciar uma tendência de menor procura pelos empréstimos dos SSGNR, a realidade observada em 2025 veio confirmar precisamente o inverso.

A procura pelos mútuos dos Serviços Sociais manteve-se uma constante, revelando mesmo uma tendência de crescimento sustentado, circunstância que reforça a importância estratégica desta valência e valida a

¹⁰ N.º de tranches

aposta continuada dos SSGNR nesta área, enquanto instrumento de proximidade e apoio efetivo aos beneficiários.

No que respeita aos empréstimos pessoais, registou-se, em 2025, um aumento muito expressivo, na ordem dos 36,27%, face ao ano anterior, mantendo-se esta tipologia como a mais representativa no universo da mutualidade.

Também nos empréstimos à habitação se verificou um crescimento, ainda que mais moderado, correspondente a 9,62%, sinalizando a persistência da procura por esta modalidade de apoio. Relativamente aos empréstimos extraordinários, registou-se igualmente um ligeiro aumento (9,09%), com a concessão de 24 empréstimos.

Por sua vez, os empréstimos associados ao PAPR registaram uma redução de 49,40%, evolução explicada pela menor disponibilidade de frações devolutas para reabilitação face a anos anteriores, sem que, contudo, tal tenha comprometido a satisfação das necessidades manifestadas pelos beneficiários.

Importa ainda referir que, em 2025, foram introduzidos ajustamentos em regulamentos internos, oportunamente referidos no presente Relatório de Atividades, objeto de parecer favorável do Conselho Consultivo de 16 de dezembro, alterações essas que contribuirão para maior agilização processual na atribuição de subsídios e mútuos e para um ajustamento das normas procedimentais às diversas prestações de ação social complementar disponibilizadas pelos SSGNR.

4.2 PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL

A atribuição de subsídios desenvolveu-se, em 2025, em diversas modalidades, designadamente assistência materno-infantil (nascimento), assistência infantil, assistência escolar, apoio domiciliário e internamento, assistência a órfãos, assistência a funeral, subsídios extraordinários e por morte do beneficiário.

TIPO DE ASSISTÊNCIA	2024		2025	
	DEFERIDOS	VALOR TOTAL (€)	DEFERIDOS	VALOR TOTAL (€)
Assistência materno-infantil (nascimento)	738	154 500,00€	648	145 800,00€
Assistência infantil	132	16 703,69€	51	6 631,35€
Assistência escolar	247	32 418,31€	154	21 341,70€
Apoio domiciliário e internamento	56	34 731,19€	91	60 095,51€
Assistência a órfão	77	46 200,00€	99	59 400,00€
Assistência a funeral	219	50 747,08€	234	54 453,20€
Extraordinário	5	2 096,79€	6	11 801,20€
Carência Económica	14	17 366,82€	--/	--/
Por morte	194	40 459,13€	202	44 909,89€

Reservas matemáticas	58	6 550,64€	43	7 577,41€
Total	1740	401 773,65	1528	412 010,26€

Tabela 31 – Subsídios deferidos

Da análise do quadro supra constata-se que, em 2025, foram atribuídos 1 528 subsídios, o que representa uma redução de 12,18% face a 2024, correspondendo, contudo, a um montante global de 412 010,26€, valor que traduz um aumento de 2,55% relativamente ao ano anterior, evidenciando um reforço financeiro do apoio concedido, apesar da diminuição do número total de deferimentos.

No que respeita à distribuição tipológica dos subsídios atribuídos, destaca-se o apoio aos Beneficiários com crianças, designadamente através dos subsídios de assistência materno-infantil (nascimento) e assistência escolar, que, em conjunto, representam 46,09% do número total de subsídios atribuídos, assumindo o subsídio por nascimento, isoladamente, um peso relativo de 37,24% do universo global.

Merece igualmente particular referência o apoio concedido através dos subsídios de assistência a funeral (13,45%) e dos subsídios por morte (11,61%), os quais, em conjunto, representam 25,06% do total de subsídios atribuídos, revelando o peso significativo desta componente no âmbito da proteção social prestada.

Assinala-se, igualmente, o aumento verificado nos apoios de apoio domiciliário e internamento, bem como na assistência a órfãos, evolução que evidencia o reforço das respostas sociais dirigidas a situações de maior vulnerabilidade social e familiar.

Por último, importa sublinhar que, não obstante a inexistência de atribuições em 2025 na tipologia carência económica, bem como a redução verificada em algumas modalidades, designadamente na assistência materno-infantil e escolar, o conjunto dos indicadores demonstra a manutenção de uma resposta social abrangente, diversificada e ajustada às necessidades dos Beneficiários dos Serviços Sociais.

4.3 FOMENTO DO DESPORTO E RECREIO

A atividade das Infraestruturas para Férias e Turismo (IFT) evidenciou, em 2025, uma evolução positiva e sustentada, registando-se 6 771 atribuições, correspondentes a um crescimento de 7,1% face a 2024.

Este incremento assume particular relevância por ter ocorrido em paralelo com intervenções de reabilitação e condicionamentos temporários em algumas infraestruturas, o que confirma a robustez da procura e a adequação da oferta disponibilizada pelos Serviços Sociais.

Importa destacar que o crescimento ocorreu quer no período de Veraneio (+6,1%), quer no de Repouso (+7,6%), sendo esta última modalidade a mais representativa em volume de atribuições, sinalizando uma

crescente valorização da utilização destas infraestruturas ao longo de todo o ano e não apenas em períodos sazonais.

A abertura de novas capacidades em Portimão e Castro Marim, nomeadamente pela abertura de mais 5 infraestruturas, contribuiu igualmente para consolidar esta trajetória, permitindo alargar a cobertura territorial da resposta e reforçar a utilização das infraestruturas turísticas como prestação estruturante de ação social complementar.

INFRAESTRUTURAS	2024	2025	VARIAÇÃO (#)	VAR (%)
Veraneio	2 107	2 235	128	6,1%
Repouso	4 215	4 536	321	7,6%
Total	6 322	6 771	449	7,1%

Tabela 32 – Atribuições nas infraestruturas turísticas

4.4 COLÓNIAS DE FÉRIAS E BALNEARES INFANTIS

4.4.1 COLÓNIA DE FÉRIAS DA COSTA DE CAPARICA

A Colónia de Férias da Costa de Caparica (CFCC), integrando apartamentos, quartos, área de campismo e equipamentos complementares de apoio recreativo e desportivo, manteve, em 2025, níveis muito elevados de utilização, apesar de ligeira redução do índice global de ocupação.

Com efeito, registaram-se 3 356 ocupações, correspondendo a uma variação de -1,1% face a 2024, diminuição que se encontra diretamente relacionada com o encerramento temporário de 15 apartamentos para pequenas intervenções de reparação e manutenção.

Não obstante essa variação residual, a análise por tipologias revela uma recomposição da procura e não um abrandamento estrutural da utilização. Destaca-se, neste âmbito, o crescimento da ocupação em apartamentos, quer em Veraneio (+3%), quer em Repouso (+2,8%), bem como o aumento do campismo sazonal (+8%), indicador particularmente relevante na leitura das preferências dos beneficiários.

Em sentido inverso, a diminuição observada na ocupação de quartos traduziu sobretudo uma reorientação da procura para soluções familiares e apartamentos, sem comprometer a elevada taxa de utilização global da infraestrutura.

Globalmente, os indicadores apurados demonstram a consolidação da CFCC como uma das infraestruturas de lazer mais procuradas dos Serviços Sociais, mantendo níveis de ocupação muito expressivos mesmo num contexto de condicionamentos operacionais temporários.

TIPO		2024	2025	VAR. (#)	VAR. Percentual
Veraneio	Apartamentos	667	687	20	3%
	Quartos	114	99	-15	-13,2%
	Subtotal	781	786	5	0,6%
Repouso	Apartamentos	1514	1557	43	2,8%
	Quartos	487	359	-128	-26,3%
	Subtotal	2001	1916	-85	-4,2%
Campismo	Prolongado	88	87	-1	-1,1%
	Sazonal	525	567	42	8%
	Subtotal	613	654	41	6,7%
TOTAL		3 395	3356	-39	-1,1%

Tabela 33 – Índice de ocupação das instalações da CFCC

4.4.2 COLÓNIAS BALNEARES INFANTIS

As tradicionais Colónias Balneares Infantis continuaram, em 2025, a afirmar-se como uma das respostas sociais e recreativas mais relevantes disponibilizadas pelos Serviços Sociais, conjugando lazer, formação, socialização e desenvolvimento pessoal das crianças e jovens beneficiários.

No período de férias escolares realizaram-se, nas instalações da Colónia Balnear Infantil de Quiaios (CBIQ) e da Colónia de Férias da Costa de Caparica (CFCC), dezasseis turnos, cada um com a duração de sete dias, abrangendo jovens dos 6 aos 14 anos, dos quais catorze turnos destinados ao escalão etário dos 6 aos 12 anos e dois turnos dirigidos a participantes dos 12 aos 14 anos.

No âmbito da dimensão internacional e de intercâmbio institucional destas colónias, deu-se continuidade ao protocolo com a Força Congénere de Marrocos, que permitiu a participação de 20 crianças em colónia realizada naquele país, bem como ao intercâmbio com a Asociación Pro Huérfanos de la Guardia Civil, no quadro do qual os SSGNR acolheram em Quiaios 20 crianças espanholas e proporcionaram a participação de 20 Beneficiários em colónia realizada em Espanha, na Serra de Gredos.

Foram igualmente promovidas quatro colónias em campos externos, na zona da Chamusca, dirigidas a Beneficiários familiares dos 13 aos 16 anos, reforçando a diversificação da oferta e ampliando as respostas destinadas aos diferentes grupos etários.

Merece ainda particular destaque, em 2025, a iniciativa desenvolvida no âmbito da solidariedade e cooperação com a Polícia Nacional da Ucrânia e a Guarda Nacional Republicana, que permitiu acolher, na CBIQ, 20 crianças ucranianas, filhos de militares da Guarda Nacional da Ucrânia, proporcionando uma

experiência singular de integração, partilha e apoio humano, em claro reforço da dimensão solidária e humanista destas colónias.

No plano quantitativo, registou-se um desempenho particularmente expressivo, com 1374 atribuições, face a 1296 em 2024, representando um aumento de 6,02%, e elevando o índice de atribuição para 91,97%, contra 85,49% no ano anterior.

Acresce que, tendo sido disponibilizadas 1400 vagas, a taxa de ocupação final atingiu 98,14%, representando um acréscimo de 2,85 pontos percentuais face a 2024, resultado que evidencia níveis praticamente plenos de utilização da capacidade instalada.

Estes indicadores demonstram não apenas a consolidação desta prestação social, mas igualmente a adequação do modelo organizativo adotado, que tem permitido acomodar níveis elevados de procura e reforçar a atratividade desta resposta junto dos Beneficiários.

Importa igualmente assinalar que a procura continuou a revelar dinâmicas distintas entre a CFCC e a CBIQ, com a Costa de Caparica a manter elevada pressão na primeira fase dos concursos e Quiaios a absorver, em segunda fase, a capacidade remanescente, assegurando-se, ainda assim, elevados níveis de ocupação em ambas as infraestruturas.

Globalmente, as Colónias Balneares mantêm-se como uma das verdadeiras traves-mestras da área de lazer e recreio dos SSGNR, quer pela elevada adesão, quer pelo seu reconhecido valor social, educativo e formativo, justificando a continuidade do investimento nesta resposta e a prossecução de novas soluções que reforcem a sua atratividade.

COLÓNIAS BALNEARES	2024			2025		
	Inscrições	Atribuições	Índice de atribuição	Inscrições	Atribuições	Índice de atribuição
	1516	1296	85,49%	1494	1374	91,97%

Tabela 34 – Índice de ocupação das colónias balneares

4.4.3 COLÓNIA SÉNIOR +55

No âmbito da política de envelhecimento ativo prosseguida pelos Serviços Sociais, realizaram-se, em 2025, duas edições da Colónia Sénior +55, uma em abril e outra em outubro, abrangendo 80 Beneficiários, dos quais 44 titulares e 36 familiares, o que representa um crescimento de 7,5% face a 2024.

Importa sublinhar que ambas as colónias registaram ocupação plena, atingindo a totalidade da capacidade prevista de 40 participantes por turno, circunstância que evidencia o elevado interesse e crescente consolidação desta iniciativa.

Estruturadas em torno de atividades de natureza lúdica, cultural e de convívio, estas colónias continuam a afirmar-se como importante instrumento de promoção do bem-estar, combate ao isolamento e reforço dos laços sociais entre Beneficiários em situação de reserva e reforma.

A avaliação recolhida através dos questionários de satisfação evidenciou, uma vez mais, níveis muito elevados de reconhecimento e apreciação, sendo transversal a perceção de que esta iniciativa ultrapassa a dimensão estritamente recreativa, assumindo-se como espaço privilegiado de socialização, valorização pessoal e reforço do sentimento de pertença.

Os testemunhos recolhidos junto dos participantes confirmam, de forma particularmente expressiva, o impacto positivo desta resposta na qualidade de vida dos beneficiários, reforçando a validade do modelo adotado.

Das várias manifestações de apreço demonstradas no inquérito, transcrevem-se algumas das mais relevantes e que nos foram colocadas em questões de resposta aberta, sendo que para efeitos do presente relatório, destacaríamos as seguintes:

“Aprendi muito, vi coisas que nunca iria ver na vida. Deu-me muita saúde porque o divertimento e viver alegre é melhor que comprimidos. Obrigada” (sic)

“Vou de coração cheio, mais jovem e feliz e com muita vontade de mudar o quotidiano da vida. Somos todos diamantes” (sic)

“É de louvar esta ideia de dar qualidade de vida aos mais velhos. É muito bom o convívio e as amizades que se fizeram” (sic)

“Na minha experiência: Quero deixar um Obrigado. Estes momentos nunca vou esquecer, de mais idade parecemos crianças. Estes convívios são muito bons para as nossas cabecinhas. Fizemos bons amigos” (sic)

“É a segunda vez que participo nos eventos do +55 e cada vez me surpreende pela positiva. Pessoal fantástico no trato, amizade e camaradagem.” (sic)

Assim, mais do que uma atividade de lazer, a Colónia Sénior +55 tem vindo progressivamente a afirmar-se como componente estruturante das políticas de apoio social dirigidas aos Beneficiários mais seniores, integrando uma lógica mais ampla de envelhecimento ativo, participação e promoção de qualidade de vida.

Neste contexto, e considerando a adesão registada, os níveis de satisfação alcançados e o valor social desta iniciativa, considera-se plenamente justificada a continuidade e eventual reforço desta resposta no quadro das prestações sociais dos SSGNR.

4.5 FOMENTO E APOIO À HABITAÇÃO

No que respeita à situação das frações habitacionais em regime de renda apoiada, o quadro supra demonstra a manutenção de uma tendência de estabilização desta modalidade de arrendamento, observando-se, em 2025, um ligeiro acréscimo no número total de frações e contratos regularizados, em linha com a estratégia de consolidação da gestão habitacional prosseguida pelos Serviços Sociais.

SITUAÇÃO DE CONTRATOS			ANOS			
			2024	2025	Diferença	Diferença (%)
Frações	Arrendados	Beneficiários	740	743	3	0,41%
		Não Beneficiários e outras Situações	32	31	-1	3,31%
		Total	772	774	2	0,26%
Contratos em Contencioso			2	2	0	0,0%
Contratos Regularizados			770	772	2	0,26%

Tabela 35 – Descrição dos imóveis em arrendamento

No final do ano de 2025 encontravam-se regularizados um total de 772 contratos, traduzindo um acréscimo de 2 contratos face ao ano transato, evolução que acompanha o aumento do número de frações arrendadas a beneficiários, que passou de 740 para 743, reforçando a capacidade de resposta habitacional disponibilizada pelos Serviços Sociais.

No que concerne às demais situações contratuais, assinala-se uma redução no número de contratos celebrados com não Beneficiários e outras situações, que passaram de 32 para 31, evidenciando o contínuo alinhamento com os objetivos estratégicos definidos para a gestão habitacional dos Serviços Sociais.

Importa igualmente salientar que, à data de 31 de dezembro de 2025, manteve-se inalterado o número de contratos em situação de contencioso, registando-se 2 processos ativos, circunstância que reflete a estabilidade verificada neste domínio e a continuidade do acompanhamento desenvolvido na mitigação destas situações.

Globalmente, os indicadores apurados em 2025 revelam uma evolução positiva e sustentada, traduzida no reforço do parque habitacional arrendado, no aumento dos contratos regularizados e na consolidação de uma trajetória de estabilidade na gestão do património habitacional afeto aos Beneficiários dos Serviços Sociais.

4.6 OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

A realização de obras de remodelação e conservação do património imobiliário continua a constituir-se como uma das atividades mais determinantes para a eficaz prossecução da missão dos Serviços Sociais.

A manutenção e modernização das infraestruturas garantem não apenas a preservação do parque habitacional, como também a criação de adequadas condições infraestruturais para o bem-estar e segurança dos Beneficiários que habitam ou usufruem dessas infraestruturas, assegurando-se, assim, a estabilidade pessoal e familiar e, simultaneamente, reforçando a sustentabilidade financeira da instituição SSGNR.

No decurso do ano de 2025, prosseguiu-se com a execução de diversas empreitadas de reabilitação e conservação, destinadas quer ao parque habitacional social, quer às restantes infraestruturas de apoio social, registando-se, neste domínio, uma intensificação do investimento realizado, em resultado do desenvolvimento de intervenções estruturantes e da continuidade de projetos cuja execução transitou do exercício anterior.

Neste contexto, os SSGNR procederam, até ao final de 2025, ao pagamento de obras e fornecimentos num montante global de 3 473 989,94 €, valor que traduz um acréscimo de 72,94% face ao ano de 2024, representando um reforço muito expressivo do esforço financeiro afeto à reabilitação e modernização do património imobiliário, circunstância que permitiu assegurar a continuidade e aprofundamento do programa de investimento em curso.

No quadro infra constata-se a distribuição do investimento por tipologia habitacional ocorrida em 2025, evidenciando-se, com particular relevo, o significativo aumento do investimento na área da habitação social, que registou uma execução de 2 009 810,94 €, correspondendo a um crescimento de 150,13% face ao ano anterior, refletindo o esforço financeiro, técnico e administrativo desenvolvido na requalificação desta tipologia, enquanto eixo prioritário da política habitacional dos Serviços Sociais.

De igual modo, importa destacar o expressivo incremento verificado na tipologia Colónias, cujo investimento ascendeu a 365 512,85 €, representando, assim, um aumento de 809,78% comparativamente ao ano de 2024, situação explicada pela concretização de intervenções de grande dimensão nesta vertente infraestrutural, designadamente nos telhados dos vários edifícios da CFCC, mas também em obras de relevo executadas em Peniche e Évora.

Por sua vez, nas tipologias Lares e Residências de Estudantes e IFT, registaram-se decréscimos de 4,47% e 8,23%, respetivamente, variações que se enquadram numa lógica de ajustamento do ciclo de investimento e de reafetação de prioridades, sem prejuízo da manutenção dos níveis adequados de conservação e operacionalidade destas infraestruturas.

Globalmente, os indicadores apurados revelam, em 2025, uma dinâmica de forte reforço do investimento em obras de remodelação de infraestruturas, particularmente orientada para a valorização do património habitacional social e para a consolidação das respostas sociais de alojamento disponibilizadas aos beneficiários.

TIPOLOGIA DE HABITAÇÃO	VALORES (€)			
	2024	2025	DIFERENÇA (€)	DIFERENÇA (%)
Habitação Social	803 517,26	2 009 810,94	1 206 293,68	150,13%
Lares e residências de estudantes	783 429,33	748 420,47	- 35 008,86	-4,47%
Colónias	40 175,86	365 512,85	325 336,99	809,78%
IFT	381 670,70	350 245,68	- 31 425,02	-8,23%
Total	2 008 793,16	3 473 989,94	1 465 196,79	72,94%

Tabela 36 – Intervenções no parque habitacional

Por último, é de referir que a execução do financiamento inserto na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), continuou a assumir carácter prioritário, influenciando o desenvolvimento das intervenções inscritas no Plano de Atividades de 2025, designadamente as afetas à reabilitação das infraestruturas turísticas, lares e colónias, porquanto tais investimentos mantiveram particular relevância em virtude dos prazos finais de execução associados (a concluir em 2026) e da sua vocação para a requalificação e ampliação das infraestruturas de apoio social, habitacional e de residências de estudantes.

4.7 AÇÃO CULTURAL

No âmbito da ação cultural, em 2025, os Serviços Sociais deram continuidade à prática de desenvolvimento de eventos que permitem o convívio, mas também a aprendizagem e, por conseguinte, promovam o bem-estar entre todos, reforçando os laços de camaradagem e o sentido de pertença à grande Família da Guarda. Destacam-se, assim, o evento “Dia da Criança”, tradicionalmente realizado na Colónia de Férias da Costa da Caparica (CFCC), as Colónias Balneares Infantis e +55, o Dia das Atividades em Família nos vários Comandos Territoriais, as Viagens Culturais, a Animação de Verão e a Passagem de Ano (também realizada na CFCC), entre vários outros eventos, a seguir elencados, com indicação do respetivo número de participantes.

EVENTO/ATIVIDADE	OBSERVAÇÕES
Evento Dia da Criança (CFCC)	3 114 participantes dos quais 1 150 são crianças (+1,83% e +11,54%, respetivamente)
Colónia de Férias +55	80 Beneficiários com idade superior a 55 anos (44 Beneficiários titulares e 36 beneficiárias familiares) (+2,5%)
Colónias Balneares Infantis	1 374 atribuições (+5,68%)
Concurso Dia da Mulher	3 859 (mulheres militares e civis do quadro da GNR do universo geral da GNR) (+37,76%)
Concurso Dia da GNR	46 360 (Beneficiários titulares) (+0,41%)
Concurso Dia do Pai	26 993 (Beneficiários masculinos, com filhos, do universo de beneficiários) (+47,75%)

Concurso Dia Mundial da Criança	9 883 (Beneficiários com idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos)
Dia das Atividades em Família nos Comandos Territoriais	2.320 participantes (15,64%)
Viagens Culturais	100 participantes (= ano de 2024)
Concurso Melhor Aluno	65 participantes (+4,61%)
Concurso de Escrita Criativa	10 participantes (-9,09%)
Sessões culturais (teatro e futebol)	Total de 372 participantes (-27,05%)
Circo de Natal	1 840 pessoas, das quais 1 340 na área de Lisboa e 500 na área do Porto (+61,95%)
Boletim Informativo	17.489 Beneficiários via CTT (-5,31%); 30 985 via email (+4,04%)
Newsletters	30 985 Beneficiários por cada email remetido (+4,04%)
Comunicações Redes Sociais	48 no WhatsApp e 9 no Instagram (+100%; + 100%)
Animação de Verão (CFCC)	3 250 participantes (+1,35%)
Passagem de Ano (CFCC)	300 participantes (igual ao número de 2024)
Prendas de Natal	13 854 prendas atribuídas a crianças dos 0 aos 12 anos (-1,63%)

Tabela 37 – N.º de participantes nos Eventos/Atividades

Importa ainda referir que, ao longo de 2025, os Serviços Sociais desenvolveram iniciativas em articulação com os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP) e com os Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (SSCGD). No âmbito destas parcerias, foram proporcionados momentos culturais diferenciados, designadamente uma sessão no Teatro Politeama dirigida aos Beneficiários mais jovens, por ocasião do Carnaval, com o espetáculo “A Bela e o Monstro”, de Filipe La Féria.

Foram ainda promovidos dois espetáculos direcionados para o público adulto: “Fátima – Ópera Rock”, igualmente no Teatro Politeama e com direção do mesmo encenador, e a comédia “Casados de Fresco”, apresentada no Casino do Estoril. Estas iniciativas permitiram diversificar os públicos-alvo e os locais de oferta, contribuindo, simultaneamente, para a valorização da produção teatral portuguesa.

No âmbito da colaboração institucional estabelecida com a Fundação Benfica, foram atribuídos 266 bilhetes para diversos jogos realizados no Estádio da Luz, abrangendo competições das equipas masculinas e femininas. Esta parceria possibilitou ainda a realização de visitas ao Estádio da Luz e ao Museu Cosme Damião por crianças de forças congéneres da Ucrânia e de Marrocos, proporcionando momentos de convívio, lazer e enriquecimento cultural.

Por sua vez, com a colaboração dos Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), foi possível disponibilizar, no período da quadra natalícia, um total de 1 840 bilhetes para o Circo de Natal, destinados aos Beneficiários dos SSGNR. Estes bilhetes foram distribuídos pelas unidades localizadas na Área Metropolitana de Lisboa, bem como pelos Comandos Territoriais de Setúbal, Évora e Santarém, e ainda pelas unidades da Área Metropolitana do Porto.

No domínio da comunicação e divulgação, regista-se que, em 2025, foram enviadas 35 newsletters por correio eletrónico (menos quatro do que no ano anterior), contendo informação relevante para os Beneficiários. Assinala-se igualmente a entrada dos SSGNR em novos canais digitais, designadamente o Canal de WhatsApp, no início do ano, e a rede social Instagram, no final do ano.

Nestes meios foram realizadas 48 publicações no Canal de WhatsApp e 9 publicações no Instagram, reforçando a estratégia de diversificação dos canais de comunicação e permitindo alcançar diferentes segmentos do universo de Beneficiários.

Não obstante este esforço de modernização, importa reconhecer que o universo de Beneficiários dos SSGNR é heterogéneo, subsistindo ainda um segmento que não dispõe de acesso ou familiaridade com as tecnologias digitais.

Neste contexto, a comunicação não pode assentar exclusivamente em meios eletrónicos. Assim, foi também enviado, por via postal (CTT), o Boletim Informativo n.º 55 aos Beneficiários reformados, em particular aos de idade mais avançada e sem endereço de correio eletrónico associado.



Deste modo, os Serviços Sociais mantêm a aposta em canais de comunicação complementares, assegurando a divulgação de informação relevante, designadamente atividades desenvolvidas e previstas, bem como outros conteúdos de interesse, de forma abrangente, inclusiva e acessível a todos os Beneficiários.

4.8 PROTOCOLOS

Durante o ano de 2025 foram realizados 32 (trinta e dois) novos protocolos, 10 (dez) renegociados e 14 (catorze) rescindidos. Deste universo, 5 (cinco) revogações foram a pedido das Entidades (duas por fecho de atividade) e 9 (nove) por não obtenção de resposta às tentativas de contato por parte dos SSGNR.

Apostando cada vez mais na melhoria, interesse para os Beneficiários e maior valor dos protocolos firmados, os Serviços Sociais, a 31 de dezembro de 2025, tinham um total de 628 protocolos, representando um aumento de 19 em relação ao ano anterior, sendo que a distribuição por áreas funcionais é conforme o quadro seguinte:

ÁREAS	N.º PROTOCOLOS	%
Agência Funerária	9	1,4%
Ajudas Técnicas	9	1,4%
Alojamento	27	4,3%
Animais	3	0,5%
Apoio Domiciliário	36	5,7%
Automóveis	13	2,1%
Aluguer de Viaturas	2	0,3%

Motos	6	1%
Bancos	7	1,1%
Combustíveis	1	0,2%
Comunicações	2	0,3%
Consultadoria	4	0,6%
Cultura	14	2,2%
Eletricidade e Gás	2	0,3%
Ensino	12	1,9%
Ensino Superior	38	6,1%
Ensino - Condução	2	0,3%
Estética	10	1,6%
Farmácias	57	9,1%
Ginásios	48	7,6%
Lares	58	9,2%
Ótica	23	3,7%
Restauração	8	1,3%
Saúde	135	21,5%
Saúde – Psicologia	27	4,3%
Saúde - Fisioterapia	24	3,8%
Seguros	6	1%
Terapias Alternativas	3	0,5%
Termas	5	0,8%
Viagens e Turismo	33	5,3%
Outros	4	0,6%
TOTAL	628	100%

Tabela 38 – N.º e percentagem de protocolos por áreas

A maioria dos protocolos em vigor enquadra-se na área da prestação de cuidados de saúde (29,6%), seguindo-se as respostas sociais de lares (9,2%) e o setor das farmácias (9,1%), representando, em conjunto, cerca de 47,9% do total de protocolos existentes. As áreas do ensino (8,3%) e do desporto (7,6%) assumem igualmente forte relevância, refletindo a procura de benefícios por parte dos Beneficiários através das condições estabelecidas com as entidades protocoladas pelos SSGNR.

Os protocolos celebrados nestas cinco áreas — saúde, farmácias, lares, ensino e desporto — assumem especial destaque para os Beneficiários, em particular para os grupos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico, com maior impacto para os seniores, o que justifica uma atenção acrescida por parte dos Serviços Sociais. Por outro lado, as áreas do ensino e do desporto são mais procuradas pelos Beneficiários mais jovens, quer para os titulares no ativo, quer para os elementos do respetivo agregado familiar.

No âmbito do objetivo de diversificação e qualificação da oferta de serviços, os SSGNR promoveram, em 2025, à semelhança do verificado no ano anterior, o reforço das áreas que registam maior procura e interesse por parte dos Beneficiários, com especial incidência na área da saúde, sem prejuízo do investimento nas áreas do ensino, do apoio domiciliário e do desporto.

Assim, do total de protocolos existentes, 65 apresentam abrangência nacional, sendo os restantes maioritariamente de âmbito distrital ou local. O distrito de Lisboa concentra o maior número de protocolos celebrados (149), seguido do Porto (76). Destacam-se ainda, por ordem decrescente, os distritos de Faro (35), Setúbal (33), Braga (29) e Coimbra (27). Importa ainda referir que, em 2025, foi dada continuidade à estratégia de reforço da rede de protocolos nos distritos com menor cobertura, com vista à redução das assimetrias territoriais.

No que respeita aos protocolos institucionais celebrados em anos anteriores, destaca-se a parceria estabelecida com o Município de Vila Franca de Xira, que prevê a atribuição de benefícios ao nível do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos militares residentes e/ou em efetividade de serviço naquele Concelho. Para o efeito, foram emitidas 124 declarações comprovativas da condição de Beneficiário.

À semelhança de anos anteriores, foram também estabelecidas, em 2025, 16 parcerias no período da quadra natalícia, envolvendo entidades promotoras de espetáculos, parques temáticos e circos.

Relativamente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e não obstante os esforços desenvolvidos para reforçar a rede de entidades protocoladas, registou-se, em 2025, a celebração de uma nova parceria no Funchal, na área do apoio domiciliário, até então inexistente. Verificou-se igualmente a cessação de um protocolo, por iniciativa da respetiva entidade, no domínio do transporte marítimo entre a Ilha da Madeira e o Porto Santo. Mantém-se, assim, o número global de protocolos, com níveis de qualidade considerados adequados, totalizando 14 na Região Autónoma dos Açores e 17 na Região Autónoma da Madeira, incluindo a Ilha de Porto Santo.

À semelhança dos anos anteriores, algumas entidades protocoladas promoveram, em 2025, ações presenciais junto das unidades da GNR em todo o território nacional, destacando-se, entre outras, a *Meo*, a *Iberdrola* e o *Millennium BCP*.

Neste contexto, os SSGNR asseguraram a articulação entre as entidades protocoladas e as unidades da GNR, nomeadamente ao nível da divulgação de iniciativas e da tramitação dos respetivos pedidos de autorização. Estas ações têm revelado um impacto positivo na proximidade aos Beneficiários e na identificação das suas necessidades, contribuindo para o acesso a serviços em condições mais vantajosas.

Por fim, é de referir que, no decurso do ano de 2025, foram realizadas 151 ações presenciais, abrangendo a totalidade do território nacional, incluindo as Regiões Autónomas.

4.9 RESIDENCIAL

Durante o ano de 2025, a Residencial dos SSGNR registou 2 758 ocupações, correspondendo a um aumento significativo face ao ano anterior (+3,30%). Verificou-se, assim, a consolidação de uma tendência de crescimento da procura que já se vinha evidenciando no período anterior. Com efeito, esta evolução traduz uma procura crescente por aquela infraestrutura, maioritariamente associada a fins turísticos e de lazer, mas também relacionada com a necessidade de alojamento por parte de Beneficiários titulares e seus familiares. Estes recorrem à residencial por diversos motivos, designadamente por razões de saúde — dada a proximidade a unidades hospitalares na cidade de Lisboa —, pela frequência de ações de formação, ou ainda por outros motivos de natureza pessoal.

Importa igualmente assinalar que os preços praticados na residencial se mantêm bastante competitivos quando comparados com os valores médios do mercado hoteleiro na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o que contribui para a atratividade da mesma.

Em termos globais, registou-se, em 2025, um aumento relevante da atividade da residencial, traduzido em mais 88 quartos ocupados, conforme evidenciado no quadro seguinte:

TIPOLOGIA	QUARTOS DISPONÍVEIS	2023	2024	2025	VAR. (#)	VAR. (%)
Single	5	414	432	501	69	15,97%
Single +	5	320	385	359	-26	-6,75%
Twin	10	823	889	937	48	5,40%
Duplo	5	523	552	543	-9	-1,63%
Duplo+1	4	370	412	418	6	1,46%
TOTAL	29	2 450	2 670	2 758	88	3,30%

Tabela 39 – Ocupações da residencial

4.10 INTERCÂMBIO COM ENTIDADES EXTERNAS – CONGÉNERES

Durante o ano de 2025, ao nível das atividades de repouso e lazer, o intercâmbio com as forças congéneres estrangeiras (Espanha, França, Itália e Marrocos) manteve uma expressão relevante, ainda que com uma evolução diferenciada face ao ano anterior.

No que respeita ao período de veraneio, os Serviços Sociais continuaram a disponibilizar Infraestruturas Turísticas às congéneres estrangeiras, registando-se, contudo, uma redução global do número de atribuições, que passaram de 158 em 2024 para 125 em 2025, correspondendo a uma diminuição de 20,89%. Esta variação resultou, sobretudo, da redução verificada na Residencial (-37,96%), não obstante o

aumento registado no CFCC (+25,81%), mantendo-se Vilamoura estável, tal como se pode constatar na tabela seguinte:

CONGÉNERES	VERANEIO 2024	VERANEIO 2025	VAR. (#)	VAR. (%)
Vilamoura	19	19	0	-
CFCC	31	39	8	25,81%
Residencial	108	67	-41	37,96%
Total	158	125	-33	20,89%

Tabela 40 – Atribuições das congéneres nas IFT's dos SSGNR – período de veraneio

Relativamente ao período de repouso, observou-se igualmente uma diminuição da procura, com o total de atribuições a reduzir-se de 295 para 220 (-25,42%). Esta evolução ficou a dever-se, em grande medida, à redução verificada na Residencial (-31,16%) e no CFCC (-15,63%), ainda que se tenha registado um ligeiro aumento em Vilamoura.

Em termos globais, as atribuições no âmbito do intercâmbio totalizaram 345, distribuídas pelas diferentes infraestruturas, com destaque para a Residencial (204), seguida do CFCC (120) e de Vilamoura (21).

CONGÉNERES	REPOUSO 2024	REPOUSO 2025	VAR. (#)	VAR. (%)
Vilamoura	0	2	2	-
CFCC	96	81	-15	15,63%
Residencial	199	137	-62	31,16%
Total	295	220	-75	25,42%

Tabela 41 – Atribuições das congéneres nas IFT's dos SSGNR – período de repouso

CONGÉNERES	VERANEIO	REPOUSO	TOTAL
Vilamoura	19	2	21
CFCC	39	81	120
Residencial	67	137	204
Total	125	220	345

Tabela 42 – Atribuições das congéneres nas IFT's dos SSGNR – Totais

No âmbito do intercâmbio estabelecido entre os SSGNR e as congéneres estrangeiras, foram disponibilizados aos Serviços Sociais um total de 16 alojamentos turísticos, distribuídos por 160 turnos, destinados a fins de lazer. Para estes, concorreram 236 Beneficiários titulares, dos quais resultaram 89 atribuições efetivas, conforme evidenciado no quadro respetivo.

CONGÉNERES	INFRAESTRUTURAS	TURNOS	ATRIBUIÇÕES	RESERVAS
Espanha	5	44	40	181
França	6	77	27	5
Itália	3	15	6	19
Marrocos	2	24	16	31
Total	16	160	89	236

Tabela 43 – Atribuições das Congéneres aos SSGNR

4.11 SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

No ano de 2025, os Serviços Farmacêuticos (SF) desenvolveram a sua atividade em alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais definidos em sede de QUAR, assegurando níveis adequados de eficiência, controlo da despesa e qualidade do serviço prestado aos Beneficiários. A gestão da atividade assentou, essencialmente, na otimização dos processos de aquisição, na gestão equilibrada de *stocks* e na monitorização contínua dos indicadores de desempenho. Neste contexto, e atendendo ao enquadramento externo, os SF solicitaram à SGMAI a alteração do objetivo n.º 6.

O contexto de atuação em 2025 foi marcado por fatores exógenos relevantes, designadamente: o reforço da concorrência por parte de operadores de comércio eletrónico no sector farmacêutico; e constrangimentos no abastecimento, com ocorrência de ruturas de *stock* em diversos medicamentos. Estes fatores condicionaram o desempenho global da atividade, em particular ao nível do volume total de vendas.

Ainda assim, o volume global de vendas atingiu 1 244 188,37 €, traduzindo uma variação de -2,42% face a 2024, mantendo-se próximo dos níveis de referência definidos. Esta evolução reflete comportamentos distintos entre segmentos de atividade.

No que respeita às vendas com prescrição médica no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), estas totalizaram 361 403,78 €, correspondendo a um crescimento de 6,03% face ao ano anterior. Importa salientar que o indicador QUAR associado — $[(n.º \text{ de vendas/dispensas com receituário SNS 2025} / n.º \text{ de vendas/dispensas com receituário SNS 2024}) - 1] \times 100$ — registou um desempenho superior à meta estabelecida de 2%, pelo que se considera o objetivo como plenamente atingido (superado em sede de QUAR). Este resultado evidencia o reforço da procura neste segmento e a capacidade de resposta dos SF, mesmo num contexto de forte adversidade social.

Por sua vez, as vendas sem prescrição médica ascenderam a 882 784,59 €, registando uma redução de 5,50% face a 2024, refletindo, em grande medida, o impacto da concorrência externa e alterações nos padrões de consumo.

O serviço “Farmácia+Próxima” manteve-se como um instrumento relevante na promoção da acessibilidade e equidade no acesso aos serviços farmacêuticos, tendo registado um volume de vendas de 167 530,89 €, correspondente a 18,97% do total da faturação. Não obstante a redução de 16,64% face ao ano anterior, foram mantidas medidas de apoio ao utilizador, nomeadamente a comparticipação dos custos de envio, persistindo a necessidade de ajustamento contínuo da oferta, com vista ao reforço da competitividade deste serviço.

Ao nível da relação com os Beneficiários, é possível aferir que cerca de 10% dos titulares recorreram aos SF. Verificou-se uma redução do número de atendimentos presenciais, que totalizaram 21 652 (-6,04% face a 2024), tendência inversamente acompanhada pelo reforço dos canais não presenciais, nomeadamente o correio eletrónico, que registou 1 796 interações (+32,64%). Paralelamente, observou-se um aumento do ticket médio, o que contribuiu para mitigar o impacto da redução do número de atendimentos no volume global de vendas.

No plano da gestão, o volume de compras situou-se em 950 045,00 €, mantendo-se alinhado com os níveis de referência, apesar da pressão inflacionista nos preços de aquisição. A gestão de stocks manteve-se dentro dos parâmetros definidos (entre 325 000,00 € e 350 000,00 €), assegurando níveis adequados de cobertura. O reforço registado no final do ano decorreu de uma gestão orçamental eficaz, não comprometendo o equilíbrio estrutural deste indicador.

Em termos económico-financeiros, os SF registaram um resultado líquido positivo de 198 685,53 €, correspondente a uma margem de comercialização de 15,96%, superando o valor de referência estabelecido (8%). Este desempenho evidencia a sustentabilidade da atividade e a eficiência da gestão implementada.

Em síntese, os Serviços Farmacêuticos evidenciaram, em 2025, um desempenho global positivo, assegurando o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, com destaque para a superação do indicador QUAR relativo ao receituário SNS. Não obstante a contração do volume global de vendas, condicionada por fatores externos, foi possível garantir níveis adequados de serviço, eficiência operacional e sustentabilidade económico-financeira.

De seguida apresentam-se os dados comparativos relativos aos últimos dois anos:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	
N.º de Atendimentos	23 044	21 652	-1392	-6,04%
N.º de E-mails	1 354	1 796	+442	+32,64%

Tabela 44 – N.º de atendimentos gerais e n.º de e-mails

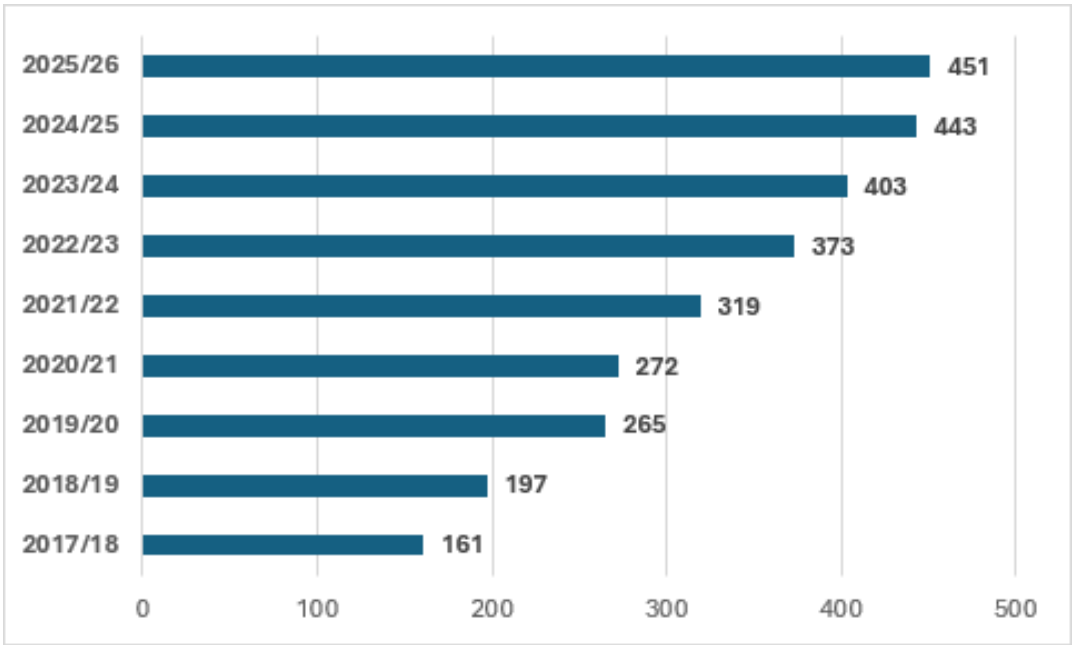
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	
Vendas Gerais	934 094,48 €	882 784,59 €	-51 309,89€	-5,50%
Prescrição Médica	340 845,74 €	361 403,78 €	20 558,04€	+6,03%
Total	1 274 940,22€	1 244 188,37€	30 752,85	-2,41€

Tabela 45 – Movimentos nos anos de 2024 e 2025

4.12 APOIO A ESTUDANTES

A disponibilização de Lares Académicos e Residências para Estudantes constitui uma modalidade de ação social destinada a apoiar os Beneficiários cujos filhos necessitam de alojamento para prosseguirem os seus estudos em estabelecimentos de ensino fora da sua área de residência. Atendendo aos elevados custos do mercado de alojamento académico, este tipo de prestação revela-se determinante para que muitos dos filhos de militares e civis da Guarda Nacional Republicana possam frequentar o ensino superior.

Nos últimos anos, procurando dar resposta às necessidades identificadas em diferentes cidades do país, os Serviços Sociais da GNR têm vindo a aumentar, de forma sustentada, a capacidade de alojamento estudantil.



Para o ano letivo de 2025/2026, os SSGNR disponibilizaram 460 camas, distribuídas por sete distritos com polos universitários (Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Faro/Olhão, Lisboa e Porto). Do ano letivo anterior (2024/2025), foram readmitidos 305 alunos (113 do sexo masculino e 192 do sexo feminino), ficando disponíveis 155 vagas para o concurso nacional de 2025/2026.

Ao longo do ano, entre variações, registou-se um máximo de 451 ocupações. Em 31 de dezembro de 2025, estavam alojados 430 estudantes.

Regista-se um permanente ajustamento entre a oferta e a procura, garantindo que as habitações não ocupadas possam ser reatribuídas a diferentes funções sociais.

O quadro seguinte evidencia a capacidade instalada e a respetiva taxa de ocupação, em função da relação entre capacidade disponível e ocupação efetiva.

Tabela 46 – Capacidade disponível, capacidade utilizada e ocupação efetiva em lares e residências académicas

LARES E RESIDÊNCIAS ACADÉMICAS		CAPACIDADE DISPONÍVEL	CAPACIDADE NÃO UTILIZADA	OCUPAÇÃO EFETIVA	% OCUPAÇÃO
Lisboa	Lar Masculino	14	5	9	64%
	Lar Feminino	41	1	40	98%
	Residências Masculinas	54	1	53	98%
	Residências Femininas	87	1	86	99%
Porto	Lar Masculino	20	0	20	100%
	Lar Feminino	48	6	42	88%
Coimbra	Lar Feminino	26	1	25	96%
	Residências Masculinas	35	1	34	97%
	Residências Femininas	23	0	23	100%
Évora	Lar Masculino	24	1	23	96%
	Lar Feminino	23	3	20	87%
	Residências Femininas	17	3	14	82%
Braga	Residências Masculinas	3	1	2	67%
	Residências Femininas	12	0	12	100%
Faro	Residências Masculinas	13	1	12	92%
	Residências Femininas	9	1	8	89%
Bragança	Residências Masculinas	3	0	3	100%
	Residências Femininas	4	0	4	100%
Total		456	26	430(*)	94%

(*) ao longo do ano, foram alojados **451** estudantes

O crescimento sustentado da rede de alojamento académico tem sido possível graças à aposta na reabilitação do património habitacional existente e à sua reconversão em Residências para Estudantes, assentes no conceito de quarto individual com partilha de espaços comuns, proporcionando elevados padrões de conforto, segurança e localização.

A taxa global de ocupação no ano letivo de 2025/2026, à data de 31 de dezembro, situou-se nos 94%, confirmando a elevada procura por este tipo de resposta social.

Perspetivando o futuro, estima-se que, no ano letivo de 2026/2027, sejam libertadas cerca de 180 vagas, em resultado da conclusão de ciclos de estudos (licenciaturas, mestrados integrados e mestrados) e do limite etário dos beneficiários.

4.13 OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL

No decurso de 2025, os Serviços Sociais da GNR, através do Gabinete de Apoio ao Beneficiário (GAB), prosseguiram a sua intervenção no domínio do apoio social e acompanhamento de Beneficiários em situação de maior vulnerabilidade, assegurando respostas ajustadas, individualizadas e oportunas, em linha com a missão social e solidária que estrutura a atuação destes Serviços.

No âmbito do Alojamento Temporário de Emergência (ATE), os Serviços Sociais deram, uma vez mais, resposta positiva às necessidades identificadas, tendo sido efetuadas 51 atribuições, das quais 35 por motivos de saúde — designadamente associados a tratamentos, intervenções cirúrgicas, exames médicos ou acompanhamento terapêutico — e 16 por motivos habitacionais e outras situações de força maior. As atribuições distribuíram-se geograficamente por Lisboa (40), Porto (9), Braga (1) e Bragança (1), confirmando a relevância deste instrumento de proteção social complementar no apoio a Beneficiários em circunstâncias particularmente sensíveis.

No domínio do apoio económico e social extraordinário, foram objeto de análise 55 pedidos de empréstimo extraordinário, dos quais 24 foram deferidos, 6 indeferidos, 9 objeto de desistência e 16 transitaram para análise em 2026, evidenciando o volume e complexidade das situações apreciadas.

Paralelamente, no quadro dos processos sociais relativos a Beneficiários em outras situações de vulnerabilidade, foram acompanhados 46 beneficiários, incluindo avaliações para subsídios extraordinários, apoios pontuais e outras situações sociais carecidas de intervenção específica. Neste âmbito, importa igualmente assinalar a realização de 98 contactos pontuais com Beneficiários em situação de vulnerabilidade socioeconómica, bem como o apoio prestado a 5 Beneficiários através de ajudas técnicas, designadamente camas articuladas e cadeiras de rodas, resposta particularmente relevante em contextos de fragilidade acrescida.

No plano da intervenção técnica e acompanhamento social, destaca-se a realização de 29 visitas domiciliárias, distribuídas por diversas regiões do país, bem como a elaboração de 33 relatórios sociais e 140

informações sociais, instrumentos que evidenciam a intensidade da atividade técnica desenvolvida e a crescente complexificação das respostas exigidas àquele Gabinete.

Acresce, ainda, a atividade de triagem e encaminhamento social, que abrangeu 74 beneficiários, através de contactos de esclarecimento, orientação e apoio inicial, complementada por múltiplos atendimentos presenciais e reuniões com entidades parceiras, cuja relevância qualitativa importa igualmente assinalar.

No âmbito do apoio social de caráter solidário, merece especial referência a distribuição de 194 “Cartões Solidários de Natal” destinados a Beneficiários em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, medida que, substituindo o anterior modelo de “Cabazes Alimentares”, permitiu reforçar a autonomia dos destinatários na aquisição de bens essenciais e introduzir maior flexibilidade e adequação na resposta social prestada, sempre com observância dos princípios de discrição, reserva e respeito pela dignidade dos Beneficiários apoiados.

Em termos globais, o exercício de 2025 evidencia um reforço e diversificação das respostas de apoio social prestadas pelos Serviços Sociais, revelando uma intervenção cada vez mais estruturada, tecnicamente sustentada e orientada para a proteção dos Beneficiários em situações de maior fragilidade.

Por último, também no âmbito do “Programa de Voluntariado”, os SSGNR continuaram a promover ações de apoio e intervenção social, contando com o envolvimento de Beneficiários na situação de reserva, reforma e aposentação, bem como de outros voluntários que, numa lógica solidária e de compromisso com as nossas *Razões de Servir e Ajudar*, continuaram a contribuir para o reforço da dimensão humana e comunitária destes Serviços Sociais.

5. GESTÃO INTERNA

5.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A gestão dos recursos humanos em 2025 foi realizada com base no Mapa de Pessoal aprovado por Sua Exa. a Secretária de Estado da Administração Interna, a 08AGO24, autorizando um efetivo máximo global de 160 postos de trabalho, dos quais, 150 referente a trabalhadores com vínculo de emprego público por nomeação (pessoal militar) e por tempo indeterminado (pessoal civil) e, 10 trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado a tempo parcial.

No entanto, para a prossecução da sua missão, em 2025, os SSGNR apenas puderam contar com um total de 90 trabalhadores em funções públicas, número inferior ao que havia ocorrido no ano anterior (2024). No que se refere à modalidade de avença, verificou-se uma diminuição em quatro contratações, perfazendo um total de 15 prestadores de serviço. A média de idades dos trabalhadores manteve-se praticamente idêntica, tendo subido, ainda que muito ligeiramente, dos 51,19 para os 51,60 anos.

Em termos de percentagem, 50,00% corresponde a trabalhadores em regime de nomeação, ou seja, 45 militares da GNR (+10 do que em 2024), e 50,00% em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (pessoal da carreira geral e especial civil), perfazendo, também, 45 trabalhadores (-1 face a 2024), tendo o pessoal em regime de avença diminuído em 21,06% (- 4 avençados).

DESIGNAÇÃO	EFETIVO	Variação face ao Total (%)
Pessoal Militar (Carreira Especial)		
Oficiais	7	7,78 %
Sargentos	8	8,89 %
Guardas	30	33,33 %
Pessoal Civil (Carreira Geral)		
Técnicos Superiores	12	13,33 %
Assistentes Técnicos	11	12,22 %
Assistentes Operacionais	21	23,33 %
Pessoal Civil (Carreira Especial Civil)		
Técnicos de Informática	1	1,11 %
SUBTOTAL (Nomeação + CTFP)	90	
Pessoal Civil (Contratado em Regime de Avença)		
Avençados	15	
TOTAL DO EFETIVO (Nomeação + CTFP + Avenças)	105	

Tabela 47 – N.º de efetivos a 31 de dezembro de 2025

O ano de 2025 foi um ano em que as dinâmicas operacionais foram ainda mais além do que o expectável, pois, pese embora os constrangimentos existentes a nível do pessoal, com 90 trabalhadores efetivos (56,25) da capacidade humana prevista em Mapa de Pessoal (160), conseguiram, ainda assim, “*Levar a carta a Garcia*” a missão dos SSGNR.

O fator humano é, como sabido, o elemento-chave para a existência de qualquer organização, mais ainda numa organização em que o “mote” é a componente humana e, por conseguinte, a todos os valores que se lhe encontram associados, razão pela qual, uns Serviços Sociais mais fortes, mais coesos, mais capazes de criar, realizar e inovar, são considerados como determinantes para a prestação de um serviço que se quer e se deseja de qualidade. Ainda assim, os SSGNR conscientes de que, para conseguirem dar continuidade a uma missão ainda mais meritória e próxima aos beneficiários, têm, necessariamente, de promover um conjunto variado de diligências no sentido de aumentarem o seu efetivo, motivo pelo qual, foram desencadeados uma série de convites para colocação de militares nos seus quadros, visando-se o aumento, quer quantitativo, quer qualitativo, do seu mapa de pessoal, ainda que se trate de um exercício de difícil concretização, até porque a própria GNR sofre do mesmo síndrome, com muito poucos recursos disponíveis para que possa alocá-los a estes Serviços Sociais.

Na realidade, não foi ainda em 2025 que se conseguiu aumentar o efetivo de pessoal, muito em parte devido aos constrangimentos existentes em matéria de recrutamento/contratação de pessoal em funções públicas, razão pela qual e por forma a tentar superar estas dificuldades, de resto transversais a toda a administração pública, se tem vindo a apostar pela contratação de serviços externos, através de adequados procedimentos aquisitivos, de modo a satisfazer as necessidades operacionais, inclusive, das suas Colónias¹⁴ e, assim, a aumentar o nível de desempenho das atividades e eventos considerados de grande relevância para os beneficiários.

Em termos globais, no ano de 2025, foram admitidos um total de 5 efetivos (-6 do que em 2024), 1 militar da GNR (oficial da classe de capitães) e 4 trabalhadores civis (3 técnicos superiores e 1 assistente técnico). Em sentido inverso, registou-se a saída de 11 efetivos, dos quais, 4 militares (1 sargento e 3 guardas) e 7 trabalhadores civis (4 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 2 assistentes operacionais), movimentos que, no seu todo, se traduziram na diminuição do efetivo existente relativamente ao ano anterior de 2024, ou seja, com um total, em 2025, de 90 efetivos. Em termos de pessoal avençado, verificou-se uma redução em 4 colaboradores, passando-se de um total de 19 para 15 colaboradores nesta situação jurídico-funcional. Assim, os SSGNR continuam a deparar-se, cada vez mais, com assinaláveis dificuldades em termos de efetivos, seja de pessoal militar, seja de civis, traduzidas em graves constrangimentos por forma a poder assegurar, da melhor forma, o regular funcionamento das atividades operacionais.

¹⁴Foi contratada uma empresa especializada em gestão de eventos e animação – AMIGALECRIM Lda. que forneceu os necessários meios humanos e organizacionais, nomeadamente pessoal técnico qualificado para o desenvolvimento das atividades culturais e lúdicas, bem como para o acompanhamento das crianças e dos seniores, concorrendo, assim, para a boa organização, funcionamento e gestão das Colónias de Quiaios e da Caparica e, também, das denominadas “Colónias 55+”, todas lançadas por Concurso Público, devidamente publicado na plataforma eletrónica da Vortal onde também foram disponibilizadas todas as peças do procedimento.

5.2 GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

5.2.1 ANÁLISE DA DESPESA

No exercício de 2025, a despesa executada dos Serviços Sociais da GNR ascendeu a 25 509 614,66€, representando um acréscimo de 31,12% face ao valor executado em 2024, o que traduz um aumento muito expressivo da atividade financeira e do investimento realizado.

A evolução da despesa evidencia crescimento em praticamente todos os agrupamentos orçamentais, com especial incidência em “Ativos Financeiros”, cuja execução atingiu 15 348 943,49 €, correspondendo a um aumento de 53,53%, reflexo do reforço da capacidade de resposta no âmbito da mutualidade e dos apoios disponibilizados aos beneficiários. Também o agrupamento de “Aquisição de Bens de Capital” registou uma variação muito significativa (+37,83%), traduzindo um reforço do investimento em ativos e infraestruturas, enquanto a “Aquisição de Bens e Serviços” apresentou um crescimento de 3,33%, compatível com o aumento da atividade operacional e das necessidades correntes de funcionamento.

As “Despesas com Pessoal” evidenciaram igualmente um crescimento moderado (0,79%), refletindo a estabilidade estrutural deste agrupamento, ainda que incorporando os efeitos das atualizações remuneratórias aplicáveis. Por sua vez, as Transferências Correntes cresceram 2,55%, acompanhando o incremento das prestações e apoios assegurados. Em sentido inverso, o agrupamento de Outras Despesas Correntes registou uma diminuição de 18,61%, revelando uma contenção neste tipo de encargos e contribuindo para maior racionalização da despesa.

Na tabela seguinte é discriminada a evolução comparativa da despesa, por agrupamento, entre os exercícios de 2024 e 2025:

AGRUPAMENTOS	OE APROVADO (€)	CATIVACÕES (€)	OE CORRIGIDO (€)	DESPESA 2024 (€)	DESPESA 2025 (€)	VARIAÇÃO %
Pessoal	4 530 630,00	0,00	4 530 630,00	3 525 358,22	3 553 261,05	0,79%
Aquisição de Bens e Serviços	6 261 870,00	1 101 206,00	5 160 664,00	3 759 192,61	3 884 384,23	3,33%
Transferências Correntes	591 400,00	0,00	591 400,00	401 773,65	412 010,26	2,55%
Outras Despesas Correntes	796 400,00	587 500,00	208 900,00	231 576,62	188 474,62	-18,61%
Aquisição de Bens de Capital	3 119 700,00	0,00	3 119 700,00	1 540 025,25	2 122 542,01	37,83%
Ativos Financeiros	8 200 000,00	0,00	15 350 000,00	9 997 207,34	15 348 943,49	53,53%
TOTAL	23 500 000,00	1 688 706,00	28 961 294,00	19 455 132,69	25 509 615,66	31,12%

Tabela 48 – Despesa Comparativa 2024/2025

Em termos globais, a taxa de execução da despesa atingiu 88%, superando ligeiramente a registada no exercício anterior, sendo particularmente expressivo o grau de execução em “Ativos Financeiros” (99,99%), o que demonstra um elevado nível de concretização das medidas previstas.

Assim, é de mencionar o facto de no ano transato, e tendo em consideração as taxas de juro aplicadas aos Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDIC), os SSGNR receberam um valor superior a 600 000,00€ em juros, situação que contribuiu para o substancial aumento daquele agrupamento.

Importa ainda destacar que a estrutura da despesa continua fortemente orientada para áreas diretamente associadas à missão dos Serviços Sociais, com os “Ativos Financeiros” a representarem 60,17% da despesa total, evidenciando a prioridade conferida ao apoio social e à proteção dos beneficiários.

No seu conjunto, os resultados apurados revelam uma execução financeira robusta, sustentada e alinhada com o reforço das prestações sociais e com o investimento estratégico prosseguido pelos Serviços Sociais da GNR.

A tabela seguinte desagrega, por agrupamento, o nível de execução entre o orçamento da despesa corrigido e o valor executado:

AGRUPAMENTOS	OE APROVADO (€)	CATIVACÕES (€)	OE CORRIGIDO (€)	VALOR EXECUTADO (€)	DESVIO	TAXA DE EXECUÇÃO (%)	TAXA DE EXECUÇÃO POR RUBRICA (%)
Pessoal	4 530 630,00	0,00	4 530 630,00	3 553 261,05	- 977 369,95	78,43%	13,93%
Aquisição de Bens e Serviços	6 261 870,00	1 101 206,00	5 160 664,00	3 884 384,23	-1 276 280,77	75,27%	15,23%
Transferências Correntes	591 400,00	0,00	591 400,00	412 010,26	-179 390,74	69,67%	1,62%
Outras Despesas Correntes	796 400,00	587 500,00	208 900,00	188 473,62	-20 426,38	90,22%	0,74%
Aquisição de Bens de Capital	3 119 700,00	0,00	3 119 700,00	2 122 542,01	-997 158,99	68,04%	8,32%
Ativos Financeiros	8 200 000,00	0,00	15 350 000,00	15 348 943,49	-1 057,51	99,99%	60,17%
TOTAL	23 500 000,00	1 688 706,00	28 961 294,00	25 509 615,66	-3 451 679,34	88%	100%

Tabela 49 – Execução da despesa 2025

5.2.2 ANÁLISE DA RECEITA

A receita arrecadada proveio das quotizações dos beneficiários, bem como da prestação de serviços e demais atividades desenvolvidas pelos SSGNR, processando-se em estrita conformidade com o respetivo quadro estatutário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de julho, não contemplando quaisquer transferências provenientes do Orçamento do Estado.

Neste contexto, importa sublinhar que os Serviços Sociais da GNR assentam exclusivamente em recursos próprios, circunstância que determina uma relação direta entre a capacidade de realização da despesa e o nível de arrecadação da receita, fazendo depender a sustentabilidade da sua ação da solidez e regularidade dessas fontes de financiamento.

Assim, nos termos do artigo 31.º, podem constituir receitas dos SSGNR:

- o produto das quotizações e outras importâncias pagas pelos beneficiários;
- os subsídios e comparticipações de entidades públicas e privadas;
- os produtos de doações, heranças e legados;
- as importâncias cobradas pelos serviços que prestam;
- as importâncias correspondentes ao desconto percentual a favor dos SSGNR, fixado por despacho do Ministro da Administração Interna, sobre as receitas cobradas pelos serviços remunerados executados pela GNR;
- o produto de alienação de bens móveis e imóveis;
- o rendimento de capitais próprios;
- o saldo das contas de gerência verificados em cada ano económico e que transitam para as contas dos anos económicos seguintes e quaisquer outras receitas previstas por lei.

Na tabela que se segue, sintetiza-se, de forma desagregada, a cobrança de receita pelos vários capítulos:

CAPÍTULOS	ORÇAMENTO INICIAL (€)	PREVISÃO CORRIGIDA (€)	RECEITA COBRADA LÍQUIDA (€) (2024)	RECEITA COBRADA LÍQUIDA (€) (2025)	VARIAÇÃO DA RECEITA (%)
04 - Taxas, multas e outras penalidades	6 500,00 €	6 500,00 €	4 435,41	2 859,18 €	-35,54%
05 - Rendimentos de propriedade	2 384 000,00 €	2 376 868,00 €	2 357 844,66	2 509 876,54 €	6,45%
06 - Transferências correntes	5 500 000,00 €	5 507 132,00 €	5 606 039,04	6 070 576,70 €	8,29%
07 - Venda de bens e serviços correntes	5 456 500,00 €	5 456 500,00 €	5 160 616,86	5 381 401,63 €	4,28%
08 - Outras receitas correntes	80 000,00 €	80 000,00 €	77 812,09	104 947,75 €	34,87%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	4 000,00 €	4 000,00 €	7 108,62	2 188,73 €	-69,21%
Total das Receitas Correntes	13 431 000,00 €	13 431 000,00 €	13 213 856,68 €	14 071 850,53 €	6,49%

09 - Venda de bens de investimento	1 619 000,00 €	1 619 000,00 €	0,00	- €	
10 - Transferências de Capital	- €	- €	0,00	- €	
11 - Ativos Financeiros	8 200 000,00 €	8 200 000,00 €	7 063 599,46	8 044 430,56 €	13,89%
13 - Outras receitas de capital	250 000,00 €	244 352,00 €	173 948,19	155 938,44 €	-10,35%
Total das Receitas de Capital	10 069 000,00 €	10 063 352,00 €	7 237 547,65 €	8 200 369,00 €	13,30%
Total Receitas do Ano	23 500 000,00 €	23 494 352,00 €	20 451 404,33 €	22 272 219,53 €	8,90%
16 - Na posse do serviço - Consignado	- €	36 205 818,00 €	35 231 031,77	36 205 817,84 €	2,77%
TOTAL	23 500 000,00 €	59 700 170,00 €	55 682 436,10 €	58 478 037,37 €	5,02%

Tabela 50 – Receita Comparativa 2024/2025

No exercício de 2025, a receita cobrada totalizou 58 478 037,37 €, traduzindo um crescimento de 5,02% face ao ano anterior e confirmando a trajetória de consolidação financeira dos Serviços Sociais da GNR.

As Receitas Correntes ascenderam a 14 071 850,53 €, registando um aumento de 6,49%, impulsionado sobretudo pelo crescimento das rubricas de Transferências Correntes (+8,29%), Rendimentos de Propriedade (+6,45%) e Venda de Bens e Serviços Correntes (+4,28%), evidenciando um desempenho favorável das principais fontes de receita própria.

Merece particular relevo o aumento verificado em “Outras Receitas Correntes” (+34,87%), ainda que com menor peso relativo, refletindo igualmente maior capacidade de geração de receita complementar.

No domínio das “Receitas de Capital”, verificou-se um crescimento de 13,30%, para 8 200 369,00€, sustentado sobretudo pela evolução dos “Ativos Financeiros”, que aumentaram 13,89%, traduzindo reforço da capacidade financeira afeta aos mecanismos de mutualidade e apoio aos beneficiários.

Já a rubrica “Na posse do serviço Consignado” atingiu 36 205 817,84€, com crescimento de 2,77%, mantendo-se como componente essencial da solidez financeira destes Serviços Sociais.

Globalmente, os resultados alcançados confirmam a sustentabilidade do modelo de financiamento dos SSGNR, integralmente assente em receitas próprias, bem como a consistência da evolução positiva verificada nos últimos exercícios.

5.2.3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E INTEGRAÇÃO DE SALDOS

Até 31 de dezembro de 2025, foram efetuadas 60 alterações orçamentais, em conformidade com o estipulado na Lei do Orçamento do Estado, Decreto-Lei de Execução Orçamental e respetiva Circular de acompanhamento da execução. Para assegurar a permanente observância dos preceitos legais e respeito pelos princípios instituídos, ao nível do controlo da execução orçamental, os SSGNR contaram com o inestimável apoio e colaboração da SGMAI e da DGO.

No domínio do controlo e acompanhamento da execução orçamental, os resultados alcançados em 2025 evidenciam a manutenção de elevados padrões de rigor, prudência e disciplina financeira, em linha com os princípios que têm orientado a gestão dos Serviços Sociais da GNR.

A evolução dos níveis de execução, conjugada com o volume de disponibilidades financeiras e com a gestão dos saldos consignados e aplicações financeiras, confirma uma posição financeira sólida e sustentável, apta a assegurar estabilidade na execução futura e reforço dos instrumentos de apoio social.

Neste contexto, importa assinalar que a integração e gestão dos saldos de gerência continuam a constituir um elemento estruturante da sustentabilidade financeira destes Serviços, permitindo não apenas reforçar a capacidade de resposta em áreas prioritárias, mas também garantir adequada margem de segurança para acomodar futuras necessidades de investimento.

No cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, instituído pelo Decreto-Lei 191/99 de 5 de junho, os saldos de gerência anteriores e os excedentes de tesouraria destes Serviços encontram-se aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo – CEDIC's no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP-IP) perfazendo, em 31 de dezembro de 2025, o montante de 32 227 303,41€.

Em 2025 foram solicitados 4 Créditos Especiais no valor de 7,15 M€ para despesa em ativos financeiros, por contrapartida dos saldos transitados. Quanto aos saldos de 31 de dezembro de 2025, apurou-se um montante de 1 192 553,21 € (nas contas do tesouro, depósitos em instituições bancárias e caixa). Assim, o montante global do saldo de gerência (já integrado em 17 de março de 2026) cifrou-se em 32 989 984,41€.

Os indicadores apurados em 2025 confirmam, assim, a continuidade de uma gestão financeira orientada pela eficiência na afetação dos recursos, pela maximização do retorno social da despesa e pelo cumprimento dos objetivos estratégicos prosseguidos pelos Serviços Sociais da GNR.

Em síntese, os resultados financeiros apurados em 2025 evidenciam uma trajetória de crescimento sustentado, marcada pelo reforço da capacidade de investimento, pelo aumento da execução financeira e pela consolidação das receitas próprias dos Serviços Sociais. A evolução verificada, quer do lado da despesa, quer da receita, confirma a solidez do modelo de gestão prosseguido, assente em princípios de prudência financeira, eficiência na afetação de recursos e maximização do retorno social das prestações asseguradas aos beneficiários.

Os indicadores apurados revelam, assim, um desempenho financeiro globalmente muito positivo, compatível com o reforço da missão institucional dos Serviços Sociais e com a prossecução dos objetivos estratégicos definidos, consolidando uma trajetória de sustentabilidade e robustez que importa preservar nos exercícios subsequentes.

5.3 POLÍTICA DE FORMAÇÃO

Os Serviços Sociais da GNR consideram a formação profissional como uma dimensão estratégica e decisiva para o desenvolvimento organizacional, constituindo-se como prioridade de gestão orientada para a valorização dos recursos humanos, e, concomitantemente, para o reforço das competências técnicas e comportamentais dos seus trabalhadores militares e civis, e, em última instância, para a melhoria contínua dos processos e dos resultados associados à sua nobre missão institucional.

Em consonância com a aposta na qualificação dos trabalhadores da Administração Pública, assumida como prioridade transversal das políticas públicas e refletida nos instrumentos estratégicos dos SSGNR, designadamente no Plano de Atividades e nas Linhas de Orientação Estratégica 2024-2026, ora em vigor, prosseguiu-se, em 2025, um esforço particularmente relevante no domínio da formação, com resultados muito expressivos face ao exercício anterior.

Com efeito, durante o ano de 2025 foram realizadas 113 ações de formação profissional, correspondendo a igual número de participações, num total acumulado de 2 391 horas de formação, valor que compara com as 336 horas realizadas em 2024, traduzindo um crescimento muito significativo da atividade formativa, correspondente a mais 85,95% face ao ano anterior.

Este desempenho representa uma inversão muito positiva face ao contexto observado em 2024, ano em que os constrangimentos operacionais haviam limitado de forma relevante os níveis de participação em formação. Em 2025, pelo contrário, registou-se uma aposta clara e reforçada nesta área, impulsionada, em particular, pelo *Programa ReCAP — Referencial de Competências da Administração Pública*, aprovado pela Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro, promovido pelo INA e cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A adesão dos trabalhadores a estas ações revelou-se particularmente expressiva e amplamente positiva, com especial incidência no pessoal civil, não apenas pelo reconhecido interesse intrínseco das matérias ministradas, mas também pela relevância que estas formações assumem em sede do SIADAP 3, concorrendo para efeitos de avaliação e para a majoração do cálculo ponderado dos comportamentos associados às competências dos trabalhadores, nos termos previstos pela Portaria n.º 236/2024/1.

Importa, aliás, sublinhar que esta dinâmica formativa permitiu reforçar não apenas competências técnicas específicas, mas também competências transversais críticas para a modernização administrativa, para a melhoria dos processos internos e para uma mais eficiente gestão dos recursos disponíveis, contribuindo para maior alinhamento entre desenvolvimento individual, desempenho organizacional e objetivos estratégicos dos Serviços Sociais.

Também ao nível do investimento financeiro realizado nesta área se verificou evolução muito positiva, tendo a despesa com formação atingido 7 507,00 €, montante que representa um acréscimo de 69,05% face ao ano anterior, refletindo o reforço do compromisso institucional com a qualificação e valorização dos trabalhadores.

Se em 2024 a formação se apresentava como uma área carecida de novo impulso, os resultados alcançados em 2025 permitem afirmar que esse objetivo foi efetivamente concretizado, com uma evolução muito favorável dos principais indicadores quantitativos e qualitativos. Trata-se de um desempenho particularmente relevante, não apenas pelo volume de formação ministrada, mas também pelo seu impacto potencial no reforço da capacidade organizacional dos SSGNR.

Em síntese, o exercício de 2025 ficou marcado por um progresso muito significativo no domínio da formação profissional, consolidando esta área como instrumento estruturante de valorização dos recursos humanos e de apoio à prossecução da missão institucional, trajetória que importa aprofundar e consolidar nos exercícios subsequentes.

5.4 AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS E APOIO LOGÍSTICO

Durante o ano de 2025, à semelhança dos anos anteriores, prosseguiu-se a aquisição de bens e serviços e a realização de empreitadas de obras públicas destinadas a satisfazer as necessidades dos Serviços Sociais da GNR, em alinhamento com as prioridades definidas para a concretização dos objetivos estratégicos e operacionais do organismo, nas diversas áreas da sua missão.

Neste contexto, foram realizados 57 procedimentos aquisitivos, o que representa um acréscimo de 78,13% face aos 32 procedimentos concluídos em 2024, evolução que traduz um reforço muito expressivo da atividade contratual e do investimento realizado.

Tal crescimento refletiu-se, desde logo, num aumento particularmente relevante do número de empreitadas de obras públicas, quer através de concursos públicos, quer de consultas prévias e concursos públicos simplificados financiados no âmbito do PRR, com especial incidência na reabilitação do parque habitacional dos SSGNR, na beneficiação de infraestruturas turísticas e sociais e na conservação do património edificado.

Assinale-se, neste domínio, a realização de intervenções estruturantes em imóveis sítos em Portalegre, Castelo Branco, Porto, Alto do Pina, Évora, Peniche e Vila Real de Santo António, bem como obras de relevante dimensão na Colónia de Férias da Costa da Caparica e na Colónia Balnear Infantil de Quaios, às quais acresceram importantes empreitadas promovidas ao abrigo do PRR, nomeadamente a remodelação de habitações em Alto do Pina e Ajuda, revelando um esforço continuado de valorização patrimonial e melhoria das condições disponibilizadas aos beneficiários.

No domínio da aquisição de bens e serviços, o ano de 2025 ficou igualmente marcado por forte dinamismo procedimental, abrangendo áreas críticas ao regular funcionamento dos Serviços Sociais, designadamente gestão das infraestruturas turísticas, manutenção de equipamentos e infraestruturas técnicas, serviços de limpeza, soluções tecnológicas e digitais, logística de apoio social, fornecimento de mobiliário e equipamentos, bem como iniciativas de natureza recreativa e sociocultural dirigidas aos beneficiários.

Merece particular destaque a contratação plurianual realizada em diversos domínios, designadamente televisão, mobiliário, eletrodomésticos e gestão das infraestruturas turísticas, solução que, para além de

assegurar continuidade operacional, potencia maior previsibilidade da despesa, racionalização de recursos e ganhos de eficiência contratual.

À semelhança dos anos anteriores, após identificação das necessidades e análise das soluções disponíveis, privilegiou-se o recurso aos procedimentos de “Concurso Público” e “Consulta Prévia”, em observância dos princípios da concorrência, transparência, publicidade e prossecução do interesse público que enformam o regime da contratação pública.

Não obstante, e apenas em situações pontuais de necessidade urgente ou de natureza operacional imperiosa, houve recurso a procedimentos por “Ajuste Direto”, sempre reduzidos a escrito e adotados numa lógica subsidiária, apenas quando esgotadas as restantes soluções procedimentais legalmente previstas.

Tal como em anos anteriores, subsistiram constrangimentos associados à contratação agregada em matérias específicas, particularmente no domínio dos serviços de limpeza, circunstância que continuou a justificar o recurso pontual a soluções transitórias, por forma a salvaguardar a continuidade do funcionamento dos serviços e das prestações asseguradas aos beneficiários.

Em termos globais, a evolução registada em 2025 evidencia um aumento muito significativo da atividade aquisitiva e do investimento realizado, traduzindo uma gestão logística e contratual particularmente dinâmica e alinhada com os objetivos de modernização, conservação patrimonial e reforço da capacidade operacional dos Serviços Sociais da GNR.

N.º	OBJETO	LOCAL
6	Remodelação Total do Interior de Dois Imóveis em Portalegre, Propriedade dos SSGNR	Portalegre
12	Substituição Total de Coberturas na Zona dos Apartamentos 11 a 37, Cozinha e Refeitório da CFCC	CFCC
13	Remodelação Exterior e Interior de Edifício com 4 Apartamentos, Sítio na Rua Engenheiro Duarte Pacheco, n.º 9, Castelo Branco, propriedade dos SSGNR	Castelo Branco
22	Remodelação das Instalações Sanitárias do Refeitório da Colónia Balnear Infantil de Quaias, Propriedade dos SSGNR	CBIQ
33	Reabilitação Exterior do Lar Feminino, Rua de Álvares Cabral, 76, Porto, propriedade dos SSGNR	Porto
34	Reabilitação interior no Piso 0, em Edifício (antiga cantina e posto de socorros), Alto do Pina - Lisboa	Alto Pina

Tabela 51 – Empreitadas de Obras Públicas – Concurso Público

N.º	OBJETO	LOCAL
31	Substituição da coluna de água em três edifícios habitacionais, Rua Zeca Afonso, nº 12, 14, 16 - Vila Real Santo António	Vila Real de Stº António
38	Remodelação total do interior de um imóvel, sito Rua de Stº António nº 36 em Évora	Évora
40	Reparação de cobertura e reabilitação de fachadas, Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, Lts, A, B, C e D, propriedade dos SSGNR	Peniche
41	Execução de novas caleiras na cobertura dos Edifícios na Rua Azinhaga Fonte do Louro, 11 e 13, Alto Pina, Propriedade dos SSGNR	Alto Pina

Tabela 52 – Empreitadas de Obras Públicas – Consulta Prévia

N.º	OBJETO	LOCAL
10	Remodelação de 24 Apartamentos, sitos na Rua Domingos Reis Quita, Lotes 1, 2 ,3 e 4, Alto Pina, Lisboa	Alto Pina
48	Remodelação Total do Interior de Oito Apartamentos em Ajuda, Lisboa, Propriedade dos SSGNR	Ajuda

Tabela 53 – Empreitadas de Obras Públicas - Concursos Públicos Simplificados (PRR)

N.º	OBJETO	LOCAL
2	Fornecimento de Detergentes de Lavandaria	CFCC
3	Fornecimento de Produtos de Limpeza	Sede
7	Gestão das IFT's dos SSGNR durante o ano de 2025	Sede
15	Realização de viagens culturais e aluguer de autocarros para visitas das Colónias para os SSGNR	Sede
16	Contratação de serviços de organização, funcionamento e gestão das Colónias de Férias dos SSGNR	Sede
23	Aquisição de serviços para atividades de animação lúdica para o evento do “Dia da Criança” dos SSGNR	Sede
26	Fornecimento de diversos artigos de hotelaria para as instalações dos SSGNR	Sede
32	Fornecimento de prendas de Natal 2025, para oferta aos filhos dos Beneficiários dos SSGNR	Sede
35	Aquisição de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção Corretiva e Manutenção Evolutiva da Plataforma de Beneficiários e da sua Infraestrutura de Suporte dos SSGNR	Sede

44	Aquisição de Serviços de entrega de Produtos de Venda Livre dos Serviços Farmacêuticos aos domicílios dos beneficiários	Sede
46	Aquisição de Serviços de Televisão para os anos de 2026, 2027 e 2028 para os SSGNR.	Sede
49	Fornecimento de Mobiliário para os anos de 2026, 2027 e 2028	Sede
50	Fornecimento de Eletrodomésticos para os anos de 2026, 2027 e 2028	Sede
51	Aquisição de Serviços de Limpeza, Recolha de Resíduos e Tratamento dos Espaços Verdes dos SSGNR	CFCC
52	Manutenção do Posto de Transformação e Quadros Elétricos de Baixa Tensão da Colónia de Férias da Costa de Caparica dos SSGNR	CFCC
54	Gestão das IFT's dos SSGNR para os anos de 2026, 2027 e 2028	Sede
55	Manutenção Completa para Conservação e Assistência Técnica de Elevadores em Lisboa	Sede

Tabela 54 – Bens e Serviços – Concursos Públicos

N.º	OBJETO	LOCAL
17	Realização de Campos de Férias dos SSGNR	Sede
18	Aquisição de Serviços de Animação para os SSGNR	CFCC
19	Aquisição de diversos suportes de comunicação para os SSGNR	Sede
21	Fornecimento de Cartões de Oferta	Sede
25	Aquisição de serviços de aluguer de tendas, mesas e bancos para o evento “Dia da Criança” dos SSGNR	CFCC
39	Aquisição de Serviços especializados de Fiscalização, Controlo de Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra, para a empreitada desenvolvida em sequência do Concurso Público N.º 13/2025, em Castelo Branco	Sede
42	Serviços para elaboração do pedido de Informação Prévia para requalificação do Castelinho e edificação de anexo	Sede
43	Aquisição de serviços postais universais para os SSGNR	Sede
56	Fornecimento de Cartões de Natal para oferta aos filhos dos Beneficiários dos SSGNR	Sede

Tabela 55 – Bens e Serviços – Consulta Prévia

N.º	OBJETO	LOCAL
1	Concessão da exploração do refeitório da Colónia de Férias da Caparica	CFCC
53	Concessão da Exploração do Refeitório e Bar da CFCC e Fornecimento de Refeições Confeccionadas para Eventos, Dia da Criança e Colónias dos SSGNR	CFCC

Tabela 56 – Concessão – Concurso Público

N.º	OBJETO	LOCAL
8	Aquisição de serviços de limpeza para os SSGNR (1.º trimestre de 2025)	Sede
11	Fornecimento e Montagem de Equipamento de Ar Condicionado em edifício do Alto Pina, Lisboa, propriedade dos SSGNR	Alto Pina
14	Execução de Projeto de Substituição e Reabilitação da Rede de Esgotos no Alto Pina, propriedade dos SSGNR	Alto Pina
24	Aquisição de serviços para as atividades de animação cultural para o Dia da Criança 2025	CFCC
27	Aquisição de serviços de limpeza para os SSGNR (abril a setembro de 2025)	Sede
28	Aquisição de serviços de manutenção da plataforma <i>online</i> para os Serviços Farmacêuticos	Sede
29	Aquisição de estantes para o armazém de Odivelas	Odivelas
36	Execução de Serviços de levantamento topográfico de 2 parcelas de terreno, na Rua Vale Formoso de Cima, Chelas, Lisboa.	Chelas
37	Aquisição de Mobiliário Urbano diverso em plástico 100% reciclado para a CFCC.	CFCC
45	Aquisição de Serviços de Cópia e Impressão em regime de Outsourcing	Sede
47	Execução e fornecimento de trabalhos no âmbito do Projeto de SCIE - CFCC	CFCC
57	Aquisição de UPS	Sede
58	Aquisição e Instalação de Sistema de Controlo de Acesso Remoto para a Residencial de Lisboa dos SSGNR	Residencial
59	Aquisição de loiça personalizada para os SSGNR	Sede
60	Execução de diversos trabalhos nas IFT's do Porto	Porto
61	Adjudicação da aquisição de serviços de lavandaria para as Infraestruturas Turísticas da Consolação e de Peniche	Consolação e Peniche
62	Aquisição de escrevaninhas para os SSGNR	Sede

Tabela 57 – Bens e Serviços – Ajuste Direto

PARQUE AUTOMÓVEL DOS SSGNR

Relativamente ao parque automóvel, mantém-se inalterada a composição do universo de viaturas propriedade dos SSGNR, constituído por quatro veículos, dos quais dois veículos ligeiros de passageiros, um trator agrícola e um veículo de mercadorias.

Não obstante a estabilidade do parque existente, importa assinalar que o veículo de mercadorias, em razão da sua utilização intensiva e antiguidade, continua a evidenciar desgaste relevante, embora se mantenha em condições de operacionalidade, observando os requisitos mínimos de manutenção e segurança estrutural exigíveis.

Neste contexto, mantém-se a necessidade de, em momento oportuno, ponderar soluções futuras de renovação parcial do parque automóvel, tendo em vista assegurar níveis adequados de fiabilidade operacional e eficiência logística.

5.5 GESTÃO DA MARCA E IDENTIDADE

No contexto da gestão interna e estratégica das organizações, a marca e a identidade institucional constituem vetores estruturantes de afirmação, coesão e valorização organizacional, funcionando como instrumentos de suporte à dinamização das atividades desenvolvidas e à projeção interna e externa da missão prosseguida. Quando adequadamente geridas, assumem-se como fatores distintivos, reforçando reconhecimento, proximidade e confiança junto dos públicos a que se dirigem.

Neste enquadramento, a marca dos Serviços Sociais da GNR continua a afirmar-se como um ativo institucional relevante, representando uma mais-valia na consolidação da relação de proximidade com os Beneficiários e na valorização das respostas e serviços disponibilizados.



No âmbito do Programa de Gestão da Marca e Identidade, prosseguiram-se, em 2025, com diversas iniciativas orientadas para a promoção organizacional, comunicação institucional e reforço da notoriedade dos Serviços, procurando aprofundar a ligação dos Beneficiários à “marca” SSGNR e potenciar um maior sentimento de pertença e identificação com a instituição e, por conseguinte, consolidar uma identidade organizacional coerente, reconhecível e alinhada com os valores e missão dos Serviços Sociais.

Esta aposta continuada na gestão da marca e identidade constitui, assim, não apenas um instrumento de comunicação e valorização institucional, mas também um elemento de apoio à prossecução dos objetivos estratégicos dos SSGNR, contribuindo para o reforço da sua imagem, reputação e relacionamento com os beneficiários.

5.6 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Em 2025, o Serviço de Informática (SI) dos Serviços Sociais continuou a assegurar funções críticas de suporte, administração e desenvolvimento no domínio dos Sistemas e Tecnologias da Informação (STI), prosseguindo o apoio técnico transversal às diversas áreas de atividade dos SSGNR e contribuindo, de forma particularmente relevante, para o reforço da modernização tecnológica e da segurança dos sistemas e infraestruturas.

À semelhança dos anos anteriores, o SI manteve a responsabilidade pelo apoio técnico direto aos utilizadores dos STI, designadamente através de funções de *HelpDesk*, administração de sistemas, gestão do parque informático, manutenção de infraestruturas tecnológicas, suporte às plataformas internas e acompanhamento dos desenvolvimentos funcionais assegurados, quer internamente, quer com recurso a *outsourcing*.

Assim, registaram-se progressos muito relevantes ao nível da modernização tecnológica e do reforço da resiliência dos sistemas, destacando-se a renovação, aquisição e configuração de equipamentos informáticos portáteis para chefias intermédias, a renovação e instalação de novos monitores, bem como a atualização de equipamentos desktop afetos ao *backoffice* e loja online dos Serviços Farmacêuticos.

Merece particular destaque o investimento realizado ao nível da infraestrutura tecnológica crítica, com a renovação e reforço do equipamento de suporte da *Storage Area Network (SAN)* do *Datacenter* dos SSGNR, contribuindo para o reforço da segurança, disponibilidade e integridade dos dados e dos sistemas centrais destes Serviços Sociais.

No domínio da continuidade operacional e resiliência tecnológica, releva, igualmente, a aquisição de uma UPS de capacidade reforçada, solução cuja pertinência ficou particularmente evidenciada perante eventos excecionais como o ocorrido com o corte generalizado de energia na Península Ibérica (em 28 de abril de 2025), permitindo robustecer a capacidade de resposta a situações disruptivas.

Em matéria de comunicações e redes, procedeu-se à instalação de novo site RNSI nos Serviços Farmacêuticos, incluindo a aquisição de material dedicado, migração de equipamentos e autonomização das comunicações VOIP, representando um importante reforço da autonomia tecnológica e redundância operacional.

Paralelamente, o GT-SI, prosseguiu com o investimento em segurança física, destacando-se a instalação de sistemas de videovigilância e controlo de acessos por cartão no Lar Feminino de Coimbra, bem como a implementação de videovigilância e rede wireless nas instalações reabilitadas do antigo Posto de Socorros do Alto do Pina.

Ainda neste âmbito, merece igualmente referência o projeto de implementação, em fase final de testes e integração, de controlo de acessos por código na Residencial dos SSGNR, solução articulada com o Portal do Beneficiário e com a Intranet, reveladora do esforço de digitalização e modernização dos processos internos e de apoio aos beneficiários.

Ao nível dos equipamentos e suporte logístico-tecnológico, destaca-se ainda a renovação de equipamentos de televisão e meios audiovisuais para a Sala de Reuniões da CFCC, bem como o envolvimento ativo do SI no apoio técnico e preparação de diversos eventos institucionais, designadamente, inaugurações de empreitadas financiadas pelo PRR, reuniões do Conselho Consultivo, o Curso HEAT e as iniciativas associadas ao denominado “Dia da Criança”.

Importa igualmente assinalar o significativo esforço de apoio técnico descentralizado assegurado pelo Serviço de Informática através de múltiplas visitas técnicas realizadas a diversas infraestruturas dos SSGNR, incluindo Coimbra, Évora, Porto, Residencial dos SSGNR, Alto do Pina, CFCC e outras instalações, visando responder a necessidades de conectividade, comunicações, redes wireless, controlo de acessos e manutenção corretiva e preventiva.

Em paralelo, e à semelhança do que vem ocorrendo em anos anteriores, prosseguiu-se com a renovação de licenciamento de *software*, manutenção técnica dos sistemas e monitorização da infraestrutura tecnológica, incluindo estruturas de armazenamento, virtualização, *networking*, *backups* e análise de *logs*, visando assegurar elevados padrões de operacionalidade e segurança dos sistemas.

Globalmente, o ano de 2025 ficou marcado por um reforço muito significativo da capacidade tecnológica, e, também, da segurança física e digital, promovendo-se uma capacidade considerada como de elevada resiliência operacional de todos os Sistemas e Tecnologias da Informação destes Serviços Sociais, e, concomitantemente, a consolidando da transformação digital como dimensão estruturante de apoio à missão e ao funcionamento destes Serviços Sociais.

5.7 ATUALIZAÇÃO DO PPR – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS

Os Serviços Sociais da GNR vêm desenvolvendo, desde 2009, os seus Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas (PPR), não apenas em cumprimento dos imperativos legais aplicáveis — designadamente pela tradução prática da Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção — mas também por assumirem, de forma consistente, o compromisso de prevenir a ocorrência de comportamentos ilegítimos, promover uma cultura de integridade e reforçar as boas práticas de gestão responsável, transparente e eticamente orientada, em consonância com os princípios e valores institucionais que enformam a sua atuação.

Neste contexto, e no âmbito da atividade de monitorização desenvolvida em 2025, os SSGNR elaboraram o Relatório de Monitorização do PPR, aprovado por deliberação do Conselho de Direção, de 29 de abril, dando cumprimento às exigências normativas aplicáveis e reafirmando, simultaneamente, a adesão institucional aos princípios da boa governação, controlo interno e prevenção do risco.

O exercício de monitorização incidiu, em particular, na análise do Plano de Prevenção de Riscos em vigor (aprovado por deliberação do Conselho de Direção, de 05 de dezembro de 2022), na reavaliação dos riscos identificados e na apreciação das medidas preventivas e recomendações associadas, tendo-se procedido à implementação, ao longo do ano, de diversas medidas corretivas e de melhoria.

Importa, contudo, sublinhar que, pela sua natureza, abrangência e complexidade, muitas dessas medidas não se esgotam num único ciclo temporal, antes assumindo um caráter continuado e progressivo, exigindo implementação e aperfeiçoamento em exercícios subsequentes. Nessa medida, os anos seguintes deverão igualmente traduzir-se em ciclos de continuidade, consolidação e ajustamento das ações de melhoria, incluindo a revisão, retificação ou reformulação de medidas já existentes e a introdução de novos mecanismos preventivos sempre que se revele necessário.

Paralelamente, e como boa prática de gestão interna e reforço do sistema de controlo, os Serviços Sociais desenvolveram, em 2025, um conjunto alargado de novas normas gerais, aprovadas por alterações a alguns dos seus regulamentos internos, que, no seu conjunto, concorreram para maior disciplinarização processual, simplificação de procedimentos e reforço dos níveis de transparência, celeridade e rastreabilidade das várias fases procedimentais, em benefício dos diversos *stakeholders* internos e externos.

Neste âmbito, assumem particular relevância as alterações introduzidas aos regulamentos internos relativos à atribuição de subsídios e à concessão de mútuos, submetidas e aprovadas na segunda reunião do Conselho Consultivo de 2025, as quais, para além dos efeitos positivos diretos no acesso e gestão dessas prestações sociais — designadamente em matéria de habitação com funções sociais, subsídios e mútuos — visaram, assim, agilizar procedimentos, reduzir constrangimentos administrativos e alinhar as respostas dos Serviços Sociais, com as necessidades e expectativas dos beneficiários.

De referir que tais desenvolvimentos contribuíram igualmente para robustecer os mecanismos internos de controlo e para responder, de forma ainda mais consistente, a eventuais constatações, recomendações ou

evidências suscitadas em sede de auditorias internas e externas, tendo a monitorização do PPR constituído, também, um importante suporte às opções de gestão, entretanto consideradas no âmbito do processo de monitorização desenvolvido já no primeiro quadrimestre de 2026.

Importa ainda assinalar que, em 6 de maio de 2025, o “Relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos” foi remetido às entidades competentes e interessadas, designadamente ao Gabinete da Ministra da Administração Interna, ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), à Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) e à Secretaria-Geral da Administração Interna (SGAI), em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 7.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Deste modo, foram integralmente cumpridas as exigências legais e recomendações aplicáveis em matéria de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, incluindo a publicação e divulgação, no sítio eletrónico dos SSGNR, da documentação relevante, em observância da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 7 de abril de 2010.

Em síntese, os resultados alcançados em 2025 confirmam a consolidação progressiva de uma cultura organizacional orientada para a integridade, para o reforço dos mecanismos preventivos e para a melhoria contínua dos instrumentos de governação, conformidade e controlo interno dos Serviços Sociais da GNR.

5.8 CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo (CC) é o órgão de apoio ao Conselho de Direção na definição das linhas gerais de atuação dos SSGNR, nos termos do artigo 12º do DL n.º 262/99, de 08 de julho.

Em 2025, foram realizadas duas sessões ordinárias, a primeira em 10 de julho (trigésima nova sessão) e a segunda em 16 de dezembro (quadragésima sessão), na Colónia de Férias da Costa da Caparica, presididas pelo Comandante-Geral e Presidente dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana.

O ano de 2025 correspondeu ao segundo ano do período trienal 2024-2026 do Conselho Consultivo (CC), tendo-se submetido, na primeira reunião daquele ano, à apreciação dos Senhores Conselheiros, a Conta de Gerência, o Relatório de Atividades e Balanço Social de 2024, a Demonstração de Fluxos de Caixa, de Resultados e Demonstrações Financeiras.

Já no que respeita à segunda reunião ordinária do Conselho Consultivo, é de referir que foi submetido à apreciação dos Senhores Conselheiros, os principais documentos de gestão de previsão para o ano civil de 2026, nomeadamente o Plano de Atividades, o Orçamento da Receita e da Despesa, o Mapa Final do Projeto de Orçamento, o Mapa de Pessoal e os Planos Sectoriais de Obras, Eventos e Social, bem como Proposta de alteração aos Regulamento Internos dos SSGNR, decorrentes das Portarias n.º 21/2024, de 29 de janeiro, Portaria n.º 22/2024, de 29 de janeiro e Portaria n.º 23/2024, de 29 de janeiro, nomeadamente dos de “Atribuição de Subsídios” e de “Concessão de Mútuos”, e ainda de uma “Proposta de liquidação do Cofre

de Previdência e, também, de uma “Proposta de atualização das rendas em regime de arrendamento apoiado”.

Para além da apreciação dos documentos de gestão supramencionados, em ambas as reuniões do Conselho Consultivo, o Presidente e o Vice-presidente fizeram uma apresentação de balanço e prospetiva, com explicação detalhada dos objetivos de gestão, projetos e atividades desenvolvidas pelos Serviços Sociais.

6. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVAS			
Decreto-Lei 73/2014, de 13 de maio			
O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, determina que os Planos e Relatórios de Atividades devem contemplar as medidas de modernização administrativa, designadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação. Neste contexto, durante o ano de 2025, os SSGNR prosseguiram e aprofundaram as dinâmicas de modernização processual já em curso, promovendo a atualização e reformulação de um conjunto diversificado de procedimentos administrativos e consolidando medidas orientadas para a simplificação, racionalização e melhoria contínua dos processos internos. Neste âmbito, merece particular referência a aprovação e desenvolvimento de diversas normas gerais internas, consagradas em regulamentos internos, que contribuíram para reforçar a normalização procedimental, simplificar circuitos administrativos e promover maior celeridade, coerência e segurança na tramitação dos processos, seguindo uma lógica de gestão alinhada com a Visão organizacional e sustentada nos princípios da qualidade institucional. Esta evolução refletiu-se quer ao nível das atividades de gestão interna, quer na relação com os Beneficiários e demais parceiros externos, dando continuidade a uma política de gestão orientada por metodologias de melhoria contínua, assente na simplificação e desburocratização processual, no reforço da transparência e do escrutínio e na progressiva modernização dos instrumentos de apoio à decisão e prestação de serviços. Merecem particular destaque, no domínio da inovação administrativa, os desenvolvimentos associados à integração com a plataforma ID.Gov.pt, o reforço do Portal do Beneficiário e a evolução dos mecanismos eletrónicos de pagamento através da Plataforma de Pagamentos da Administração Pública. Deste modo, as medidas adotadas em 2025 continuaram a concorrer para uma administração mais eficiente, mais próxima dos Beneficiários e mais orientada para resultados, contribuindo, em coerência com a missão institucional dos SSGNR, para a melhoria do nível de vida dos beneficiários, assegurando-lhes o acesso a um leque diversificado de prestações no âmbito da proteção social complementar.			
Situação	Medidas previstas com vista a melhorar a atividade dos SSGNR junto dos beneficiários	Órgão Responsável	Situação
Criar uma imagem positiva junto dos beneficiários, através da melhoria e criação de áreas de acolhimento dos mesmos, no sentido de se sentirem seguros e	Implementar horários flexíveis aos trabalhadores, com publicação de um Regulamento dos Tempos de Trabalho.	RPS/RAF	Implementada
	Na Sede e nas Delegações, criar e melhorar os espaços de atendimento e acolhimento.	RPS/GT	Implementada e Permanente
	Melhorar nos Serviços Farmacêuticos o espaço de atendimento ao público, definindo e identificando áreas diferenciadas pelos serviços prestados – colocação de uma máquina <i>vending</i> automática de bebidas.	RAF	Implementada e Permanente
	Melhorar as condições de atendimento na Colónia Balnear Infantil de Quiaios.	RPS	Implementada e Permanente

confiantes junto dos SSGNR	Criar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência, nas Infraestruturas Turísticas com meios de acessibilidade dedicados, designadamente em casas de banho e espaços comuns.	RPS	Implementada
	Manter e editar, permanentemente, Trípticos, Newsletters, Boletins Informativos e outras brochuras temáticas e divulgá-las em todas as áreas de atendimento, nas Colónias, Residencial, Sede, Serviços Farmacêuticos, Lares Académicos, etc.	RPS	Implementada e Permanente
	Disponibilizar aos Beneficiários modos vários de comunicação com os SSGNR, que se adaptem às suas características – carta, fax, correio eletrónico, Portal do Beneficiário.	RPS/RAF/GT	Implementada e Permanente
Correspondência entre os SSGNR e os Beneficiários	Melhorar o sítio internet dos SSGNR, aumentando os conteúdos, mormente, a divulgação atualizada das atividades dos SSGNR.	RPS/RAF	Medida em permanente atualização
	Criação de meios automáticos de pagamento – em cooperação com a AMA, conseguir, através da Plataforma de Pagamentos da Administração Pública (PPAP), novos métodos de pagamento (incluindo multibanco), de acordo com os diferentes canais de atendimento, sempre garantindo a integração plena com os sistemas operacionais (via <i>Web Services</i>).	SG/RAF/RPS	Em curso
	Garantir que a correspondência externa adote o meio mais económico e sustentável e refira sempre a designação oficial do serviço, o endereço postal, os números de telefone, o endereço eletrónico e o sítio da internet.	CD/RPS/RAF/GT	Implementada
	Na redação de documentos deve utilizar-se uma linguagem simples, clara, concisa e significativa (português claro), sem siglas, termos técnicos ou expressões reverenciais ou intimidatórias.	CD/RPS/RAF/GT	Implementada
	Efetuar inquéritos periódicos aos beneficiários, sobre a qualidade da comunicação dos SSGNR.	RPS	Implementada
	Criação de um <i>Canal de Denúncia</i> , permitindo a apresentação de denúncias ao abrigo do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações, aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.	RAF	Implementada
	Integração do cartão de beneficiário e de funcionário dos SSGNR na aplicação do ID.Gov.pt A mesma integração permite o acesso ao Portal do Beneficiário, através de autenticação com o Cartão de Cidadão.	GT	Implementada
Sistema de atendimento voz de tecnologia VoIP	Alargar o sistema de atendimento por voz baseado em tecnologia VoIP à Sede e Colónias, para além da Residencial, onde já existe.	GT	Implementada

Aperfeiçoar o site dos SSGNR e o Portal do Beneficiário	Melhorar as funcionalidades de acesso à informação no Portal do Beneficiário.	GT	Medida em permanente atualização
Falta de disponibilização de formulários sobre os pedidos de empréstimos, subsídios e concursos aos beneficiários	Manter permanentemente atualizado o Portal do Beneficiário com todos os formulários que os Beneficiários necessitam para efetuar o seu pedido.	RPS	Implementada e Permanente
Proximidade na relação existente entre os SSGNR e os Beneficiários	Gerar proximidade com os beneficiários, indo ao encontro das suas necessidades, através da recolha da sua opinião por meio de inquéritos.	RPS	Implementada
	Garantir a execução do Plano Estratégico, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Balanço Social, QUAR e apresentar os mesmos aos beneficiários, designadamente através do site institucional – área de instrumentos de gestão.	CD	Implementada
	Garantir a audição do Conselho Consultivo, órgão representativo dos beneficiários, através da caixa de email dedicada para o efeito.	CD	Implementada
Diversificação dos meios de comunicação com os beneficiários	Garantir que toda a correspondência, designadamente sugestões, elogios, reclamações, críticas, ou pedidos de informação, sejam objeto de análise e decisão, devendo a resposta ser dada com a maior brevidade possível.	RPS	Implementada
	Continuar e disponibilizar aos Beneficiários modos alternativos de comunicação, que se adaptem às suas características (carta, fax, email, portal do Beneficiário).	SG	Implementada
Participação de todos os trabalhadores dos SSGNR na realização das atividades que este serviço efetua	Garantir a apresentação da estratégia e atividades a realizar aos trabalhadores.	CD	Implementada
	Garantir a atualização de um “Código de Ética e Conduta” e que o mesmo seja divulgado por todos os trabalhadores.	CD	Implementada e Permanente
	Permitir que todos os funcionários façam parte da solução dos problemas com que os SSGNR se confrontam.	CD	Implementada e Permanente
	Garantir com os funcionários os compromissos de “QUALIDADE” e “EXCELÊNCIA” nas atividades que os SSGNR realizam.	CD	Implementada e Permanente
	Garantir aos funcionários a formação adequada à sua função.	RAF	Implementada e Permanente
	Efetuar inquéritos de satisfação aos funcionários	RAF	Implementada e Permanente
	Proporcionar aos funcionários todas as condições de trabalho (armário individual, equipamentos técnicos, local que permita realizar as suas refeições, ...).	RAF	Implementada e Permanente

Tabela 58 – Medidas de modernização administrativa

III - AVALIAÇÃO FINAL

O presente Relatório de Atividades traduz, em termos substantivos, o cumprimento do dever de prestação de contas, transparência e responsabilização dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana perante os Beneficiários, a Tutela e demais partes interessadas, evidenciando, de forma estruturada, os resultados alcançados ao longo do ano de 2025 e o grau de concretização dos objetivos definidos em sede de Plano de Atividades e QUAR.

A execução observada ao longo do exercício confirma a consistência da estratégia prosseguida e a adequada articulação entre planeamento, gestão e resultados, tendo os SSGNR evidenciado, uma vez mais, elevada capacidade de concretização e resiliência organizacional num contexto exigente, marcado por constrangimentos ao nível dos recursos humanos e pela crescente complexidade das necessidades sociais dos Beneficiários.

Os resultados apurados revelam uma execução global muito positiva, traduzida na superação da generalidade dos objetivos operacionais fixados em QUAR, com especial expressão nos domínios da eficácia e da eficiência, onde se registaram desempenhos particularmente robustos, e com resultados igualmente favoráveis no parâmetro da qualidade. A avaliação global de 4,50 valores, numa escala de 1 a 5, bem como a taxa de concretização global dos objetivos de 134,64%, refletem um desempenho organizacional de elevado mérito e uma criação efetiva de valor público na prossecução da missão institucional.

Importa sublinhar que este desempenho assume particular relevância por ter sido alcançado num quadro de utilização limitada dos recursos humanos disponíveis, circunstância que torna ainda mais expressivo o índice de produtividade apurado e evidencia o elevado empenho, competência e sentido de missão dos dirigentes, chefias e trabalhadores dos Serviços Sociais.

No plano substantivo, o ano de 2025 ficou marcado pela consolidação do eixo patrimonial como vetor estratégico estruturante, pelo avanço muito significativo dos projetos enquadrados no PRR, e pelo reforço das respostas sociais dirigidas aos públicos mais vulneráveis, mas também pelo alargamento da participação nas atividades socioculturais, pela modernização de instrumentos de gestão de recursos humanos e pela manutenção de indicadores económico-financeiros particularmente sólidos, confirmando a robustez e sustentabilidade do modelo de gestão prosseguido.

Acresce que os resultados alcançados reforçam a coerência e maturidade do ciclo estratégico 2024-2026, evidenciando que as opções gestionárias adotadas continuam alinhadas com a missão, a visão e os objetivos estratégicos da organização, bem como com os princípios da boa administração, economia, eficiência e qualidade do serviço público.

Neste contexto, e atendendo aos resultados extraídos dos indicadores que suportam a avaliação do desempenho organizacional em sede de SIADAP 1, considera-se estarem reunidos os pressupostos materiais suscetíveis de enquadramento no âmbito do n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações vigentes, podendo tais resultados fundamentar, se assim superiormente entendido, a ponderação de aplicação do regime excecional de reconhecimento de desempenho excelente.

Assim, como balanço final do exercício de 2025, entende o Conselho de Direção que o desempenho global dos Serviços Sociais merece a atribuição da menção qualitativa de **Bom**, nos termos do SIADAP 1, juízo que, pela superação generalizada dos objetivos fixados, pelo nível de concretização alcançado e pela

produtividade evidenciada, se apresenta compatível com padrões de excelência cuja apreciação compete à Tutela.

Não obstante os resultados alcançados, subsistem desafios estruturais, em particular ao nível da capacidade de resposta suportada em recursos humanos escassos, que continuarão a exigir atenção prioritária e soluções de natureza estrutural, de forma a preservar, no futuro, os elevados níveis de desempenho evidenciados.

Em síntese, pode-se considerar que o ano de 2025 afirmou-se como um ano de consolidação, superação e reforço da missão institucional dos SSGNR, confirmando-a como uma organização financeiramente robusta, socialmente relevante e estrategicamente orientada, sempre fiel às mais nobres “*Razões de Servir e Ajudar*”.

O Conselho de Direção

Tenente-general Rui Alberto Ribeiro Veloso, Presidente

Coronel Arménio Timóteo Pedroso, Vice-presidente

Tenente-coronel Duarte Miguel Nunes Freire, Vogal

Tenente-coronel David Trinta Morais, Vogal

FICHA TÉCNICA

Elaboração: Técnico Superior – Diogo Júdice da Costa

Supervisão: Conselho de Direção dos SSGNR

ANEXO

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS – RECURSOS FINANCEIROS

Programa		Subprograma	Atividades desenvolvidas	Recursos Financeiros	
				Receita (€)	Despesa (€)
			22 272 219,53 €	25 509 614,66 €	
Proteção Social			21 426 517,80 €	21 427 387,74 €	
1	Ação social e Esquemas Sociais Complementares		6 063 442,52€	412 010,26 €	
1.1	Ação Social		5 802 912,92 €	359 522,96 €	
1.2	Cofre de Previdência		260 529,60 €	52 487,30 €	
2	Fomento de Ações Culturais e Lazer		1 307 404,52 €	2 934 184,28 €	
2.1	Recreio, convívio		1 307 404,52 €	2 934 184,28 €	
3	Mutualidade		9 912 625,02 €	15 348 943,49 €	
3.1	Concessão de Mútuos		9 912 625,02 €	15 348 943,49 €	
4	Fomento e Apoio à Habitação		2 903 831,00 €	1 643 682,09 €	
4.1	Habitação Social		2 272 881,00 €	872 279,24 €	
4.2	Apoio ao Estudante		630 950,00 €	771 402,85 €	
5	Outras Atividades com natureza de Apoio e Ação Social		1 239 214,74 €	1 089 222,45 €	
5.1	Serviços Farmacêuticos		1 239 214,74 €	1 088 567,62 €	
Planeamento e Gestão			845 701,73€	4 082 226,92 €	
6	Gestão de Marca e Entidade		845 701,73€	4 082 226,92 €	
6.1	Gestão Operacional (imagem externa)		0,00 €	22 633,07 €	
6.2	Gestão Operacional (imagem interna)		845 701,73 €	498 345,80 €	
6.3	Gestão de Pessoas		0,00 €	3 561 248,05 €	